

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Tháísa Vilela Fonseca Amaral

VAMOS À ATIVIDADE DO DIA: O ACERTO DE CONTAS NO
TRABALHO DO TRÁFICO DE DROGAS VAREJISTA

Belo Horizonte

2014

Thaísa Vilela Fonseca Amaral

**VAMOS À ATIVIDADE DO DIA: O ACERTO DE CONTAS NO
TRABALHO DO TRÁFICO DE DROGAS VAREJISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Sociabilidade e Saúde.

Orientadora: Prof^ª Dra. Vanessa Andrade de Barros

Belo Horizonte

2014

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte

FICHA CATALOGRÁFICA

150 A485v 2014	<p>Amaral, Thaísa Vilela Fonseca</p> <p>Vamos à atividade do dia [manuscrito] : o acerto de contas no trabalho do tráfico de drogas varejista / Thaísa Vilela Fonseca Amaral. - 2014.</p> <p>184 f.</p> <p>Orientadora: Vanessa Andrade de Barros.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Psicologia – Teses. 2. Tráfico de drogas - Teses. 3.Trabalho - Teses. I. Barros, Vanessa Andrade de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

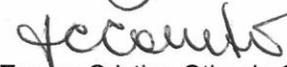
Vamos à atividade do dia: o acerto de contas no trabalho do tráfico de drogas varejista

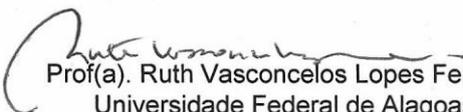
THAÍSA VILELA FONSECA AMARAL

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Trabalho, Sociabilidade e Saúde.

Aprovada em 29 de agosto de 2014, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Vanessa Andrade de Barros - Orientador
UFMG


Prof(a). Teresa Cristina Othenio Cordeiro Carreteiro
Universidade Federal Fluminense


Prof(a). Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira
Universidade Federal de Alagoas

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2014.

DEDICATÓRIA

À Vanessa Barros, ao Dino Jackson e a todos os meninos-homens que me fizeram atravessar a dureza dos fatos para enxergar o pulso da vida.

AGRADECIMENTOS

Ao abrir livros, dissertações e teses acadêmicas sempre faço o início da leitura pelos agradecimentos. Eles me interessam sobremaneira porque os compreendo como o passaporte necessário para a apreensão das ideias e/ou histórias que serão lidas nas páginas seguintes. Por vezes me perco no tempo, imaginando como se deu a contribuição dessas pessoas, a quem se dedica e agradece, para a construção do pensamento de uma autora ou de um autor.

É pensando nesse passaporte que passo agora aos agradecimentos de cada uma dessas pessoas, que fazem parte da minha história, que compõem a minha trama afetiva e que contribuíram, todas elas, de forma muito singular, para a construção das páginas seguintes.

Às pessoas que gentilmente me concederam as entrevistas e que confiaram a mim histórias, experiências e afetos. Agradeço por terem me recebido e por me trazerem chão para esta longa travessia. Ao oficinairo, pela aposta neste trabalho e por ter entendido, muito antes de mim, que eu precisava sentir antes de escrever. Gostaria de poder registrar aqui o nome de cada um de vocês.

À minha vó Dorinha, a quem devo o sentimento que conduz meu olhar sobre o mundo e cujo sorriso e carinho me fazem tanta falta.

À minha mãe Marina, pelos valores que me transmitiu, pelo respeito às minhas escolhas e pelas inúmeras doses de ternura que se fizeram tão presentes nos momentos mais difíceis deste processo. Admiro-a enquanto mulher e me sinto privilegiada por ter você como minha mãe.

Ao meu pai, Geovani, seu amor e carinho são, para mim, fontes de muita felicidade. Agradeço por tudo que me ensinou. Devo a você um pedido de desculpas pelas ausências durante este período de escrita.

À minha irmã Raíra, que foi tão generosa comigo durante todo este processo. Obrigada por sua compreensão e pelo carinho. Você, que sempre me imaginou tão cheia de saberes, me ensina cotidianamente a construir caminhos.

À minha afilhada-irmã Juju, que em tão pouco tempo de existência trouxe alegria e novos sentidos para a minha vida.

À minha prima Lívia, pelo acolhimento na palavra, pelas indicações precisas e por tantas coisas compartilhadas (mesmo sem sabermos).

Às minhas tias, aos meus tios e aos meus avós, que me trouxeram afago.

Aos meus queridos amigos, que trazem açúcar e afeto para o meu viver:

Natália, pela amizade e cumplicidade de uma vida toda, agradeço também por suas indicações.

Thaís, pelo incentivo, por me ensinar a escrever e por me “desencavernar” quando a escrita já não era mais produtiva, você me trouxe ar em muitos momentos da vida.

Laís, por tornar esses dois anos muito mais divertidos, pelas valiosas reflexões e por todo o auxílio com as questões burocráticas.

Xádia, por sua disponibilidade em me ajudar, pelas andanças da vida e lutas compartilhadas.

Monique, por não me permitir esquecer sobre um certo brilho no olhar.

Alex, que mesmo distante está sempre em sintonia.

Cynthia, que sempre me trouxe incentivos.

Gabriela, pelo apoio em momentos tão importantes.

Adriano, pela gentileza e disposição para me ajudar sempre que precisei. Luzimar, por compartilhar saberes.

Edméia, por tantos anos, por me implicar e responsabilizar.

Às queridas amigas de labuta Cristina, Lidiane, Maria Cristina e Marcela, pelos incentivos diários.

Ao Emerson e ao Lucas, que trouxeram importantes discussões.

Às amorinhas, Daniela, Rafaela e Tayane, por todas as histórias cruzadas.

Ao querido William, pelo bom encontro do mestrado.

A Carolina e Fabiana, companheiras de marginalidades, pelas inúmeras reflexões desconcertantes.

À equipe do LABTRAB, pelo trabalho, sempre a muitas mãos, na construção de um mundo mais justo. Agradeço à Maria Constantina, por me ensinar a conduzir a vida com delicadeza e sabedoria. À Maria Luíza, que me trouxe inspirações e indicações preciosas.

Aos colegas do ONASP, por esses dois anos de trabalho conjunto.

À professora Ruth Vasconcelos, que conduz com tamanha delicadeza temas tão difíceis de serem trabalhados. Agradeço pelo carinho e disponibilidade que tornaram possível sua participação em minha banca.

À professora Teresa Carreiro, pelo respeito ao seu trabalho e por ter aceitado, gentilmente, o convite para compor a minha banca.

Por fim, agradeço especialmente à Vanessa, por insistir com tanta veemência na minha capacidade, por me acalantar em momentos de angústia, por compreender minha indisciplina e pela maestria com que me conduziu nesse processo. Seu reconhecimento me trouxe até aqui sem que eu mesmo acreditasse que fosse possível. Agradeço-lhe também por todas as coisas que compartilhamos no dia a dia e que me formaram profissionalmente e pessoalmente.

*O que será, que será?
Que andam suspirando pelas alcovas
Que andam sussurrando em versos e trovas
Que andam combinando no breu das tocas
Que anda nas cabeças anda nas bocas
Que andam acendendo velas nos becos
Que estão falando alto pelos botecos
E gritam nos mercados que com certeza
Está na natureza
Será, que será?*

(Chico Buarque – O que será? [À Flor da Terra])

*Vamos às atividades do dia:
Lavar os copos, contar os corpos e sorrir,
A essa borda rebeldia.*

(Criolo - Lion Man)

RESUMO

Amaral, Thaísa V. F. (2014). Vamos à atividade do dia: o acerto de contas no trabalho do tráfico de drogas varejista. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

O tráfico de drogas ocupa, a cada dia, um espaço maior do nosso cotidiano como representante de uma suposta guerra civil que estaria assolando nossa sociedade. Os noticiários tecem diariamente linhas associativas que colam a imagem do traficante à produção e à disseminação do mal, exibindo justificativas que o elevam à condição de inimigo a ser combatido. A atribuição de um caráter maligno, por vezes patológico, que culmina em um processo de demonização do traficante, encobre uma construção discursiva pautada em uma separação radical entre o bem e o mal. A despeito dessas concepções maniqueístas, o tráfico de drogas se configurou, nas últimas décadas, como uma importante atividade geradora de capital, que tem como meio para tal a *mercantilização* de drogas ilícitas. Nesse sentido, configura-se como uma organização de trabalho que acontece no campo da ilegalidade. Assim, sob a perspectiva teórico/metodológica da Psicologia do Trabalho, procuramos analisar, nesta dissertação, o funcionamento do tráfico de drogas varejista em uma microrregião de Minas Gerais, buscando compreender a atividade do “acerto de contas”. Em uma abordagem qualitativa, trabalhamos com entrevistas com pessoas que estiveram envolvidas no tráfico de drogas no varejo e também com a observação, que aqui denominaremos observação engajada. Também frequentamos, por um período de quatro meses, uma oficina de grafite que acontecia próxima a um ponto de comércio de drogas ilícitas, com a finalidade única de vivenciar, experimentar, estranhar de forma livre e implicada a realidade estudada. Os resultados obtidos na pesquisa evidenciaram um cenário em que o ato de matar é naturalizado, instrumentalizado e espetacularizado, com incidências significativas para a estruturação de uma organização de trabalho e para o reconhecimento de seus trabalhadores. O recurso à violência letal no formato do acerto de contas, que por décadas esteve conectado às vinganças privadas, acompanhou as modificações na gestão do tráfico de drogas e parece corresponder, atualmente, a uma prescrição do trabalho.

Palavras-Chave: Tráfico de Drogas; Acerto de Contas; Trabalho; Prescrição.

ABSTRACT

Amaral, Thaísa V. F. (2014). Vamos à atividade do dia: o acerto de contas no trabalho do tráfico de drogas varejista. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

Drug trafficking takes, every day, a larger space of everyday life as a representative of a supposed civil war that was ravaging our society. The daily news creates associative lines sticking the image of the drug dealer to the production and dissemination of evil showing justifications that elevate the status of enemy to be fought. The assignment of a malignant character, sometimes pathological, which culminates in a process of demonization of dealer conceals a discursive construction guided by a radical distinction between good and evil. Despite these dualistic conceptions, drug trafficking was set up in recent decades, as an important activity that generates capital through the mercantilization of illicit drugs. In this sense, appears as a labor organization that occurs in the field of illegality. Thus, sustained in theoretical / methodological perspective of Labour Psychology we try to analyze, in this paper, the operation of retail drug trafficking in a microregion of Minas Gerais seeking to understand the activity of "payback". In a qualitative approach, we work with interviews with people who were involved in drug trafficking in retail and observation, which we will call here as engaged observation. Also we attended, for a period of four months, a workshop of grafite, which occurred near a point of the illicit drug trade, with the sole purpose of genuinely experience, surprising freely and implicated the studied reality. The results obtained in the research emphasized a scenario where the killing is naturalized, instrumentalized and spectacularized with significant implications for the structuring of a labor organization and recognition of their workers. The use of lethal violence in the payback, which for decades has been connected to private vengeance, followed the format changes in the management of drug trafficking and seems currently correspond to a prescription of the job.

Keywords: Drug Trafficking; Payback; Work; Prescription.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
COEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CULTHIS	Cultura, Trabalho e História: Espaço de Atenção Psicossocial ao Preso, Egresso, Amigos e Familiares
CV	Comando Vermelho
DEA	Drug Enforcement Administration
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
INFOPEN	Sistema Integrado de Informações Penitenciárias
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Primeiro Comando da Capital
SENAD	Secretaria Nacional Antidrogas
SENASP	Secretária Nacional de Segurança Pública
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	A CONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA: DISCURSOS SOBRE O TRÁFICO DE DROGAS.....	21
2.1	Atravessando o proibicionismo.....	21
2.2	Da proibição ao narcotráfico.....	33
2.3	Mídia e violência: produções de subjetividade.....	44
3	O PERCURSO METODOLÓGICO.....	52
3.1	Considerações iniciais.....	52
3.2	Entrevistas.....	62
3.3	Observação engajada.....	69
3.4	Dificuldades e tensões da pesquisa.....	80
3.4.1	Desafios éticos.....	80
3.4.2	Desafios da tradução.....	83
3.4.3	Tensões do corpo.....	89
4	NA LINHA DE FRENTE: CONTEXTOS DO TRÁFICO DE DROGAS.....	91
4.1	O pó, as armas, é o demônio dando bote.....	91
4.2	O cordeiro vira lobo, e o lobo tem seu ofício: a mercadoria droga.....	97
4.3	Organização da firma.....	104
4.3.1	A malandragem é viver.....	106
4.3.2	Ascensão profissional é a gerência na biqueira.....	109
4.3.3	A gente joga junto!.....	112
4.3.4	Eu não entrei, eu já fazia parte.....	114
4.3.5	Vacilou, no jab, fio, é lona.....	117
4.3.6	Pois na quebrada escorre sangue.....	124
5	ACERTO DE CONTAS: DA PATOLOGIZAÇÃO À PRESCRIÇÃO DA TAREFA.....	132
5.1	O indivíduo perigoso.....	132
5.2	O caráter instrumental da violência.....	139
5.3	Entre o prescrito e o real.....	146
5.4	Olha aí! Olha aí!.....	158
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
	REFERÊNCIAS.....	168

ANEXO A.....	179
ANEXO B.....	183
ANEXO C.....	184

1. INTRODUÇÃO

O incômodo intelectual mas também pessoal que nos traz aqui não nasce com a opção por uma continuidade do trajeto acadêmico, agora no âmbito do mestrado, tendo findado os anos de formação inicial, mas como “expressão de historicidade”, para retomar um termo de Vincent de Gaulejac (1996). As andanças pelo universo da violência urbana já faziam parte do nosso caminho quando o pesquisar ainda era um lugar de iniciação que tivemos oportunidade de acessar muito cedo, no período de graduação em Psicologia.

Nesses momentos iniciais, aliado a um universo de experiências diversas próprias ao processo de formação profissional, nos encontramos com o funesto modelo de tratamento penal brasileiro, imerso em práticas nefastas e violadoras. Desse encontro, que ainda não se findou e seguindo o traço que aos poucos o destino nos permitia desenhar, surgiram diferentes campos de atuação – primeiro pela via de estágios e depois através de pesquisas – que culminavam no mesmo ponto: o trato da violência em lócus prisional.

A leitura diária que fazemos do sistema prisional não inclui a concepção de seres humanos. Nas matérias de jornais e programas televisivos, maciçamente, somos apresentados a uma camada populacional facilmente reconhecível pelas marcas da raça e da posição socioeconômica, codificadas com a devida tarja preta e suas iniciais, carimbando, assim, o status de desumanidade e periculosidade.

Atravessar os muros tão altos que encobrem o que está rejeitado no tecido social nos fez deparar com uma máquina de tortura que segue firme em seu compasso, como dizia Fernanda Otoni de Barros-Brisset (2005), funcionando como motor aniquilador da condição humana. Mas, ao atravessarmos as grades, encontramos um cenário completamente dissonante. Ali encontramos nomes, rostos e histórias, encontramos

peessoas com suas singularidades em uma luta impressionante pela vida, encontramos tónus de subjetividades que nos pareciam ainda mais vívidos.

De infinitas indagações provenientes dessa dissonância uma inscreveu-se em nós de forma permanente e incisiva: Como é possível existir marcas tão fortes de manifestações do viver em contextos notoriamente operados por processos de mortificação? Nós nos interrogávamos sobre como era possível respirar frente ao habitat gélido em alguns contextos e absurdamente quente em outros, de odor sempre insuportável e amontoados em espaços mínimos, o que muitas vezes, exige uma rotatividade constante entre os que ficam em pé, os que sentam e os poucos que deitam? Como manter a vida onde as manifestações do *eu* dão lugar a uma homogeneidade impossível e qualquer escape deve ser severamente punido?

Assim, em um primeiro momento nos interessamos por essas dinâmicas de resistência em contexto prisional. Como na roda viva de Chico Buarque, que ceifa e estanca as possibilidades do viver, mas que mantém a voz ativa, de um sujeito autor da sua própria história.

Na medida em que os encontros com as pessoas em privação de liberdade foram acontecendo, o escutar histórias nos transportaram para uma realidade que até então nós só tínhamos acesso de forma mediada (via as diversas mídias) e que pouco nos era possível compreender. O tráfico de drogas sempre compôs, de forma direta ou indireta, a história de vida de todas as pessoas que conhecemos dentro de unidades prisionais. Era impossível nos depararmos com inúmeras indagações e não nos questionarmos novamente sobre as formas de resistência em um contexto onde, aos nossos olhos, a morte era um risco sempre iminente.

Conforme aponta Hissa (2013), “a escolha da temática de pesquisa está envolvida por uma trama histórica na qual o sujeito está plenamente envolvido” (p.100).

Se, em um primeiro momento, indagações provenientes do processo de mortificação e de resistência no sistema prisional nos captaram, agora passamos para a compreensão da atividade do acerto de contas no tráfico de drogas no varejo.

Os significados desses encontros ganharam o contorno de uma busca, talvez infinita, pela compreensão do homem, que teve início na Psicologia e que encontrou novos rumos no sistema penitenciário (importante salientar aqui os ensinamentos de Jacques Lacan, ao apontar que só é possível conhecer uma sociedade quando se conhece seu modelo de prática penal) e que avança agora pelas práticas que organizam o tráfico de drogas. Busca que agora resulta no presente texto enquanto expressão de dilemas, experiências, mas também de organização do pensamento.

Pensar é transcender a ideologia nefasta a fim de não tomá-la como uma realidade finita (Depenne, 2013). Nesse sentido, foi necessário fugir dos caminhos secundários do não pensamento, fugir do conforto ideológico, de uma moldura pronta, para partir de um desconforto que provocasse uma reflexão e uma construção.

Com essa perspectiva, o segundo capítulo deste trabalho tem início em uma retomada histórica a fim de peneirar os pilares discursivos que instauraram um “problema da droga” e que movimentam uma política repressiva com tonalidades de uma guerra sanguinária.

No terceiro capítulo apresentamos o percurso metodológico, base de uma difícil construção que teve seu início sem planejamentos. Aqui apontamos as dificuldades em se

trabalhar em um contexto que envolve práticas ilegais, os desafios e as tensões da pesquisa e a perspectiva teórico-metodológica que nos orientou.

No quarto capítulo problematizamos a divisão moral entre o bem e o mal que acompanha a compreensão das drogas ilícitas. Refletimos sobre o processo de mercantilização das drogas e, através das experiências de vida e de trabalho das pessoas que encontramos em nossa pesquisa de campo, conhecemos os aspectos organizativos do tráfico de drogas varejista em Minas Gerais.

O quinto capítulo nos conduz para a compreensão do ato de matar, o acerto de contas, dentro da atividade do tráfico. Chegamos à prescrição, à tarefa, ao trabalho fazendo anúncios de uma dramática para o reconhecimento desses trabalhadores.

No sexto capítulo, último passo desta jornada, apresentamos as considerações finais fazendo ressoar o pulsar da vida.

Almejamos com esta dissertação propor uma reflexão acerca de sentidos naturalizados no tecido social que conduzem, por um viés único, com status de verdade, à compreensão do acerto de contas no tráfico de drogas varejista. Mais do que traçar uma verdade, ansiamos propiciar a vinda de novas perguntas, novos instrumentos, novas ações que nos façam refletir sobre a sociedade que estamos produzindo e que visem sempre uma transformação.

2. A CONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA: DISCURSOS SOBRE O TRÁFICO DE DROGAS

*De noite raiava o sol
Que todo mundo aplaudia
Maconha só se comprava
Na tabacaria
Drogas na drogaria*

(Chico Buarque – Outro Sonho)

2.1 Atravessando o proibicionismo

Renatinho¹, Washington, Galeto, Breno, Wander. Cinco nomes, cinco pessoas que compõem os mais de 43.684² mortos por homicídio doloso entre os anos de 2010 e 2011. São “Existências destinadas a passar sem deixar rastros”, como diz Foucault (2003, p.3), vítimas do ato mortífero cometido por outrem, visto que estavam, os cinco, condenados à execução por *vacilos* no envolvimento com o tráfico de drogas.

Se essas pessoas não adquirem o status de existência compondo a expressão do vulgo *é apenas mais um* ou, melhor dizendo, *é apenas menos um*, elas estão destinadas a outro lugar: o lugar de números, engrossando de forma significativa dados estatísticos cada dia maiores.

Os números da violência crescem na cadência do ritmo contemporâneo. Os noticiários anunciam, diariamente, a prática de crimes de todas as ordens. Roubos, furtos, sequestros e principalmente homicídios contribuem para elevar sensivelmente as taxas de

¹ Nomes fictícios que compõem histórias reais recolhidas pelos instrumentos de coleta de dados da pesquisa.

² Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, 2012.

criminalidade. Segundo dados da Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP, 2011), o Brasil possui hoje uma das maiores taxas de homicídios no mundo.

Nesse processo de globalização do crime, o tráfico de drogas desponta com destaque no cenário mundial. Conforme informações da *United Nations Office on Drug and Crime* (UNODC), publicadas no Relatório Mundial sobre Drogas de 2013, o consumo de entorpecentes tem crescido de forma significativa nas últimas décadas. Apesar de se ter verificado certa estabilidade no uso de drogas tradicionais, tais como a heroína e a cocaína, no período entre os anos de 2009 e 2011, há a prevalência de um aumento mundial no consumo de drogas. Em 2011, cerca de 7% da população adulta mundial fez uso dessas substâncias – um aumento de 18% do total estimado de pessoas que fizeram uso no ano anterior.

É pela via do contexto histórico-cultural que as drogas psicoativas são incluídas nas categorias de lícitas e ilícitas³. Encontramos, em toda a história da humanidade, o consumo de substâncias psicoativas de forma contínua para os mais diversos fins: terapêuticos, religiosos, alimentícios e em ritos de sociabilidade e mesmo de prazer. Sabe-se ainda, desde os escritos freudianos, que a droga compõe a tríplice⁴ de paliativos para lidar com o mal-estar que surge como efeito colateral da vida civilizada. No entanto, apesar de todo o conhecimento sobre o consumo milenar dessas substâncias, só recentemente se dá a instauração de um discurso que antagoniza droga e vida e proclama uma verdadeira e sanguinária “guerra contra as drogas”.

³ Uma discussão fundamental sobre o uso de drogas (i)lícitas pode ser encontrada em Vargas (2000, 2001).

⁴ Os outros dois são a arte e a ciência.

É na virada para o século XX que se verifica uma onda proibicionista capitaneada pelos Estados Unidos da América, que, após fins da segunda guerra, ganha como grande “reforço” a Organização das Nações Unidas (ONU).

Os ares do protestantismo consolidam a tradição puritana em solo norte-americano e fazem ressoar os brados de uma conduta rígida e moralista. Tal consolidação é resultado de um processo de crescente mobilização de protestantes durante as duas últimas décadas do século XIX, com a formação de grupos como a Sociedade Americana pela Abstinência (fundada em 1826) e a União de Mulheres Cristãs pela Abstinência, até à emergência do Partido pela Proibição (Arbex Jr. & Tognolli, 1996). Isso faz com que algumas drogas psicoativas apareçam como elemento representante do mal que deve, portanto, ser controlado e combatido e provoca uma série de ações no intuito de proibir a produção, a venda e o consumo de algumas substâncias. A primeira regulamentação em âmbito americano acontece em 1906 com a chamada *Food and Drug Act*, que estabelece normas sanitárias sobre a produção de fármacos (Arbex Jr. & Tognolli, 1996). Daí em diante, uma série de ações tanto em nível nacional como internacional são tomadas visando a construção de estratégias repressivas. Conforme aponta Rodrigues (2002):

O governo dos Estados Unidos logra seus êxitos iniciais no controle de drogas nas reuniões internacionais que convoca. A primeira, realizada em Xangai, em 1909, não chega a elaborar determinações impositivas aos países signatários (países que contavam com fortes indústrias farmacêuticas e com monopólios comerciais na Ásia, Inglaterra e Alemanha), mas constrange essas mesmas potências internacionais que, ao contrário dos EUA, interessavam-se pelo lucrativo mercado do uso hedonista do ópio e seus derivados (p.103).

O próximo passo se dá na Conferência de Haia, em 1911, quando os Estados participantes assinam o Tratado de Haia, documento por meio do qual se dispõem a coibir em seus territórios o uso de opiáceos e cocaína que não eram para fins clínicos. Em 1914, o governo estadunidense promulga a *Harrison Narcotic Act*, primeira lei americana de controle efetivo do consumo de opiáceos e cocaína para fins não medicinais. O início da década seguinte é marcado pela 18ª Emenda à Constituição, mais conhecida como Lei Seca, que proíbe a produção, a importação e a exportação de bebidas alcoólicas (Rodrigues, 2002). Tais convenções ganham ressonância na América Latina. No Brasil, a primeira lei restritiva de drogas surge em 1921, promulgada em 14 de julho na lei federal de número 4.294. Pautado no modelo de Haia, o decreto impõe à droga o caráter médico-legal, punindo comportamentos e transpondo a questão para o contexto sanitário e de segurança pública.

Para Arbex Jr. e Tognolli (1996), claramente, o que se propunha era a eliminação do consumo do álcool, mas a proibição “deflagrou uma guerra para ‘moralizar’ os costumes.” (p.199). O que estava implícito nos argumentos que reforçavam ações proibitivas era a associação imediata de algumas drogas psicoativas a grupos de imigrantes e/ou minorias étnicas. Pretendia-se, assim, uma reação aos costumes pecaminosos de imigrantes católicos – que não condenavam o hábito de beber –, judeus e negros. Rodrigues (2004) demonstra tal vinculação xenófoba no que concerne ao contexto americano em que se associavam: maconha/hispânicos, ópio/chineses, cocaína/negros, álcool/irlandeses e italianos.

A Lei Seca tem seu fim em 1933 através da 21ª Emenda. Extingue-se, assim, a proibição ao consumo de álcool, mas permanece fortificado o movimento de repressão às drogas psicoativas, naquele momento com destaque para o ópio, a heroína e a morfina.

As décadas subsequentes, marcadas pelo período da guerra fria, dividiram o mundo em dois blocos, liderados por Estados Unidos (capitalismo) e União Soviética (socialismo), que tinham como ponto único a convicção de que o lado oposto do bloco possuía o mal que deveria ser aniquilado. A droga assume aqui um papel importante nesse combate. “Curiosamente, os dois blocos se acusavam, mutuamente, de produzir drogas e/ou incentivar o narcotráfico, com o objetivo de ‘corromper a juventude’ um do outro” (Arbex Jr. & Tognolli, 1996, p.203).

Já as décadas de 70 e 80 aparecem em diversos estudos (Arbex Jr. & Tognolli, 1996; Rodrigues, 2002; Feffermann, 2006; Zaluar, 2007) como um marco para o crescimento da demanda por drogas, principalmente a cocaína, e constitui-se como um período de mudanças na configuração do cenário mundial em termos econômicos e políticos. Zaluar (2007) demarca que:

A sociedade do pós-guerra sofreu um processo acelerado de transformações econômicas, políticas e culturais, e essas transformações se traduziram na fragmentação social e na importância crescente dada às atividades de lazer e de consumo como meios de definir novas identidades sociais. (p.34)

É um período marcado também pelo movimento de contracultura, de culto à liberdade individual e de um estilo de vida alternativo. O sonho da droga é disseminado em larga escala como meio de subverter a lógica de uma sociedade extremamente repressora. Nesse sentido, o festival de Woodstock realizado em plena Nova York, em 1969, é emblemático e traça um choque cultural com sua tríade: “sexo, drogas e rock’n’roll”.

No entanto, para a matriz capitalista, a droga adquire outra dimensão ligada às lentes do consumo. Aliado a isso, o tráfico se fortalece e se organiza com o intuito de atender a essa demanda.

Na década de 1970, o tráfico de drogas expande-se e se transforma em indústria. Os crimes relacionados às drogas ilegais tornam-se frequentes e se patenteiam na configuração carcerária (...). Ilegal e clandestina, a droga passa a ser fonte de disputa e enormes lucros. Em decorrência disso, o consumo se altera, passando a corresponder à lógica do mercado e não mais aos desejos de grupos. (Ferffermann, 2006, p.24)

Nessa direção, o advento do que se configurou como um processo de globalização na reestruturação do capital funcionou como um importante motor para a proliferação de uma rede criminosa global/transnacional com funcionamento similar ao mercado formal. Em nossa opinião, o contexto tornou-se propício em decorrência de uma variedade de fatores: a) rápida difusão de uma cultura de estímulo ao consumo de produtos; b) hibridismos culturais, rearranjos da propriedade fundiária e jogos políticos complexos (Zaluar, 2004); c) maior facilidade do fluxo em rede, o que possibilitou uma melhor dinamização da circulação de produtos e pessoas; d) um sistema econômico autônomo, mais livre de processos altamente regulatórios e distantes da base material de produção e do comércio (Feffermann, 2006).

O efeito paradoxal desse processo é visualizado no hiato entre as aspirações impostas a todos pela primazia do consumo e a concretude de oportunidades que atinge a poucos. Nesse movimento tem-se uma imposição real na acentuação da miséria pela grande precariedade nas relações de trabalho e pelo crescente índice de desemprego.

A congruência desses fatores resulta em uma fragilização do Estado, abrindo espaço para que o tráfico de drogas se constitua como uma das atividades de comércio mais lucrativas do mundo. Ainda no final dos anos 90, mais precisamente em 1997, um informe da ONU estimava um faturamento anual do tráfico de drogas na ordem de 400 bilhões de dólares. A complexidade em precisar esse número, tendo em vista informações contraditórias, a dificuldade de compreensão em relação ao consumo e à produção de entorpecentes e a diversidade de fontes que movimentam as receitas no tráfico de drogas, resulta em uma falta de confiabilidade nos resultados apresentados. Em 2005, no Relatório Mundial sobre Drogas, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNDOC) apresentou nova pesquisa, concluindo que, em 2003, o faturamento anual do tráfico de drogas girava em torno de 322 bilhões de dólares.

Em paralelo a esse panorama, a repressão ganha um recrudescimento nunca visto na história. Em 17 de junho de 1971⁵, uma verdadeira guerra contra as drogas tem seu pontapé inicial com o discurso realizado pelo então presidente dos Estados Unidos. Richard Nixon anuncia que: “O inimigo público número um dos Estados Unidos da América é o abuso de drogas. A fim de lutar e derrotar esse inimigo, é necessário travar uma nova ofensiva total” (tradução nossa)⁶. Anos depois, em 1974, cria-se o primeiro departamento americano direcionado para a elaboração de estratégias de repressão às drogas ilícitas, a *Drug Enforcement Administration* (DEA).

⁵ Cabe esclarecer que tal discurso é citado na obra de importantes estudiosos com equívocos, que só foram possíveis de desvendar com o acesso à fonte original, anexada nesta dissertação. O primeiro equívoco diz respeito ao ano correto em que Richard Nixon fez o pronunciamento de tal discurso. Há autores que apontam para o ano de 1972 e outros que utilizam o ano correto, 1971. O segundo refere-se ao conteúdo. Apesar de claramente ser um discurso com proposta de tratamento ofensivo à questão das drogas ilícitas e que iria instaurar uma série de atos que inaugurariam uma verdadeira operação de guerra, não há o uso, durante todo o discurso, da expressão exata “guerra às drogas”. A expressão que se aproxima do termo “guerra”, utilizada no discurso presidencial, é “all-out offensive”, mais corretamente traduzida por “nova ofensiva total”.

⁶ “America's public enemy number one in the United States is drug abuse. In order to fight and defeat this enemy, it is necessary to wage a new, all-out offensive”. Parte do discurso de Richard Nixon “Observações sobre o Programa contra o Abuso de Drogas” proferido em 17/06/1971. Ver no Anexo A discurso completo.

É no âmbito da ONU – com claro incentivo por parte do governo estadunidense – que acordos internacionais vão sendo ratificados no intuito de construir aparatos de coerção ao tráfico de drogas. As três convenções que ainda regem as ações dos países signatários – Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961; Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971; Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988 – dão corpo às medidas de controle aplicáveis internacionalmente separando as drogas lícitas das ilícitas.

A primeira, a Convenção Única sobre Entorpecentes, traça uma lista de substâncias (lista amarela) que passam a ser controladas com o objetivo de intervenção por meio de ações internacionais coordenadas para o combate ao tráfico de drogas. A segunda, a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, aumenta a lista de substâncias (lista verde) proibidas e fortalece as formas de controle, principalmente no que diz respeito às drogas sintéticas. Por fim, a terceira, a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, amplia o leque de intervenção a crimes não relacionados diretamente ao tráfico, tais como a lavagem de dinheiro e o fornecimento de precursores químicos. Nessa convenção há novamente um aumento no rol de substâncias (lista vermelha) que devem ser controladas, além de um fortalecimento das ações de cooperação internacional no que tange às medidas judiciais aplicadas aos traficantes de drogas.

Acompanhando a ofensiva, o Brasil ratifica sua participação nas três convenções, mas é somente em fins da década de 70, concatenada ao período de ditadura militar, que ocorre uma construção mais sólida nesse caminho repressivo: a promulgação da Lei de Tóxicos, em 21 de outubro de 1976, e a instituição do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, em 1980. No entanto, ressalta-se o pioneirismo proibicionista do aparelhamento jurídico no Estado brasileiro, que, já em 1851,

demonstrava sua tendência de sair do campo de controle mais generalista para fazer intervenções pouco habituais, até então, ao controle governamental da época. Nesse momento, a saúde pública torna-se passível de controle e uma primeira normativa é materializada através de Regulamento Imperial que irá determinar a instauração de uma polícia sanitária e disciplinar destinada à fiscalização/repressão sobre a venda de remédios (Rodrigues, 2004).

No período entre 1921 e 1976 há um processo de preparação do campo jurídico brasileiro para a consolidação de um contexto antidrogas. Criam-se, então, o Decreto-Lei 20.930, de 1932, que prevê a pena de prisão para consumidores de substâncias entorpecentes; o Decreto-Lei 780, de 1936, que institui a Comissão Permanente de Fiscalização de Entorpecentes. E, em 1938, o Decreto-Lei 891, um importante passo normativo que sintetiza as estratégias repressivas do Estado e prepara a base para uma política antidrogas com ações cada vez mais severas e em total consonância com as determinações internacionais (Rodrigues, 2004).

A partir daí, os decretos-leis publicados pouco alteraram o conteúdo da regulamentação vigente na lei de 1938 (Rodrigues, 2004). Destacam-se, no entanto, os códigos normativos promulgados nos anos iniciais do período de ditadura militar: o Decreto-Lei 54.216, de 1964, que incorpora ao ordenamento interno as determinações da Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961, ratificada pelo país, e o Decreto-Lei 157, de 1967, que adiciona as substâncias que compunham a lista amarela da convenção de 1961 à lista nacional presente no decreto de 1938. Em 1968 tem-se o Decreto-Lei 385, que estabelece equidade nas penas aplicadas a usuários e traficantes; no entanto, essa norma não se tornou efetiva na prática e foi revogada três anos depois com o Decreto-Lei 69.845, que retomou as diferenciações propostas em 1938, estabelecendo como “viciado” o

usuário de drogas, que poderia receber como pena a internação compulsória, e o traficante, que seria mantido na lógica do encarceramento (Rodrigues, 2004).

Uma revisão dessas normatizações foi proposta 22 anos após a Lei de Tóxicos com a criação, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso⁷, da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD)⁸, mas, como avalia Rodrigues (2012), o resultado se deu “em tópicos alterações que não alteraram sua tônica repressiva” (p.30). Nesse contexto, a atuação da SENAD trouxe uma polêmica em torno de suas atribuições, tendo em vista que as ações de repressão, desde a Constituição Federal, eram de competência da Polícia Federal. Assim, a SENAD, mais enfraquecida, volta-se para a prevenção e a pesquisa.

No governo Lula, uma nova perspectiva tenta ser anunciada. A SENAD sofre alteração em sua nomenclatura, passando para Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, mas mantendo a sigla original, e há uma prerrogativa no intuito da aplicação de penas alternativas para consumidores (Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006). No entanto, conforme aponta Rodrigues (2012), a não distinção na quantidade que tipificaria a posse como consumo próprio ou tráfico resulta em uma permanência na seletividade penal, encarcerando jovens, pobres e negros e abrandando classes favorecidas. Em 2004, através do Decreto 5.144, regulamentou-se o abate de aeronaves que, em espaço aéreo brasileiro, não cumprissem a ordem de identificação. Esse decreto ficou conhecido como “Lei do Abate” e visava a repressão a voos clandestinos cargueiros de mercadorias ilícitas.

⁷ Curiosamente, em 2009, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, liderando a Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia, iniciou uma série de mobilizações a favor da descriminalização das drogas. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/fhc-e-a-descriminizacao-das-drogas>
<http://www.cbdd.org.br/page/2/?s=fhc>.

⁸ A Secretaria Nacional Antidrogas foi criada através da Medida Provisória nº 1.689-1, de 29 de junho de 1998. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1998/medidaprovisoria-1689-1-29-junho-1998-372396-publicacaooriginal-1-pe.html>.

A normativa brasileira mais recente no âmbito desse enfrentamento às drogas foi promulgada em 2010 pelo Decreto Presidencial 7.179, que instituiu o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Alocado no Ministério da Saúde em parceria com diversos órgãos governamentais, o plano aparece com consideráveis investimentos financeiros e tem como lema *Crack, é possível vencer*. As nuances do Plano, no que tange a uma perspectiva de atenção à saúde do usuário, encobre uma política higienista, que aposta em soluções pautadas na lógica da institucionalização, retomando a nefasta orientação manicomial (tão combatida pelos princípios da reforma psiquiátrica) sob a face das comunidades terapêuticas e mantendo o viés proibicionista⁹.

Nesse sentido, é possível concordar com Rodrigues (2012) em seus apontamentos que desvelam essa política proibicionista como um importante instrumento de controle social e que, pautado no desenvolvimento teórico foucaultiano,

poderia ser considerado uma potente tática biopolítica, pois, sincronicamente, permitiu a intervenção sobre hábitos individuais (uso de drogas para fins recreativos ou medicinais) – sob a justificativa de melhorar a vida individual e coletiva – e abriu espaço para a perseguição e apresamento de grandes contingentes de indivíduos tidos como perigosos à ordem social e que pertenciam, precisamente, às camadas mais pobres e numerosas dos centros urbanos que tanto preocupavam e

⁹ No dia 19/03/2014, em meio ao processo de escrita desta dissertação, foi protocolado, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 7270/2014 de autoria do Deputado Jean Wyllys, que regula a produção, a industrialização e a comercialização de Cannabis (derivados e produtos), dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, cria o Conselho Nacional de Assessoria, Pesquisa e Avaliação para as Políticas sobre Drogas, altera as Leis 11.343, de 23 de agosto de 2006, 8.072, de 25 de julho de 1990, e 9.294, de 15 de julho de 1999, e dá outras providências. O projeto adquire grande importância no cenário brasileiro por ser o primeiro com propostas progressistas e diferenciadas do modelo proibicionista corrente. Apesar das limitações, ao destinar-se à legalização apenas da Cannabis, o projeto avança em pontos fundamentais tais como a garantia de liberdade para a produção, comercialização e consumo, não se reduzindo apenas à descriminalização, e a proposta de concessão de anistia a todos aqueles que foram indiciados, processados ou condenados a crimes em que a Cannabis tivesse sido o objeto de conduta ilícita.

mobilizavam – desde finais do século XVIII na Europa e a partir do final do século XIX nas Américas – as classes governantes. (pp.13-14)

Por derradeiro, não se tem durante a retomada histórica aqui realizada acerca do caminho normativo que culminou em uma guerra às drogas, qualquer resquício de discussões técnico-científicas acerca dos possíveis problemas psicopatológicos do uso de substâncias psicoativas. O discurso proferido por Richard Nixon é elementar e incisivo na afirmação da droga como o inimigo número 1 dos Estados Unidos sem tratar de qualquer motivação para tal. Segundo Rodrigues (2004), mesmo no âmbito da ONU havia uma clareza, “extraoficial”, acerca da inexistência de uma distinção farmacológica que amparasse uma onda proibicionista e de que

não tinham sido toxicólogos, químicos ou sequer médicos que haviam posto em marcha a legislação proibicionista e que a OMS (através do Comitê [de Especialistas em Drogas que causam dependência]) evidenciava que as medidas legais eram injustificáveis em termos biológicos. (Escohotado, 1996, p.142, citado por Rodrigues, 2004, p.83)

Seja como for, após 105 anos da primeira reunião internacional realizada em Xangai, o que se torna perceptível é que o demasiado controle não resultou em diminuição do consumo de substâncias psicoativas consideradas ilegais. Muito pelo contrário, o que fica claro é um aumento recorde no consumo de drogas tanto lícitas quanto ilícitas. Com efeito, há igualmente a exigência de uma melhor organização da produção e do comércio dessas substâncias.

2.2 Da proibição ao narcotráfico

Como visto, a proibição dessas substâncias configura-se como um importante fomento para a prática de comércio ilegal. Segundo Carneiro (2002): “O consumo de drogas ilícitas cresce não apesar do proibicionismo também crescente, mas exatamente devido ao mecanismo do proibicionismo que cria a alta demanda de investimentos em busca de lucros.” (p.117). Maria Lúcia Karam (2012) retoma exemplos clássicos dessa prerrogativa em que a medida repressiva acaba por derivar na busca de outras substâncias mais lucrativas e potentes. É o caso do mercado de opiáceos, que foi paulatinamente suprido pela heroína; da cerveja e do vinho, que, durante a proibição de seu comércio – Lei Seca – na década de 20, nos EUA, foram substituídos pelo uísque e pelo gim e ainda da cocaína, que acabou se desdobrando no crack. Para Soares (2012):

Quanto maior o controle policial e mais duras as leis, mais competentes têm de ser os que vivem da transgressão e mais atraentes se tornam os negócios ilícitos, porque a vigilância, ao mesmo tempo em que dificulta as transações ilegais, e justamente por dificultá-las, eleva os preços, valoriza os produtos e estimula as práticas proibidas. (p.26)

Nesse sentido, as ressonâncias proibitivas, quando entrecruzadas às exigências impostas pelo capitalismo, e a alta demanda pelo produto encontraram lócus nos interstícios da ilegalidade, dando origem a uma imperiosa economia de tráfico de psicoativos.

A indústria de drogas ilegais, compondo a dita criminalidade organizada, cumpre de forma vertiginosa os preceitos capitalistas com cifras vultosas colocadas em circulação, com lucros significativos em função da ilicitude do produto, com a oferta de postos de

trabalho e com a geração de renda. Todavia, o comércio de drogas, o que se dá na ponta dessa linha mercantil, torna visível outras faces do problema marcadas pela exploração e pelo sangue de corpos jovens e pobres, como será visto adiante.

O conceito de criminalidade organizada ou, como sinaliza Zaluvar (2007), mais ou menos organizada, no que tange ao comércio de drogas, é objeto de muitas discussões que apontam para inúmeras divergências, principalmente quando aplicado ao contexto brasileiro. Em uma extensa revisão bibliográfica, Oliveira (2006) constata uma total falta de consenso no que diz respeito às possíveis aplicações do conceito de criminalidade organizada. Vários são os autores¹⁰ que discorrem sobre o tema, no entanto, não há conformidade nas características básicas que poderiam compor o leque de uma organização criminosa.

Apesar dos impasses teóricos, o termo é amplamente utilizado, ocorrendo em diversos momentos um uso indiscriminado. Nesse sentido, cientes do caminho melindroso inerente ao trato do conceito e conscientes da advertência que Zaffaroni (1996) faz¹¹, optamos por não nos furtarmos à sua utilização, principalmente, em função da importância que ele assume nos códigos normativos e também por ser de uso recorrente na mídia.

Mingardi (1996) propõe, em sua tese de doutorado, uma definição baseada em quinze elementos prioritários e que seriam características de todas as organizações criminosas, sendo elas: a prática de atividades ilícitas; atividades clandestinas; mercadorias ilícitas; venda de serviços ilícitos; relação clientelista; hierarquia organizacional; previsão

¹⁰ Zaluvar (1994; 2004), Procópio (1999), Mingardi (1996; 1998), Machado (2002), Rodrigues (2002; 2003), Misse (2006), Oliveira e Zaverucha (2006), Oliveira (2007), Adorno e Salla (2007).

¹¹ “cremos tratar-se de tarefa infrutífera, pois a diversidade que aquela categoria [crime organizado] pretende abranger continua dispersa e carente de uma análise particularizada, prescindindo de uma falsa classificação que, por não alcançar seus objetivos, obstaculiza a compreensão dos fenômenos no campo científico”. (p.45)

de lucros; divisão do trabalho; planejamento empresarial; uso da violência; uso da intimidação; presença da lei do silêncio; monopólio da violência; controle territorial e simbiose com o Estado.

Para Oliveira (2006), o conceito balizado por Mingardi traz uma noção ampla, portanto, pouco objetiva. O resgate literário conduz a uma multiplicidade de olhares com elementos diferentes que ora convergem, ora não.

Em 2002, o escritório da ONU sobre Drogas e Crime publica um levantamento em que propõe uma definição ampliada para um grupo criminoso organizado, que seria constituído a partir de quatro características: a) um grupo de três ou mais pessoas, que não foi formado aleatoriamente; b) existente por um período de tempo; c) atuando em conjunto com o objetivo de cometer pelo menos um crime punível com pena de prisão de pelo menos quatro anos; d) a fim de obter, direta ou indiretamente, um benefício material financeiro ou outro.

No que tange às especificidades do tráfico de drogas, Rafael (2001) propõe uma outra leitura que sai das lentes conceituais da criminalidade organizada para se compreender o tráfico de entorpecentes como fluxos interligados. Para o autor:

O tráfico de drogas, se não o reificarmos, é aquilo que se passa na conjunção de alguns fluxos de drogas, armas, homens e dinheiro, basicamente. Obviamente, e na medida em que se busca gerenciar estes fluxos, o tráfico comporta algum grau de institucionalização (basta entrar em uma favela do Rio de Janeiro para percebermos isto). Mas designa simultaneamente efeitos, movimentos, acontecimentos, algo que se passa ou que se passa entre. (p.169)

Nessa linha, Fefferman (2006), a partir de revisão bibliográfica e de pesquisa de campo com jovens envolvidos no tráfico, na cidade de São Paulo, elenca algumas características básicas do tráfico de drogas: manutenção de redes internacionais para o escoamento de produto ilegal; conquista de territórios; confecção de códigos de conduta intragrupo em organizações hierárquicas; solução frequentemente violenta de disputas; influência no aparato repressivo estatal e em outras instâncias de governo.

Isso posto, quais seriam então os grupos que compõem uma organização criminosa? No cenário mundial vê-se uma primeira aproximação com a máfia da velha Sicília, na Itália. Conforme Luppó (2002), a máfia se consolida na Itália em meados da década de 70 como uma grande empresa em que famílias dominam os territórios e atuam com atividades ilícitas. Posteriormente surge uma associação mafiosa denominada Cosa Nostra, que uniu integrantes dos Estados Unidos e da Itália.

No Velho Continente, as organizações criminosas aparecem em fins da I Guerra Mundial. Como afirma Werner (2009):

O ponto de vista europeu identificou as origens do crime organizado transnacional no final da I Guerra Mundial, sendo empiricamente válida tal assertiva, em razão do nível da criminalidade ter aumentado drasticamente em decorrência do aumento do fluxo de criminosos através das fronteiras, com uma propagação quase epidêmica de uma nova classe de criminosos que abusaram da modernização da vida social, cometendo crimes com a falsificação de dinheiro e de passaportes, roubo em transportes ferroviários, tráfico de escravas brancas e de drogas. (p.55)

A globalização, como uma das características do capitalismo, desponta como uma das causas importantes para o crescimento do crime organizado. É o que salienta Oliveira

(2003): “a história está a nos mostrar cotidianamente que o capitalismo ‘honrado’ e ‘civilizado’ e o mafioso nunca andaram muito longe, e um aprendeu com o outro, e frequentemente se retroalimentam” (p.51).

No Brasil constata-se que o jogo do bicho, no final do século XIX, configurou-se como estrutura mais próxima a uma organização criminosa. No entanto, seguindo uma tendência mundial, é o tráfico de drogas que irá se destacar nesse campo.

Ao contrário do que muito se diz, o Brasil não funciona apenas como uma importante rota para o fluxo internacional de drogas ilícitas advindas normalmente da Colômbia, Bolívia e Peru com destino à Europa e aos Estados Unidos¹². O país tem ocupado, nos últimos anos, “rankings” importantes para a narcogeopolítica. Em 1993, os Estados Unidos publicaram o Relatório Anual sobre Controle Internacional de Narcóticos, que destacou o Brasil como o maior canal de distribuição de cocaína, além de ser o segundo país com maior ganho financeiro advindo do narcotráfico (Arbex Jr & Tognolli, 1996). O país aparece ainda como um importante centro para a lavagem de dinheiro e um dos fornecedores de éter e acetona utilizados para o refino da cocaína, além de possuir, na região nordeste, uma pequena produção de *Cannabis*, porém vista como insuficiente para o abastecimento do território. Segundo Arbex Jr e Tognolli (1996): “A partir desse relatório de 1993, o Brasil desponta no noticiário internacional como a mola-mestra do crime organizado na América Latina” (p. 66).

No contexto da mídia e como referência importante para alguns estudiosos brasileiros (Feffermann, 2006; Mingardi, 1998; Misse, 2011), dois importantes grupos se destacam com proeminência na conjuntura contemporânea do narcotráfico no Brasil, a

¹²Ver: Nações Unidas: Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes. Relatório Anual 2010. Disponível em: <http://www.unodc.org/southerncone/pt/drogas/jife.html>

saber: O Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Sobre o surgimento do Comando Vermelho, Amorim (2006) destaca sua origem no contexto prisional, em fins da década de 60, durante o período de ditadura militar. A promulgação da Lei de Segurança Nacional, em 1969, isolou, na Galeria B do Presídio da Ilha Grande, militantes políticos e criminosos comuns envolvidos em sequestros e assaltos a bancos. De acordo com Rodrigues (2004), membros da então Galeria B se organizaram em um coletivo sob o nome de Falange LSN, na tentativa de garantir sobrevivência em um território marcado por inúmeros conflitos e alcançar o domínio do presídio. A ideia era manter união entre os presos enquanto permaneciam encarcerados e voltar os ataques para uma luta de reivindicações de direitos no sistema carcerário. O movimento passou por transformações que iriam repercutir em trocas de nome, como: primeiro, para “Falange Vermelha”, mais tarde, para “Comando Vermelho”.

Michel Misse, em tese defendida em 1999, contradiz a história apresentada afirmando que:

Desde o final dos anos 80 firmou-se o mito segundo o qual teriam sido os presos políticos os responsáveis pela organização dos criminosos comuns, ainda que sua intenção fosse política e o seu resultado – não-intencional – tenha sido o surgimento do crime organizado do tráfico e a violência na cidade. Parto da hipótese de que essa explicação não é necessária nem suficiente. (p.356)

O autor defende que a mudança no perfil da população que passava a ser encarcerada (presos mais politizados) é a matriz de compreensão para o surgimento da Falange Vermelha e que o convívio entre presos políticos e presos comuns não ocorreu de maneira significativa, como pode ser comprovado na autobiografia de William da Silva

Lima (conhecido como umas das lideranças da Falange Vermelha sob a alcunha de “Professor”) e de Francisco Viriato Oliveira (Japonês), entre outros fragmentos recolhidos por ele.

Pode-se aventar a hipótese, que me parece a mais plausível, de que a parte ativa dessa história pertence aos próprios presidiários comuns que a fizeram e que não deve ser denegada. Não foram os presos políticos, nem apenas o contato dos presos comuns com eles, quem ativou as falanges. Alguns deles se interessaram pela organização dos presos políticos ou pelos livros que esses liam, mas eram menos de uma dezena e não teriam obtido qualquer sucesso se não obtivessem o “respeito” entre os demais, artigo raro numa cadeia. (Misse, 1999, p. 364)

Em artigo publicado em 2011, Misse diz que a organização de presos políticos para a reivindicação de direitos – e não as táticas de guerrilha e os complexos mecanismos de organização — serviu como modelo para os presos comuns:

os presos políticos organizaram-se dentro das penitenciárias do Rio de Janeiro para reivindicar alguns direitos que lhes estavam sendo negados. A relativa vitória em suas reivindicações, na primeira metade dos anos 1970, criou um efeito de demonstração para os assaltantes de banco comuns, chamados entre os criminosos em geral pela alcunha de “lei de segurança”. Eles também resolveram organizar-se para reivindicar direitos e impor seu domínio dentro do sistema penitenciário. Por isso, e pelo fato de alguns de seus líderes considerarem-se também de esquerda (embora não reconhecidos assim pelos presos políticos), passaram a designar-se primeiramente como “Falange Vermelha” e, depois, pela imprensa, como “Comando Vermelho” (CV), o nome que finalmente prevaleceu. (p.18)

A história sobre o surgimento do PCC é pouco precisa. O que parece consenso é que a facção é um movimento com origens internas ao sistema carcerário. Bionde (2010) localiza a primeira grande ação do PCC como a megarrebelião ocorrida em 2001 e que, segundo a autora, compõe um dos três processos¹³ de transformações no sistema carcerário paulista ocorrido após o “Massacre do Carandiru”¹⁴. O grande propósito inicial era expresso com o lema “Paz, Justiça, Liberdade e Igualdade”, e a pretensão uma mudança na ética dentro das prisões.

Pouco se diz, no entanto, sobre as mutações pelas quais esses grupos passaram e que possibilitaram uma ampliação no campo de atuação que extrapolou o confinamento prisional e demarcou presença tão significativa no tráfico de drogas ilícitas. Conforme afirmam Telles e Hirata (2010):

A entrada da droga no cenário paulista não é recente. Porém, no correr dos anos de 1990, o mercado varejista da droga espalhou-se de uma forma desestruturada, sem o comando de grupos organizados. O ponto de virada deu-se no início dos anos de 2000. Em linhas gerais, corresponde ao momento em que o chamado Primeiro Comando da Capital, PCC, consolida sua hegemonia no universo carcerário, transborda sua presença para além das prisões e passa a controlar o varejo da droga em São Paulo. (p.40)

O PCC e o CV fazem parte de um rol de facções que se espalharam pelo país, assumindo proeminente atuação na distribuição de drogas no varejo. No entanto, salienta-se, como poderá ser visto no próximo capítulo, que existe uma dinâmica diferenciada no

¹³ Os outros dois são: crescimento da população carcerária e transferência dessa população para prisões construídas longe dos grandes centros.

¹⁴ Massacre do Carandiru é o nome dado ao episódio ocorrido em 1992, na Casa de Detenção Carandiru, que, após uma intervenção policial para dar fim a uma rebelião, culminou na morte de 111 presos.

interior da venda de drogas no varejo dependente das maneiras de organização em cada região.

Mingardi (1997) nos adverte que a compreensão do tráfico de drogas acentuado na mídia como uma organização criminosa, sobretudo no que se refere ao tráfico de varejo, diz de uma percepção de que o modelo do tráfico de drogas carioca é igualmente constituído em outras cidades brasileiras. Para Souza (2005), seria uma maneira de tirar a atenção dos grandes operadores que atuam no tráfico de atacado.

Nesse sentido, outro ponto fundamental é a necessária diferenciação entre o tráfico de drogas que se realiza no atacado e o comércio responsável pela venda no varejo. Oliveira (2006) assinala cinco peças para a compreensão do tráfico de drogas enquanto um mecanismo com peças em interação ou não. A primeira peça se refere ao mercado consumidor (a); a segunda diz dos grupos criminosos (b); a terceira alude ao poder institucional cooperativo (c), a quarta ao poder econômico (d); por fim, a quinta peça é o chamado tráfico formiguinha (e). No mercado consumidor (a) estão os clientes em interação com traficantes ou grupos de criminosos (b). No tráfico de formiguinhas (e) estariam os chamados *vapores* que, trabalhando sempre com uma pequena quantidade de drogas, fazem essa mediação entre o consumidor (a) e a organização criminosa (b).

Para Souza (2005), é possível identificar dois subsistemas na rede do tráfico. De um lado têm-se o subsistema I-E-A (importação-exportação-atacado), e de outro o subsistema varejo. O primeiro é responsável pelo abastecimento dos traficantes que operam no varejo (de drogas e armamentos). O segundo é responsável pela venda de drogas *in lócus* e tem seu funcionamento logístico basicamente nas favelas. Depreende-se ainda certa autonomia em relação aos dois subsistemas.

A maquinaria que pressupõe a organização da distribuição de drogas no atacado tem um esquema de ação próprio “tendentes à centralização e à hierarquia em cartéis e máfias” (Zaluar, 1998, p. 210). Seu funcionamento está vinculado a inúmeros parceiros que auxiliam com a lavagem de dinheiro, o transporte da droga, o financiamento de outros negócios, e também a facilitadores, agentes estatais que facilitam o comércio por meio de corrupção (Souza, 2005). Além disso, para que todo esse empreendimento funcione, torna-se imprescindível um alto volume de capital de giro e vultosos investimentos.

Já o tráfico em sua estrutura varejista, responsável pela venda da droga no território, caracteriza-se por possuir “uma intrincada malha descentralizada, de difícil controle pela estrutura de gerenciamento do negócio em grandes números e poderosas hierarquias” (Zaluar, 1998, p. 210). Nessa malha descentralizada, a permeabilidade permite a fácil troca de fluxos e personagens, que acabam em sua grande maioria presos, mortos ou com alguma deficiência física provocada pela violência, como a troca de tiros. É o habitual destino CCC, que na gíria local representa o desfecho certo daqueles que se envolvem no tráfico: “Cadeia, Cadeira de rodas ou Caixaão”.

É no funcionamento logístico dos trabalhadores do tráfico de drogas que atuam no varejo que nossa pesquisa pretende se ater. Com uma violência crônica e constantes conflitos entre grupos rivais (Souza, 2005), o subsistema varejo possui como elemento primordial o recurso ao “acerto de contas”¹⁵ para fazer funcionar suas atividades. Nesse sentido, como aponta Mingardi (1996), “a morte não é só o último argumento, com frequência também é o primeiro” (p.124).

¹⁵ Essa expressão será discutida nos capítulos 3 e 4.

Alocado, sobretudo, em regiões periféricas (estando presente também em boates, restaurantes, casas de shows, festas, prostíbulos e nas ruas de bairros nobres), o tráfico no varejo conta com incontáveis corpos jovens que se constituem em mão de obra facilmente substituível. Assim, com demandas constantes por trabalhadores que se abstêm de qualificação – nos referimos aqui ao modelo habitual de exigências do mercado de trabalho, pautado na formação educacional e nas experiências profissionais, já que, como será visto no capítulo 3, as atividades de trabalho no âmbito do tráfico pressupõem qualificações diversas –, o tráfico de drogas que se realiza no varejo encontra terreno frutífero em lócus de pobreza, cooptando e descartando frequentemente uma parcela da juventude.

Luiz Eduardo Soares (2012) traduz a importância dessa dinâmica diferencial entre o tráfico que se desenvolve em atacado e o tráfico atuante no varejo, em pequena passagem de seu livro *Tudo ou Nada*. Trata-se de uma ficção construída a partir da vida real de Ronald Soares, preso por associação ao tráfico de duas toneladas de cocaína. Na passagem abaixo transcrita, Lukas (codinome utilizado no livro para se referir a Ronald) conversa com um parceiro sobre a possibilidade de atingir novas áreas – no caso, o Rio de Janeiro – visando a expansão do negócio:

E se vamos tratar do atacado e disputar o varejo, vamos em condições boas para competir porque o produto é bom. É muito bom, Lukas. Nada de favela. Nada de arma, violência, guerra e toda essa merda. Trabalho sujo não é com a gente (...). Lá ninguém se cria sem se acertar com os comandos. Os comandos são as facções criminosas. As facções do tráfico. Elas brigam entre si o tempo todo. A polícia é sócia. Está sempre metida nos lances. Sobretudo onde pinta grana. Grana com G maiúsculo, entendeu? Portanto, esquece. Apaga o Rio de seus planos. A menos que

você queira migrar da sessão de contrabando, crime fiscal e comércio ilegal para a sessão de homicídios dos jornais e da justiça. (Soares, 2012, p.88)

Souza (2005) corrobora tal perspectiva ao afirmar que é o tráfico, desenvolvido no varejo, com suas bases em favelas e lócus segregados, que ganha espaços significativos e permanentes nos noticiários cotidianos que nos alarmam com atrocidades, sendo difícil encontrar informações, por exemplo, sobre o cenário em que se desenvolve no atacado.

2.3 Mídia e violência: produções de subjetividade

O crime movimenta uma enorme indústria literária. No romance, no drama, nas aventuras ou nas ficções policiais, o caráter transgressor do ato praticado por alguns ganha a atenção do leitor. As ressonâncias fantasmáticas que confrontam a fascinação e a recusa de desejos recalçados são retomadas na figura daquele que coloca em ato a transgressão. Se na realidade o crime precisa ser rejeitado, anulado em prol de um processo civilizatório baseado na ordem, na ficção, a violação da lei não desorganiza o sistema e possibilita, em alguma medida, a satisfação do prazer pela via da imaginação.

Na ciência, a temática movimenta o homem há séculos na busca de sua compreensão. As concepções filosóficas debatem a problemática do mal ligada à atuação criminosa. As correntes organicistas tentam procurar o elemento biológico que fundamenta o desvio comportamental, como os estudos de Lombroso (1876), que fez escola. As linhas psicologizantes, por sua vez, depositam no indivíduo a total responsabilidade pelas ações fundamentando as motivações na desestruturação familiar, na queda do ideal paterno, nas ocorrências de *bullying* ou em diagnósticos tais como a psicopatia e o comportamento antissocial¹⁶. Nas ciências sociais credita-se o fator da natureza econômica como o grande

¹⁶ Exemplos recentes podem ser encontrados na dissertação de Alvarenga (2006) e no livro de Silvia (2008).

responsável pela criminalidade, e daí várias são as teses proclamadas sobre a questão da pobreza e a desigualdade social. Têm-se nesse leque, por exemplo, teorias como a da desorganização social e da criminalidade que caracterizaram a escola de Chicago a partir da obra de Thrasher (1927) e a teoria da frustração defendida nos trabalhos de Merton (1968). Como bem demonstram os estudos de Ferreira (2008), a dimensão econômica “é insuficiente para explicar, em toda sua complexidade, as várias modalidades e expressões da violência vivenciadas na contemporaneidade” (p. 77).

O que se tem visto nos indica que o compromisso das coberturas realizadas diariamente parece ser com a disseminação de uma cultura da violência, proclamando nas entrelinhas, principalmente no contexto brasileiro, a existência de uma verdadeira guerra civil. De fato, a abordagem da mídia sobre a compreensão da violência urbana tem como imagem privilegiada uma multiplicidade de corpos jovens, negros, residentes da periferia.

Como Foucault bem aponta, a criminalização de atos possibilita uma separação social em que, de um lado, têm-se cidadãos ditos de bem, em cumprimento com a lei, e do outro os “traidores” da ordem social. Nesse sentido, o ato infracional justificaria uma reação hostil da sociedade ao criminoso.

Efetivamente, a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social, a sociedade tem o direito de se levantar em peso contra ele, para puni-lo. Luta desigual: de um só lado todas as forças, todo o poder, todos os direitos. E tem mesmo que ser assim, pois aí está representada a defesa de cada um. Constitui-se assim um formidável direito de punir, pois o infrator torna-se o inimigo comum. Até mesmo pior que um inimigo, é um traidor, pois ele desfere seus golpes dentro da sociedade. (Foucault, 1975/2013, p.86)

Encontramos ressonâncias dessa separação no conceito freudiano do *narcisismo das pequenas diferenças*. O que Freud (1930/2010) desvela é esse mecanismo que o sujeito faz para se diferenciar daquilo que lhe é mais familiar e parecido. Sabe-se, a partir da teorização psicanalítica, que a presença do Outro nos gera sempre um desconforto, um desconforto que nos é inerente, mas que projetamos para fora. Apesar de ser condição *sine qua non* para acedermos ao lugar de sujeito, o Outro exhibe uma ameaça ao se colocar como imagem espelhar que reflete o que rejeitamos em nós mesmos. Nessa via da rejeição, nos deparamos com as expressões, mesmo as mais sutis, da agressividade humana.

Evidentemente não é fácil, para os homens, renunciar à gratificação de seu pendor à agressividade (...). Não é de menosprezar a vantagem que tem um grupamento cultural menor, de permitir ao instinto um escape, através da hostilização dos que não pertencem a ele. Sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade. (Freud, 1930/2010, pp.80-81)

Na sociedade do espetáculo, para retomar a obra de Guy Debord (1967), os veículos de comunicação alastram, em velocidade vertiginosa e com dimensões globais, a agressividade nossa que é posta no outro. Consumimos a violência como expressão de uma realidade, versão de fatos reais que comportam uma única verdade, e/ou como espetáculo assentido à indústria do entretenimento. No cinema, por exemplo, são inúmeros os clássicos que, tratando da temática, culminam em bilheterias vultosas como as produções hollywoodianas: a trilogia de *O Poderoso Chefão*, *Scarface* e *Os Intocáveis*. No Brasil tem-se, nos últimos anos, um alto investimento em produções que, ao retratarem a violência e a miséria urbana, potencializam o cinema nacional. São filmes como *Cidade de Deus*, *Carandiru* e *Tropa de Elite*.

Em construções discursivas que lhes são próprias, os meios de comunicação tecem linhas associativas que colam a imagem de determinados personagens à produção e disseminação do mal. Nesse caminho, o tráfico de drogas ocupa, a cada dia, um espaço maior do nosso cotidiano como um representante dessa suposta guerra civil que assola a sociedade. Reverberando o discurso de Nixon (1971), os noticiários apresentam na imagem do traficante de drogas as justificativas que o elevam à condição de inimigo que deve ser combatido. Como aponta Rafael (2005), falar em “crime organizado” implica evocar das sombras o ‘inimigo público número um’, implica acionar imediatamente a ‘sensação de medo e insegurança’ da população” (p.372).

Pode-se comprovar tal fato por resultados encontrados em uma pesquisa rápida no site de buscas Google, quando se usa como descritor a palavra traficante. Utilizando como filtro resultados apenas de imagens, verifica-se a incidência prioritária de dois grupos. O primeiro grupo reúne fotos de corpos feridos, mutilados, mortos, e/ou pedaços de membros humanos; o segundo grupo reúne imagens de armas, normalmente armas grandes, com alto poder de fogo e precisão, ou de drogas em grande quantidade. Importante ressaltar que, apesar de não se ter utilizado como descritor o termo drogas, praticamente, todas as imagens aqui reunidas nos dois grupos se referiam a notícias relativas ao tráfico de drogas.

Apoiada na noção freudiana de imaginário, enquanto locus representativo das coisas, Maria Rita Kehl (2004a) nos conduz para a compreensão do impacto, um tanto quanto violento, que as imagens da violência reverberam. Para a autora, “a facilidade com que a imagem nos apresenta uma versão do real é diretamente proporcional à opressão que este real imaginarizado, desprovido de contradição, produz em nós” (p.1).

Para Kehl (2004a), “toda imagem tem um potencial de violência” (p.1) na medida em que nos desobriga de realizar uma primeira operação de compreensão. A imagem tem o potencial de ser o representante mais próximo da realidade. Essa suposta fidedignidade evita que nos detenhamos no real, sem representação e, portanto, traumático. Assim, traduzida como verdade, a imagem dispensaria uma compreensão outra.

O quadro teórico aqui retomado não nos permite recuar frente aos efeitos lógicos de uma associação imediata entre traficantes e corpos mutilados, feridos, ou mesmo mortos; e o objeto arma com todo o seu potencial mortífero. Sinalizamos, assim, a periculosidade desses sujeitos capazes de produzir os piores horrores, justificando inclusive sua eliminação (via aprisionamento ou mesmo na via da morte).

Enclausurados no poder da imagem, paramos estupefata perante tamanha (cru)eldade. Corpos feridos e despedaçados que, ao serem vistos, provocam o automatismo do não olhar. Reflexo do susto sob a carne que se revela cru. Susto que impossibilita o espaço da reflexão.

É Denise Sant’Anna (2001), apoiada nos trabalhos de Bill Viola e Roland Barthes, que irá nos conceder uma melhor compreensão dos impactos dessas imagens. Analisando as incidências de dispositivos cada vez mais velozes no mundo contemporâneo, Sant’Anna (2001) nos conduz para a inexistência de intervalos, o que “suscita muito mais o uso de reflexos do que da reflexão” (p.16).

Nessa mesma lógica caminha Maria Rita Kehl (2004) ao fazer uma discussão sobre a abordagem da violência em alguns filmes. Analisando o longa-metragem de grande vendagem *Cidade de Deus*, dirigido por Fernando Meirelles, Kehl (2004a) aponta a impossibilidade de se deter na dimensão causal inerente ao cenário de segregação que

culminará na violência social. Para ela, “a velocidade da edição das imagens, mais violenta para a sensibilidade do espectador do que o seu conteúdo (por isso mesmo o filme de Meirelles conquistou as gerações de adolescentes criados pela televisão) nos faz esquecer desse nexos essencial” (p.3).

Kehl (2004a) aponta dois efeitos importantes dessa espetacularização da violência. O primeiro diria do aumento do nosso grau de tolerância emocional, que passa para um gozo do espectador com a violência (o alto índice de programas televisivos que têm como matriz a exposição da violência em tempo real e dos tabloides não nos deixam dúvidas). O segundo estaria no plano da identificação do público com esses personagens violentos.

Estaríamos, assim, diante de uma violência não mais exterior ao lugar social, mas funcionando como um ponto íntimo, em uma intimidade exterior que se faz adentrar pela via mercadológica que rege a sociedade moderna. Enquanto espectadores da violência, a consumimos na vertente do mais um objeto, imersos no gozo e paralisados no espanto, incapacitados de um processo reflexivo.

Consequência disso é o inevitável processo de alienação, conforme bem nos adverte Kehl (2004b):

Assim, a alienação do trabalhador completa-se na sua transformação em consumidor. Ainda quando não consome as (outras) mercadorias propagandeadas pelos meios de comunicação, consome as imagens que a indústria produz para seu lazer. Consome, aqui, não quer dizer apenas que o trabalhador contempla essas imagens, mas que se identifica com elas, espelho espetacular de sua vida empobrecida. (p.1)

Fisgada pela imagem, concebemos práticas iguais ou mais brutais e tomamos importantes decisões políticas, sendo a violência hoje um importante vetor de bandeiras eleitorais. Conforme aponta Vera Malaguti Batista (2009), traçamos assim um “engajamento subjetivo à barbárie” (p.201), no qual a vítima é a principal especialista, na medida em que é ela, com seu poder de voto, que determina a construção e a efetividade de políticas públicas cada vez mais seletivas e repressivas. Por outro lado, os estudiosos da área, quando apresentam resultados de pesquisas não condizentes com os apontamentos das “vítimas especialistas”, pouco conseguem contribuir para a estruturação de políticas públicas mais qualificadas e condizentes com o que a realidade apresenta.

Na discussão sobre a questão criminal, no Brasil de hoje, não importa que o extermínio, a violência contra os moradores de favela, os índios, os sem terra, os sem teto, a tortura e o isolamento nas prisões não tenha qualquer efeito sobre as condições reais da segurança. Não importa que prendamos, torturemos e matemos, apesar disso em nada melhorar a situação de nossos jardins cercados. A brutalidade e o extermínio fazem sentido por si sós. (Batista, 2009, p.201)

Decerto, um dos pontos agravantes para o cenário atual, como apontam as pesquisas de Paulo Vaz (2009, 2012), é a associação da favela ao tráfico de drogas, o que tem legitimado intervenções cada vez mais duras e resultado em um verdadeiro genocídio a essa população. “*Bandido bom, é bandido morto!*”, brados de uma sociedade que em nome da ordem viu instaurar-se uma ditadura militar e que em nome da segurança tem corroborado com uma política de extermínio.

Pintado esse cenário, o papel da mídia, sintetiza Batista (2009), é atuar enquanto “protagonista da gestão da violência; é ela que, na ponta, ajuda a construir a violência” (p.201).

3. O PERCURSO METODOLÓGICO

*Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão.*

(Chico Buarque / Joe Darion – Sonho impossível)

3.1. Considerações iniciais

Tendo como fim último ensejarmos processos de transformação, optamos por trabalhar teórica e metodologicamente com os pressupostos das Clínicas do Trabalho, mais especificamente com os aportes da Psicossociologia e da Ergologia.

A opção por um caminho que tem suporte nas Clínicas do Trabalho demarca, de antemão, um posicionamento ético-político fundamental: a compreensão do tráfico de drogas como uma atividade de trabalho. Conforme aponta Hissa (2013): “A metodologia anuncia o sujeito e a sua compreensão de mundo; a sua inserção de mundo” (p.127). Concordamos, assim, com diversos pesquisadores (Feffermann, 2006; Faria, 2009; Oliveira, 2009; Graner-Araújo, 2009) do campo da Psicologia que, ao se proporem investigar temáticas relacionadas ao tráfico de drogas, partiram de uma compreensão deste enquanto uma atividade de trabalho com algumas especificidades tais como o caráter “informal e ilegal” que salienta Feffermann (2006).

É evidente que tal compreensão ocorre concatenada a um momento histórico. Nesse sentido, Yves Schwartz (2010) nos ensina que:

O trabalho é uma forma historicamente específica: refiro-me ao trabalho tal como falamos hoje, nas situações mercantis. Esse trabalho é uma atividade que se troca

por dinheiro. É uma forma de atividade, para nós muito importante, mas é uma forma específica de algo mais geral, a atividade humana. (p.30)

Nosso percurso metodológico teve como pano de fundo a proposição defendida por Lima (2010) de que a definição de um caminho a ser percorrido em um processo de pesquisa só pode ser dado a partir do campo, do conhecimento do objeto a ser estudado. “(...) cremos que o correto é começar pelo real, pelo concreto para depois chegarmos às abstrações, às generalizações e até mesmo ao próprio método” (p.125). Nesse sentido, caminhamos sem bússolas e sem mapas cristalizados, orientados por uma única prerrogativa: a de estarmos o mais próximo possível do trabalho e de seu contexto, conforme nos ensina Yves Schwartz (2010).

No entanto, a escolha por um tema que transita na via da ilegalidade trouxe inúmeras inquietações não só relativas ao cumprimento (ou não) de prescrições impostas pelos textos metodológicos e pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), mas também em relação a como construir um processo fundamentalmente ético. Tais inquietações reverberaram inclusive na única prerrogativa proposta: como aproximar dos trabalhadores do tráfico de drogas sem infringir as normas legais vigentes e em uma postura ética?

Essa foi a pergunta elementar durante todo o processo de pesquisa. Tamanha inquietação se fez presente em cada passo dado, e sua insistente repetição funcionou bem aos moldes daquilo que não cessa de não se inscrever. A impossibilidade de encontrar uma resposta única e efetiva tornou o processo mais árduo e exigiu um constante ir e vir, em um diálogo permanente que construía a cada encontro (com os sujeitos pesquisados, com os lugares pesquisados, com os textos utilizados enquanto referenciais teóricos e com os mais diversos interlocutores tais como: orientadora, professores, pesquisadores e amigos)

uma perspectiva inventiva, ao mesmo tempo crítica, dos modos de acesso e de abordagem da realidade investigada.

Dessa forma, caminhamos junto com Nogueira (2013), na constatação de que “toda metodologia é ou deveria ser inventada enquanto se aventura através do desconhecido sugerido pela pesquisa” (p.24), e com Zanella (2013), na compreensão do pesquisar como processo de criação e “como prática social complexa que busca (re)conhecer e/ou delinear alternativas para uma condição de existência igualmente complexa” (p.129).

Ao mesmo tempo, tornou-se imperativa uma certa indisciplina, que, ao longo do processo, se constituiu como fonte propiciadora de uma maior plasticidade do pensamento, perfurando a lógica estática, portanto engessada, que supõe mais riscos do que aqueles realmente existentes. Como bem nos lembra Gonçalo Tavares (2006), em suas *Breves Notas sobre a Ciência*: “o Perigo é a origem dos métodos científicos mais eficazes” (p.11).

A tensão era evidente. A construção de um percurso metodológico a ser percorrido precisava levar em consideração a difícil separação em trilhar caminhos nos interstícios da legalidade/ilegalidade. Por outro lado, não era possível negligenciar a dimensão do risco, ainda que suposto, de que a aproximação e o interesse de um pesquisador sobre as práticas que envolviam o tráfico de drogas poderiam ser facilmente confundidos como uma ameaça, um “X9”. Ribeiro (2000) evidencia tal dificuldade quando se trata de pesquisas sobre o tráfico de drogas:

Alguns pesquisadores colombianos afirmam que são necessários pelo menos quinze anos de convivência e presença nas áreas de pesquisa [lôcus do tráfico de drogas], para que não se sofram atentados contra a vida, mesmo assim sem que se possa esclarecer exatamente os objetivos da pesquisa (...). (p.45)

Todavia, parece que os desafios e as dificuldades de pesquisar nesse contexto culminam na escassez de trabalhos sobre a temática, o que ocasiona uma problemática para o avanço do conhecimento, sobretudo para que se evidenciem visões contra hegemônicas que saiam de posições normalmente pautadas mais no viés imaginativo do que em elementos da realidade.

Assim, a proximidade do contexto nos pareceu condição *sine qua non* para nos aprofundarmos nos estudos sobre o tráfico de drogas. Mas qual proximidade a esse contexto seria possível? E o que é estar em proximidade?

Para Roche (2007a), “dizemos que a proximidade é definida primeiramente pelo olhar que se dirige ao outro, antes mesmo de começar uma relação através da palavra”¹⁷ (p.64, tradução nossa). Estar em proximidade caracteriza-se mais sob a forma de um posicionamento frente ao outro do que com relação a uma grande proximidade física.

Por outro lado, a perspectiva ergológica – concepção teórica basilar no processo de construção desta pesquisa – nos ensina que, para compreender o trabalho sob o ponto de vista da atividade, com toda a sua dialética entre o singular e o geral metaforizados por François Daniellou (1996), na trama e na urdidura¹⁸, se exige que o pesquisador vá a campo, se aproxime da situação de trabalho e aprenda com o trabalhador.

¹⁷ “on dira que la proximité se définit d’abord par le regard que l’on pose sur l’autre, avant même d’engager une relation au travers de la parole.” (Roche, 2007a).

¹⁸ “Em sua atividade, os homens e as mulheres, no trabalho, tecem. Do lado trama, os fios que os ligam a um processo técnico, às propriedades da matéria, das ferramentas ou dos clientes, a políticas econômicas – eventualmente elaboradas em outro continente –, as regras formais, ao controle de outras pessoas (...). Do lado urdidura, ei-los ligados à sua própria história, ao seu corpo que aprende e envelhece, a uma enorme quantidade de experiências de trabalho e de vida, a diversos grupos sociais que lhes proporcionam saberes, valores, regras, com as quais eles compõem dia após dia, ligados também aos seus próximos, pois são fonte de energia e de preocupações; ligados a projetos, desejos, angústias, sonhos (...).” (Daniellou, 1996 in Durrive & Schwartz, 2007, p. 105)

Nesse sentido, como tornar possível um processo de pesquisa que se debruça sobre uma atividade considerada criminosa sem se colocar em uma situação ambígua com a lei? Tornou-se imperativo rever constantemente os caminhos que eram aos poucos traçados e, sobretudo, identificar, em um exercício permanente, os pontos de referência, as estruturas de atuação pautadas em um quadro ético. Caracterizado o trabalho em proximidade, em um contexto marcado pela ilicitude de condutas, como pensar as dimensões reais de um agir ético?

Inúmeras questões decorrem ao se tratar do termo ética, tendo em vista seu uso muitas vezes indiscriminado e seu repouso em diferentes campos ideológicos. Para além, a tendência em se pensar uma similitude entre pressupostos éticos e uma conduta moral conduz a uma confusão na devida apreciação dos termos. Conforme aponta Néri (2004): “No campo filosófico, tentou-se muitas vezes introduzir distinções mais precisas entre o âmbito da ética e o da moral. Com frequência, todavia, essas distinções são plenamente compreensíveis somente dentro do sistema filosófico no qual se situam.” (p.20).

Nesse sentido, não nos cabe ater aqui à exposição dessa discussão, mas apresentar o sistema filosófico que nos orientou na tomada de um posicionamento diante dos dilemas que se interpuseram durante a prática da pesquisa. Ricardo Timm de Souza (2001) já nos alertava, ancorado em diversos filósofos, mas principalmente nas concepções de Lévinas (2004), de que todos os problemas centrais da nossa condição civilizatória são problemas fundamentalmente éticos. Percorremos uma melhor definição sobre ética e encontramos ressonâncias nas argumentações de Denise Sant’Anna (2001):

Entende-se por ética o estabelecimento de relações nas quais, no lugar da dominação, se exercem composições entre os seres; estas não são nem adequações

harmoniosas entre diferenças, nem fusões totalitárias fadadas a tornar todos os seres similares. Trata-se de estabelecer uma composição na qual os seres envolvidos se mantêm singulares, diferentes, do começo ao fim da relação: a composição entre eles realça tais diferenças sem, contudo, degradar qualquer uma delas em proveito de outras. A avidez característica da vontade de controle do corpo tende, neste caso, a empalidecer perante estas relações nas quais os corpos não precisam dominar ou ser dominados para adquirirem importância e força. (p.95)

Apesar de não fazer uma citação clara à obra de Lévinas (2004), Denise Sant'Anna (2001) insere no entendimento sobre ética duas dimensões notadamente fundamentais para a obra do filósofo, a saber: a alteridade e a dominação. A violência ganha corpo, em uma atitude não ética, quando negamos a alteridade e, portanto, dissolvemos a humanidade. Para Lévinas (2004): “O humano só se oferece a uma relação que não é de poder” (p.33). Assim, ele traz o respeito ao outro com a proposição de substituição da fenomenologia do olhar, em que se busca uma adequação ao que se vê no outro, pela escuta através da mediação da palavra. Para o filósofo, a ética se funda na responsabilidade por outrem. Nesse sentido, a posse do outro resulta em sua negação. A submissão do outro, na perspectiva levinasiana, ou como aponta Kehl (2009), na perspectiva psicanalítica, “(fazer dele objeto do meu gozo) reduz sua humanidade e, portanto, a minha, que depende da alteridade para se constituir” (p.23).

Lévinas (2004) percorre, assim, um caminho contrário à ideia de unicidade, de dominação, de totalização, que roga a assimilação do outro pelo eu. Carrara (2012) nos diz: “Não há nenhuma socialidade numa relação em que outrem é assimilado pelo eu” (p.33). As relações que se pautam na instrumentalização da dominação do outro só podem

produzir seres supérfluos/descartáveis, como bem analisa Hannah Arendt acerca do uso de campos de concentração nos sistemas totalitários.

“As condutas éticas são criadas junto à invenção da habilidade de surfar, deixando de ser unicamente uma descoberta intelectual ou científica” (Sant’Anna, 2001, p.101). A habilidade de surfar, se referindo aqui à ação do surfista que se coloca em encontro com o mar. Como uma metáfora, Sant’Anna traz no surf uma possibilidade de compreensão sobre as relações, não como um respeito às regras previamente estabelecidas, aos comportamentos morais deterministas, mas simplesmente como uma conexão. Não se trata de um exercício de aprimoramento que permite ao surfista uma completa dominação do mar, mas de sua constante percepção frente à paisagem real que se forma a cada momento, em cada onda e em todas as suas diferenças que exigem dele uma habilidade de contemplação ao que está por vir.

“Daí a impossibilidade de criar uma conduta ética universal ou com a aspiração de sê-lo. Daí, também, a dificuldade de escrever sobre condutas éticas. De nada adiantaria fazê-lo se a intenção fosse prescrever modelos e criar discípulos” (Santa’Anna, 2001, p.101). Voltamos à questão da alteridade. É somente o reconhecimento do outro em sua alteridade, portanto, em sua singularidade, que pode nos conduzir a relação potencialmente ética. O reconhecimento da alteridade implica em uma eterna habilidade de percepção do outro, sem dominá-lo, “sem degradar sua condição humana” (Santa’Anna, 2001, p.101).

Sendo assim, tomamos como ponto central, para a construção de um quadro ético de atuação, a percepção da condição humana em detrimento da instrumentalização racional de condutas. Isso implica inclusive em um posicionamento contrário aos regulamentos, na

medida em que estes possam atuar de forma a denegrir o outro. Roche (2007b) já nos alertava para o fato de que:

Na verdade, a ética surge no ponto mesmo onde a lei não poderia mais nos ajudar a agir, a deliberar, a orientar nossas escolhas, ou, pelo menos, se mostra insuficiente para isso. Surge, então, uma interrogação em lugar do que até então era vivido como uma obrigação, um dever, uma ordem ou ainda um imperativo, na maioria das vezes, sem se dar conta. Existem mesmo situações em que a ética surge contra a lei (jurídica, penal), ou melhor, em oposição a uma lei que já não age mais como força de Lei (simbólica). De fato, é onde a lei, longe de abrir espaços de liberdade e de um viver juntos em igualdade e fraternidade, produziria efeitos de desarticulações sociais, colocaria em causa a integridade e a dignidade dos homens e das mulheres, negaria que alguns deles possam ter lugar dentro da comunidade humana. (p.27, tradução nossa)¹⁹

Por derradeiro, tem-se que o único imperativo possível para uma relação ética não está na obediência cega a um quadro normativo, “porque nada pode ser mais destrutivo na lei que seu uso instrumental” (Roche, 2007a, p.77, tradução nossa)²⁰, mas em um processo de reflexão e ação. A ação diz de tomadas de decisões cotidianas – que não sejam permanentes, que comportem a flexibilidade perante a infidelidade do meio pautadas em uma reflexão que considere sempre a condição humana.

¹⁹ “En fait, l'éthique surgirait au point même où la loi ne pourrait plus nous aider à poser nos actes, à délibérer, à nous dicter nos choix ou, en tout cas, s'avérerait bien insuffisante pour cela. Ce qui alors surgirait, ce serait avant tout une interrogation en lieu et place de ce qui était jusqu'alors vécu comme une obligation, un devoir, un commandement ou encore un impératif, le plus souvent, allant de soi et sans dire. Il est même des situations où l'éthique surgirait contre la loi (juridique, pénale) ou plutôt en opposition à une loi qui ne ferait plus Loi (symbolique). En fait, là où la loi, loin d'ouvrir un espace pour la liberté et le vivre ensemble dans l'égalité et la fraternité, produirait des effets de déliaison sociale, porterait atteinte à l'intégrité et à la dignité des hommes et des femmes, dénierait que certains d'entre eux puissent prendre place au sein de la communauté humaine”.(Roche, 2007b, p.27)

²⁰ “Car rien n'est peut-être plus destructeur de la Loi que son usage instrumental” (Roche, 2007a, p.77).

Nesse sentido, foi necessário inventarmos, criarmos uma forma de estar o mais próximo possível dessa realidade e, assim, nos colocarmos em um processo contínuo, em que toda decisão retomasse esse quadro ético. Só assim, paulatinamente, construindo e desconstruindo, foi-nos possível lançar mão de estratégias metodológicas. É assim que nos fala Hissa (2013): “a metodologia é um invento, uma fabricação que pode ser tão engenhosa quanto criativo é o sujeito que, permanentemente, se põe a reinventar a si próprio” (p.127).

Não foi possível, no entanto, construir e transportar agora, para a escrita, uma linearidade quanto ao método. O percurso que dá nome a este capítulo da dissertação seguiu linhas tortuosas que convocaram debates constantes e se apresenta, agora, como:

Testemunho de um fazer ciência para o qual não há álibi: não se apresenta o discurso do método singular como seu fundamento, mas as escolhas éticas e estéticas do pesquisador que se reinventa, bem como à realidade investigada no próprio processo de pesquisar. (Zanella, 2013, p.21)

Tornou-se igualmente necessário um constante deslocamento que se constituísse em um movimento de construir práticas, transformar a si mesmo e as situações, mantendo-se sempre leal aos discursos proferidos (Hissa, 2013). Lealdade esta que não diz respeito à rigidez de uma única interpretação, detentora da grande verdade, mas de uma fidelidade a um exercício permanente que enseje processos de transformação.

Nessa perspectiva, trabalhamos metodologicamente com uma pesquisa qualitativa em interlocução constante entre diversos campos dos saberes, sobretudo com a Psicossociologia, a Ergologia, a Psicanálise, a Filosofia e a Sociologia. Sem um roteiro prévio, lançamos mão de dispositivos metodológicos a partir da entrada em campo, como

nos ensina Barros e Carreteiro (no prelo): “Eles [instrumentos metodológicos] evoluem na medida do desenvolvimento do trabalho, sendo eles mesmos objeto de discussão e análise durante todo o processo” (p. 13). Ao final dispusemos de entrevistas e observações, como poderá ser visto adiante.

Trabalhamos ainda com uma série de televisão, denominada *A Lei e o Crime*, indicada por um de nossos entrevistados. Apesar de todas as problemáticas envolvidas no fato de nos debruçarmos sobre um material espetacularizado, que rearticula experiências sociais de forma a produzir um único aspecto de compreensão – aquele que possibilita o aumento de audiência –, consideramos, a partir da indicação de nosso entrevistado, que essa seria uma forma de nos aproximarmos um pouco mais da atividade de trabalho. As dificuldades de acesso ao campo no exato momento em que eles realizam o trabalho e a total impossibilidade de uma aproximação do foco dessa pesquisa – o acerto de contas – nos conduziram a ponderar a série, a partir de uma análise crítica, como um dos meios de acesso à complexidade da realidade estudada.

Para Deppene (2013), pensar é romper. Sair das categorias. Nesse sentido, procuramos nos desviar de um processo clássico de análise de dados, concebidos a partir do estabelecimento de categorias, para privilegiar uma análise que transversaliza toda a trajetória de pesquisa, identificando temas e relações suscitadas pelo que é produzido entre o encontro com a realidade e a possibilidade de um novo olhar que transcenda o que está previamente dado, enrijecido em uma compreensão única.

Por fim, é importante destacarmos nossa opção em não nos atermos às explicações pormenorizadas sobre o significado de termos e gírias frequentemente utilizadas por nossos entrevistados. A substituição automática das categorias nativas, para usar um termo

da antropologia, por definições ancoradas em um arcabouço conceitual pré-definido, não nos pareceu ser o trato correto com a narrativa colhida em campo. Os termos, tais quais são referenciados no momento em que são produzidos, podem nos conduzir por uma ampla malha interpretativa. Se fizermos uma rápida substituição os traremos para um campo único de significação, agregando-lhes status de verdade. Assim, na medida em que não detectamos prejuízo de compreensão, permitimo-nos continuar com o texto original dos entrevistados.

3.2 Entrevistas

O primeiro contato com as pessoas entrevistadas se deu no âmbito de um programa de pesquisa/extensão da UFMG, denominado *Culthis: Espaço de Atenção Psicossocial ao Preso, Egresso, Amigos e Familiares*. Como estratégia de aproximação, a primeira pessoa entrevistada foi escolhida a partir do público atendido por esse programa, a qual havíamos conhecido em período anterior por meio de pesquisa realizada em uma unidade prisional – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), na região metropolitana de Belo Horizonte – e que, portanto, já conhecia os trabalhos realizados no *Culthis*. A ideia era garantir um contexto mais seguro para o atravessamento de um primeiro obstáculo sobre as possíveis desconfianças que esta pesquisa poderia gerar, sobretudo em relação à inexistência de vínculos com qualquer instituição policial ou judiciária.

Já na primeira entrevista, o roteiro – guia de um modelo semiestruturado – foi abandonado. O contexto mais amistoso trouxe ares de uma longa conversa, na qual o roteiro não encontrava lugar, abrindo espaço para que o fio condutor fosse construído no movimento próprio ao diálogo.

Entrevistas deveriam ser compreendidas como diálogos feitos com sujeitos do mundo e, em geral, pesquisadores dizem que concedem vozes aos referidos sujeitos. Não parece insuficiente, pretensioso e conveniente, também, pois *dar a voz* não é fazer com que digam algo a partir dos interesses e dos propósitos da pesquisa? (...) Não seria mais prudente e ético que, a partir dos próprios sujeitos, emergissem as orientações para a estruturação dos diálogos? Não seria mais libertador – verbo que, aqui, expressa a ação de libertar a interlocução entre o sujeito do conhecimento e o sujeito do mundo – que ambos construíssem, com autonomia, os sentidos e as vozes do diálogo? (Hissa, 2013, pp.131-132)

Essa primeira entrevista durou quatro horas e gerou um rico caderno de campo, com novas questões, novas proposições, novos caminhos, mas principalmente se configurou como um momento de troca que tornaria possível a construção de um novo conhecimento. Ao final da entrevista, esse sujeito nos sugeriu conversar com um amigo dele, que, segundo ele, pelo fato de ter atuado mais tempo no tráfico de drogas e ter tido uma posição hierárquica superior, poderia nos auxiliar melhor na pesquisa.

A indicação se tornou um elo importante quando não era possível contar com uma relação prévia ao contexto da pesquisa. Assim, a segunda entrevista foi realizada pela indicação do primeiro sujeito e aconteceu na presença dele, o que permitiu estabelecer um “vínculo”, ainda que pueril, e ultrapassar a barreira da desconfiança pelo desconhecimento de quem era aquela que iria entrevistá-lo e pela dificuldade de compreender o interesse por seu “mundo”, se não era pela intenção de fazer alguma denúncia.

É evidente que seria uma inverdade dizer que foi possível superar o tom de desconfiança próprio ao caráter desse encontro. A criação de confiança requer uma

interação gradual e cuidadosa e a clareza das disparidades e das relações de poder que separam esses “dois mundos”. De um lado, a pesquisadora, que ocupa o lugar destinado ao saber universitário, que é uma mulher e branca; de outro, as pessoas que atuaram no tráfico varejista e que compõem a classe da chamada *ralé* brasileira (Souza, 2011), homens, em sua grande maioria, negros. Desconfiados pelos medos inerentes à característica da atividade que realizavam, desconfiados pelas explorações e repressões cruelmente legitimadas ao longo de toda a história.

No entanto, as longas entrevistas, que chegavam a durar seis horas ininterruptas, davam a impressão do desejo pela fala. De uma entrega verdadeiramente mútua em que, só após o término, ambos nos dávamos conta novamente dos lugares sociais que ocupávamos. Ressonâncias de um posicionamento de respeito ao outro e do fato de nos colocarmos em um processo de escuta real. Conforme aponta Deppene (2013), “uma relação entre humanos não começa pelo conhecimento, pelo saber que tematiza o Outro, mas pelo reconhecimento do Outro em sua alteridade”²¹ (p.16, tradução nossa).

Ao longo do processo, tornou-se perceptível que os relatos eram mais preciosos que as respostas, que os momentos de entrevistas se constituíam para eles como um raro espaço em que era possível dizer o que pensavam, talvez não tão livremente, mas com um anseio de dar lugar às experiências aprisionadas pela lei do silêncio que impera em seus cotidianos. Assim, as perguntas foram paulatinamente diminuindo e abrindo espaço para a fala, na forma de relatos que, aos poucos, estabeleciam pontos de sentido para nós.

No total foram cinco pessoas entrevistadas, em encontros que geralmente aconteceram mais de uma vez. Dessas, quatro estiveram envolvidas com o tráfico de

²¹ “Une relation inter-humaine ne commence pas par la connaissance, par un savoir que thématise Autrui, mais par la reconnaissance de l'Autre en tant qu'être d'alterité” (Deppene, 2013, p.16).

drogas varejista e uma com um oficineiro, todas com atuação em locais diferentes. Dos quatro trabalhadores do tráfico de drogas entrevistados, um estava preso em uma unidade prisional, no momento em que realizamos a entrevista.

A fim de garantir a segurança de todos os entrevistados e, como será visto posteriormente, das pessoas com quem tivemos contato durante o período de observação, os nomes de bairros, favelas, cidades e pessoas não foram revelados.

Isso nos interpôs uma primeira problemática. Quando do acordo sobre o sigilo das identidades com os entrevistados, sempre lhes propusemos sugerir nomes fictícios²² que nos permitissem referir a eles na escrita da dissertação e para que eles pudessem facilmente se identificar quando a recebessem. Todavia, todos relutaram diante dessa sugestão e alguns, surpreendentemente, talvez desconsiderando os riscos envolvidos nessa revelação em função do tom que as entrevistas aconteciam, disseram que poderíamos usar os nomes verdadeiros.

Revelar os nomes verdadeiros poderia ser prejudicial não apenas a eles próprios, mas às outras pessoas envolvidas no mesmo contexto. Por outro lado, tal indicativo retrata o desejo de ocupar um lugar de enunciação, de visibilidade e de protagonismo, como um deles revela: *Ah, põe aí meu nome mesmo, vou ficar importante, vai ser da hora ter meu nome nesse livro* (Trabalhador do tráfico de drogas 2).

Marisa Fefferman (2006), em sua tese de doutorado sobre o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico, discorre sobre o mesmo dilema:

²² Essa foi uma sugestão que recebemos, no momento da qualificação, do professor Eduardo Viana, que utilizou esse formato em sua tese de doutorado, na qual entrevistou usuários de drogas.

os jovens, protagonistas do tráfico, que participaram das entrevistas, fazem parte da população incluída de forma marginal na sociedade, e sofrem pressão do discurso legal dominante (dos policiais) e do discurso ilegal (dos traficantes). O lugar de enunciação desta última está situado dentro da criminalidade, ou seja, trata-se de gerente, de vendedor, ou de vigilante “olheiro” etc. No momento em que aparece a possibilidade de os jovens se manifestarem a partir do lugar considerado legal, em uma tese acadêmica, o sigilo deve ser mantido por uma questão de segurança. (p.105)

Posteriormente, considerando as perspectivas teóricas utilizadas e a necessária afirmação de um posicionamento ético-político para o enfrentamento desse dilema, optamos por lançar mão das nomeações dadas às ocupações de cada um deles. Assim, foram utilizados os termos: Trabalhador do tráfico de drogas 1, Trabalhador do tráfico de drogas 2, Trabalhador do tráfico de drogas 3, Trabalhador do tráfico de drogas 4 e Oficineiro.

Ao fazermos tal escolha, estamos cientes de que o uso de números para diferenciá-los reproduz a mesma lógica de invisibilidade adotada pelo discurso dominante, sobretudo se aproxima do formato de cadastro e nomeação destinado às pessoas que entram no sistema prisional. No Brasil, esse cadastro é feito através do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN) e é utilizado pelos trabalhadores do sistema penitenciário como substituto aos nomes dos presos. No entanto, apostamos no uso desses termos como uma tentativa de desvencilhar todo o conteúdo pejorativo e perverso produzido no âmbito da mídia, conforme discutido no primeiro capítulo desta dissertação, e como forma de introduzir a dimensão do trabalho nas concepções acerca das atividades às quais essas pessoas se dedicam.

Outra problemática encontrada referia-se ao uso de gravadores durante as entrevistas. Sabíamos, pela experiência de pesquisas anteriores, que o uso de gravadores em um contexto extremamente marcado pela desconfiança e por uma visão exploratória sempre evidenciada na relação morro/asfalto, poderia ser prejudicial para a criação de um ambiente favorável à fala. Adiciona-se ainda o risco de tais gravações serem interpretadas como uma produção de provas, tendo em vista o registro de práticas ilegais. A confiança, nesse caso, não tinha apenas o status de garantir dados com qualidade, mas interferia diretamente na segurança para a execução da pesquisa. Assim, optamos por não fazer uso de gravadores.

Essa escolha tornou-se mais confortável e possível em função de nossa experiência com a clínica psicanalítica. O trabalho diário em consultório com a escuta de pacientes e a posterior construção de casos clínicos exige uma atenção cuidadosa a toda palavra que é ofertada. Em vista disso, trabalhamos de maneira semelhante às atividades do consultório: nos colocávamos em uma escuta atenta ao outro e, após o encerramento das entrevistas, nos debruçávamos sobre a escrita de um minucioso caderno de campo. Todos os elementos que se fixavam em nossa memória, de maneira exatamente igual ao que nos fora dito, era transcrito para o caderno. No entanto, por vezes, o material era guardado já com algum filtro, nos recordávamos da intenção do que fora dito, mas não da construção da frase tal como formulada pelo entrevistado, alguns pontos foram completamente perdidos. Durante o trabalho clínico, como Freud (1912/1996) nos ensina:

Aqueles elementos do material que já formam um texto coerente ficarão à disposição consciente do médico; o resto, ainda desconexo e em desordem caótica, parece a princípio estar submerso, mas vem rapidamente à lembrança assim que o

paciente traz à baila algo de novo, a que se pode relacionar e pelo qual pode ser continuado. (pp.126-127)

Todavia, o processo de pesquisa ocorre sempre em um tempo muito menor e, apesar das entrevistas terem acontecido em mais de um encontro, não foram suficientes para recuperar com exatidão o que nos fora dito em momento anterior. Assim, todas essas passagens foram repassadas para o caderno de campo não mais como uma fala direta, mas a partir do que pudemos compreender e já atentando a esse processo de tradução, conforme será discutido adiante.

As ressonâncias de uma perspectiva clínica tributária não apenas do trabalho em consultório, mas também dos aportes teóricos utilizados trouxeram algumas implicações. As conversas funcionavam como um momento de reflexão sobre as próprias práticas e como possibilidade de visualização acerca da estrutura em que estavam enredados. Em alguns momentos, eles se emocionavam após o relato de alguma história difícil e em todas as entrevistas realizadas; quando eram questionados acerca de sensações, confidenciavam uma certa crítica a respeito desse universo do tráfico e as dificuldades no exercício de alguma prática.

Cê faz umas perguntas estranhas que faz pensar, sabe qualé? Tipo isso aí, esse trem de sentimento. Pra tá na firma tem que ter sangue frio, e às vezes é foda isso, porque, se vacilar, já era, a casa cai, e eu sou gente. Os caras acha que a gente é igual barata. Tem horas que dá vontade de largar essa merda toda, mas num tem jeito mais, não. (Trabalhador do tráfico de drogas 1)

3.3 Observação engajada

Durante toda a primeira fase de entrevistas sentíamos que faltavam elementos, não porque nos eram recusadas respostas, mas talvez porque não havíamos ainda encontrado as perguntas mais pertinentes a serem feitas. Certo era que os dados nos pareciam soltos e fragmentados, pouco galgados na realidade em que eles eram produzidos ou, como sinaliza Zaluar (1985), “havia certa distância com relação ao palco da ação” (p. 26). Esse vazio provocava uma inquietação em busca de novos caminhos, novas situações que nos permitissem uma compreensão outra.

Em junho de 2013, ondas de protestos tomaram as ruas do país e ficaram conhecidas como as “Jornadas de Junho”. Momento de efervescência no contexto político, que trouxe abertura para debates que há anos ocorriam em pequenos grupos fragmentados e que não encontravam ressonâncias para boa parte da população. Esse processo de fervor estimulou a criação de inúmeros espaços de discussões e encontros, em uma esfera de participação democrática, em lócus diferenciado e, muitas vezes, pouco habitado pela grande maioria das pessoas que compunham a massa que se manifestava.

Em um desses encontros, aconteceu uma roda de conversa cuja pauta era uma discussão sobre a repressão policial nas favelas. Nessa roda estavam presentes estudantes, participantes de movimentos sociais e moradores de periferias. Ali, por intermédio de uma amiga, conhecemos um grafiteiro que realizava, semanalmente, oficinas de grafite para crianças e jovens residentes em uma determinada região periférica da cidade. Após o encontro, continuamos a discussão iniciada ainda na roda de conversa, mas que se estendeu. Isso nos trouxe a oportunidade de conhecer melhor as dificuldades e as possibilidades que ele verificava na realização das oficinas o que acabou vindo ao encontro

da temática desta pesquisa de mestrado. Assim, contamos a ele sobre o trabalho que estávamos realizando e discutimos sobre algumas impressões iniciais.

Até aquele momento não havíamos pensado sobre o uso de outros instrumentos metodológicos que nos permitissem aproximar melhor da realidade investigada. Claramente, como pontuado antes, a realização de entrevistas com pessoas que atuavam no tráfico de drogas não nos parecia suficiente, mas tínhamos clareza de que é “o próprio objeto que nos fornece o caminho para conhecê-lo e decifrá-lo” (Lima, 2010, p. 125). Apesar de certa familiaridade com o tema, a cada entrevista realizada evidenciávamos uma imersão insuficiente à complexidade da situação. Muitas vezes, como aponta Zanella (2008), tal familiaridade leva a uma certa cegueira sobre o objeto, dificultando “o que pode vir a ser (re)conhecido” (p.29).

A facilidade com que aquele grafiteiro trazia as questões sobre a realidade em que vivia, mas principalmente, em um primeiro momento, suas sensações diante das ressonâncias da atuação do tráfico de drogas que era realizado ali e, posteriormente, o conhecimento e a lucidez com que debatia o assunto nos levaram a pensar sobre a possibilidade de incluir nas entrevistas alguns moradores de regiões periféricas. Pretendíamos, assim, uma compreensão mais próxima acerca dos impactos psicossociais causados pelo *modus operandi* do tráfico de drogas varejista.

Ao propormos entrevistá-lo, ele nos fez um convite para participar de suas oficinas. A ideia era termos a oportunidade de conhecer técnicas de grafiteagem e, ao mesmo tempo, a chance de observar o cotidiano, imbricadas na complexidade daquele contexto com o nosso olhar estrangeiro.

As idas às oficinas se constituíram como um importante momento de observação, principalmente como uma forma de compreender, de trazer sentido aos dados coletados nas entrevistas, que só foram possíveis a partir do envolvimento na complexidade do que se vivenciava ali, no cotidiano.

Margaret [Mead], bem como Gregory [Bareson], desenvolveram um estilo: recolhiam dados de observação na esperança de que, por mais ricos e desorientadores que pudessem parecer a uma primeira vista, viriam a estabelecer pontos de referência quando as coisas “começassem a ter sentido” e se colocassem no seu lugar. (Bateson, 2005, citada por Amado, 2005, p. 283)

Durante quatro meses frequentamos as aulas de grafite, que aconteciam duas vezes por semana e duravam cerca de três horas, sendo um dia no período da tarde e o outro no período da manhã. O objetivo dessa inversão de turnos era atender às crianças e jovens que estudavam em períodos diferentes. No primeiro mês frequentamos os dois dias de aulas; no segundo em diante, as aulas do turno da tarde se encerraram e, assim, pudemos acompanhar somente as aulas que ocorriam no turno da manhã, com a única proposta de “estabelecer pontos de referência”, conforme sinaliza Mary Catherine Bateson (2005) ao retomar os trabalhos de seus pais.

A oficina transitava entre os becos da favela. De tempos em tempos, o oficineiro escolhia um local diferente e iniciava o trabalho, trazendo cores aos muros que só conheciam o marrom dos tijolos que os erguiam e, para alguns poucos, o cinza, marca de rebocos que normalmente não conseguiram ser finalizados.

No momento em que iniciamos as aulas, o beco onde se realizava a oficina tinha sido palco, há cerca de dois anos, de um sangrento conflito entre “comandos”²³ diferentes da favela. Conforme o oficineiro nos explica:

Era sinistro. Eles viviam em guerra. Então, quando não era os homi subindo, era os comandos vindo acertar contas. Já morreu muita gente nesse beco. Morreu gente ali, ali, lá no fundo, naquele portão. Ih, é gente demais que morreu aqui. Dava 20 horas, você não via ninguém no beco, só eles. O morador nem pisava fora de casa. Mas agora eles tão sussa. A guerra acabou. (Oficineiro)

Para o oficineiro, aquele era um momento importante para realizar seu trabalho ali. O grafite que coloria e trazia imagens àqueles muros tinha como objetivo principal tirar a atenção das crianças do movimento que acontecia no âmbito do tráfico. Assim, as temáticas que concerniam às produções do grafite giravam em torno do universo infanto-juvenil, tais como personagens de desenhos animados, revistas em quadrinhos, filmes e programas televisivos.

Aos poucos, as aulas se constituíram em momento privilegiado que nos permitia construir um certo envolvimento com as pessoas que ali passavam cotidianamente, mas também como oportunidade de presenciar a trama em que teciam as vivências, as escolhas, as possibilidades e os conflitos do dia a dia.

O cenário em que essas tramas eram tecidas se apresentava por uma ambiguidade: De um lado, uma série de trocas amistosas, solidárias, que produziam a clareza de uma

²³ A expressão comando se refere, na região, aos diversos grupos que trabalham no tráfico de drogas varejista. Assim, o território que demarca a favela é dividido entre vários pontos de vendas de drogas instalados em becos diferentes. Cada um desses pontos recebe o nome de um comando diferente.

segurança acolhedora; de outro, a precariedade que assola todo o lugar, imbuído de uma violência ininterrupta, cruelmente legitimada em cada pequeno detalhe daquela realidade.

Já no primeiro dia em que chegamos àquele beco, junto à estranheza de nossa presença ali, o simples fato de cumprimentar e manter uma conversa com o oficinairo parecia nos fornecer o passaporte de entrada. Garantia-nos “imunidades sociais e morais”, como aponta Zaluar (1985, p.11), ou como disse um dos entrevistados: *Se você é minha amiga, você é amiga de todo mundo aqui* (Trabalhador do tráfico de drogas 4). O resultado disso era que, imediatamente, as pessoas iniciavam conversas, faziam convites para entrar em suas casas, ofereciam água perante o forte calor dos dias e convidavam para almoçar quando se aproximava o horário do almoço.

Aliadas a isso, as marcas que se apresentavam como uma violência ininterrupta não surgiam, como esperado, das movimentações da boca do tráfico instalada naquele beco, mas apareciam silenciosamente nas ruas que começaram a ser construídas e não foram terminadas, nas casas emendadas que abrigavam muitas crianças em pouquíssimos cômodos, no odor fétido que denunciava a falta de saneamento básico, na impossibilidade de ambulâncias acessarem os becos e as vielas, dificultando o socorro. Mas também na presença massiva de vendedores de planos de telefonia e TV por assinatura, que faziam alastrar, nos muros sem rebocos, milhares de antenas instaladas nas mesmas casas onde o almoço era servido em velhos “potes de sorvete”²⁴.

Em sua forma menos silenciosa e mais brutal, a violência se concretizava também nas subidas constantes da polícia ao local. Com toda a sua truculência e uma abordagem

²⁴ A título de análise, torna-se imprescindível uma melhor investigação para a compreensão dessa situação, o que extrapolaria os objetivos desta dissertação. No entanto, gostaríamos de salientar, como um primeiro ponto, a importante colocação de Jessé Souza (2009) sobre o liberalismo e as escolhas individuais ilimitadas: “A ‘ilusão’ das possibilidades ilimitadas é o que ‘nós todos’, de todas as classes, precisamos e queremos ouvir para nos esquecermos de nossos cotidianos mesquinhos e humanamente limitados” (pp.390-391).

extremamente invasiva, a polícia, sempre que aparecia, nos trazia um ar de tensão e escancarava o poder da hierarquia e a separação de classes que nos diferenciava naquele ambiente. Durante os quatro meses em que estivemos lá, em todas as vezes que presenciamos a subida de policiais, nunca nos abordaram. Nenhum deles conversou conosco ou questionou nossa presença ali. Passavam pelo beco, em muitos momentos abordando todas as pessoas, inclusive um idoso, cadeirante, e crianças que brincavam com um velotrol, mas em nenhum momento nos abordavam.

Por um lado, o alívio por não precisarmos passar, com o próprio corpo, por aquela violência; por outro, o extremo constrangimento, a revolta e a impotência diante dessa dominação brutal. Dominação esta que encontra respaldos na cor da pele, nas roupas que se usa, no jeito de andar, de se portar, não importando o que pensamos ou fazemos, não importando quem somos. A enorme diferença que se evidenciava nessa situação estava descolada de qualquer aspecto da razão, mas intrínseca à imagem. Para os policiais, não era preciso saber, ter informações sobre possíveis “suspeitos”, bastava olhar.

O oficinairo nos disse, após a primeira vez que presenciamos a subida da polícia, que o fato de estarmos ali tinha modificado a forma com que eles normalmente abordavam as pessoas, que eles foram mais rápidos e tranquilos, mas que acabaríamos passando por uma dessas abordagens. No entanto, isso não aconteceu. Parece-nos que, aos poucos, a clareza dessa diferença fez com que as crianças rapidamente criassem uma estratégia para tentar evitar a truculência das abordagens – toda vez que os policiais apareciam no beco, elas se aproximavam, algumas nos abraçavam e, dessa forma, não eram abordadas.

Demoramos algum tempo para compreender a ação daquelas crianças, o porquê dos abraços completamente inesperados. Nosso ímpeto ingênuo durante essas subidas policiais

era intervir nesse processo que invadia corpos com tamanha truculência, mas a movimentação dessas crianças nos exigia atenção e, de alguma forma, proteção. No momento em que isso ocorria, grande era a nossa apreensão quanto à forma com que reagiríamos caso uma delas fosse abordada tão próxima ao nosso corpo. Posteriormente, sempre nos invadia um pensamento sobre a imposição com que a violência se apresentava cotidianamente a todos daquele lugar e todas as estratégias que se faziam necessárias para se haver com tudo isso. E nos questionamos sobre o que poderia representar, para essas crianças, ainda tão novas, a nossa presença ali e, com isso, a possibilidade de talvez não serem abordadas pelos policiais.

Apesar da compreensão sobre a construção social e a desigualdade de classes, apesar do contato sempre aproximado com a realidade periférica em períodos anteriores, é impossível não permanecemos nos surpreendendo quando temos uma vivência como essa tão próxima ao corpo. Para nós, existiu sempre a possibilidade de dar destino a tal vivência seja no campo acadêmico, seja no campo de atuação política. Após o término das oficinas não nos era mais necessário preocupar com uma nova abordagem policial, pelo menos até à próxima aula de grafite. Para essas crianças, que tinham na própria imagem a cristalização de sujeitos suspeitos, a preocupação primeira era criar estratégias para amenizar tal violência.

Inúmeras foram as experiências vivenciadas durante os meses que frequentamos as aulas de grafite. Todas elas se constituíram como um momento importante na medida em que era possível sairmos de uma posição daquele que somente vê ou pergunta para um envolvimento de forma implicada. Assim, o modo como se iniciou esse processo e o formato que ele adquiriu nos levaram a denominá-lo como observação engajada.

A nossa inserção naquele contexto não aconteceu no mesmo contorno dos moldes tradicionais das observações participantes que, como salienta Cardoso (2004), “promoviam a participação como forma de desvendar os significados simbólicos de outras culturas” (p.100). Nosso objetivo não era ainda descrever o cenário que nos saltava aos olhos, mas de que este fosse um momento de encontro, em que fosse possível vivenciar, experienciar, estranhar, “deixando-nos invadir um pouco por este, de modo a conhecê-lo por meio daquilo que ele nos faz viver, a senti-lo como que do interior” (Amado, 2005, p.283).

Assim, não nos posicionamos com um observador participante que, “ao mesmo tempo em que toma parte na vida colectiva daqueles que observa, ocupa-se essencialmente em ver, escutar e conversar com as pessoas, recolher e reunir informações” (Lapassade, 2005, p.287), mas priorizamos o envolvimento livre naquela realidade com a finalidade única de sermos tocada por ela. Nesse sentido, caminhamos na perspectiva da Psicossociologia, que, assim como na Sociologia Clínica, tem na implicação do pesquisador um dos elementos preponderantes:

A Sociologia Clínica parte de uma posição inversa. Antes de manter a ilusão que o conhecimento possa escapar à subjetividade do pesquisador, ela coloca a subjetividade no coração mesmo da reflexão. Antes de tentar neutralizar o vivido para aceder à objetividade dos fatos, ela reintegra o vivido como elemento central da realidade. Antes de posicionar o pesquisador em um espaço de neutralidade *vis-à-vis* dos fenômenos observáveis, ela considera que sua implicação é um elemento maior do processo de pesquisa. (Gaulejac, 1996, p. 6)

No decurso desse período, um dos principais problemas encontrados referia-se a contar para os moradores daquele beco sobre nosso projeto de pesquisa. Para o oficinairo,

a revelação imediata seria impossível e, a longo prazo, deveria ser bem avaliada para evitar riscos. A lei do silêncio imposta pela organização do tráfico dificulta o acesso às informações, pois coloca em jogo a vida. Para além, a existência de uma *boca* do tráfico de drogas bem próximo ao local em que a oficina acontecia nos colocava em uma posição vulnerável, qualquer mal-entendido poderia não só nos trazer algum risco, mas também ao oficinairo que nos levou ao local.

Ao longo de todo o período em que estivemos lá, conversamos sobre um suposto cenário propício para que pudéssemos dizer sobre a pesquisa. Várias questões nos interpelavam: A quem deveríamos contar? Como? Quando? Aliado às dificuldades próprias ao tema, dois outros pontos potencializavam essa insegurança: o tempo e a frequência com que a polícia entrava na comunidade.

O tempo destinado à execução da pesquisa de mestrado (dois anos) foi considerado escasso para a construção de laços sólidos de confiança que reduzissem os riscos. Quando iniciamos o período de observação, restavam apenas nove meses para findar o prazo estipulado pelo programa de pós-graduação. O que a bibliografia nos mostra é a utilização de um tempo maior para as pesquisas que são realizadas no âmbito do tráfico de drogas e que trabalham metodologicamente com aproximações à realidade investigada. Temos, por exemplo, o trabalho de Marisa Fefferman (2006) com jovens trabalhadores do tráfico em São Paulo, realizado no âmbito do doutorado (quatro anos), e o livro publicado em 2004 por Alba Zaluar, *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*, resultado de pesquisas realizadas ao longo de dez anos. Conforme enuncia Hissa (2013):

Muitas vezes, há promessas de construir diálogos, e a pesquisa de campo demanda a construção de proximidades e de *conversações criativas*. Entretanto, diante da

escassez dos prazos, e do hábito da pressa na *universidade fábrica*, diz-se que o *tempo é curto*. A intimidade e a confiança não poderão ser forjadas. (p. 132)

Outro ponto complicador era a frequência com que a polícia entrava na comunidade durante aqueles meses, principalmente no primeiro momento à nossa chegada. O oficinairo comentou que a presença de viaturas era uma constante ali, mas que estavam mais frequentes nos últimos tempos, e supunha que tal aumento estivesse associado ao período de manifestações e da Copa das Confederações. Todavia, consideramos que essa variação, justamente no período em que começamos a frequentar as aulas de grafite, poderia ser vista como associada à nossa presença.

Assim, concluímos que contar sobre a pesquisa seria impossível. Seguimos com o oficinairo sem nos preocuparmos tanto com uma coleta de dados, mas costurando as vivências ali aos discursos de outrora, buscando uma “implicação permanentemente bem temperada, onde se encontram misturados a vida e o conhecimento, o seu próprio desejo e o seu estabelecimento ético” (Amado, 2005, p.283).

Dessa forma, conscientes de que uma “implicação não se concebe sem simpatia e sem distância” (Enriquez citado por Amado, 2005, p.283), estivemos atenta diante dos processos de engajamento à realidade investigada, em um posicionamento sempre responsável, e aos atravessamentos que, de um lado, perpassam o pesquisador frente aos sujeitos e a realidade pesquisada, e de outro, os efeitos do pesquisador no contexto estudado.

Neste ponto cabe retomar um dos aspectos sobre esses efeitos. Quando iniciamos, não existiam alunos na oficina. Ela transcorria ainda assim, pois, para o oficinairo, a função social do grafite ali ultrapassava a dimensão do ensino. Os desenhos estampados

nos muros divertiam as pessoas que passavam, coloriam o cenário precário, chamavam a atenção das crianças e, principalmente, o colocava em uma função mediadora, visto que, durante a grafiteagem, conseguia conversar com as pessoas, entender os problemas locais, propor oficinas diferentes, etc. No entanto, quando começamos a fazer as aulas, nossa presença trouxe curiosidade, tornou-se interessante ter uma pessoa de fora da favela aprendendo o grafite ali dentro. O fato de ser uma mulher despertou nas meninas o interesse pelas aulas, que, em momento anterior, eram compostas sempre por meninos. Algumas levavam as mães para nos ver, como uma forma de garantir que a oficina também era uma possibilidade para elas.

Um dos motivos do esvaziamento anterior da oficina era o uso que os policiais dela faziam, já que aproveitavam que as aulas aconteciam sempre no mesmo horário para abordar os garotos supostamente envolvidos com práticas criminosas. O fato dessa abordagem não acontecer nos momentos em que estávamos presente criou um contexto mais confortável. Aos poucos, o número de alunos foi crescendo.

Por outro lado, igualmente atentávamos para o necessário distanciamento do objeto investigado, que nos convoca a um “sair do fazer para refletir sobre esse fazer” (Barros & Carreiro, 2014), cientes de que ser simpático é “entender o mundo interior do outro como se fosse nosso, mas sem nunca perder a condição ‘como se’” (Amado, 2005, p.284).

Os quatro meses de observação foram fundamentais, na medida em que se aproximaram de uma importante preocupação desta pesquisa. Não gostaríamos de ser porta-voz dos sujeitos encontrados nesses *encontros de encontros*, como propõe Schwartz (2011). Antes, sim, expressão do conhecimento que foi produzido nessa troca e de uma busca pelo movimento em que se reconhecem os sentidos, criado no olhar o mundo que o

vê, o experimenta, o lê – aquele que faz dançar as palavras e abre-se à improvisação. Não existe pesquisa, não existe ciência, sem que o tempo da vida seja considerado e vivido. (Nogueira, 2013, p.29)

3.4 Dificuldades e tensões da pesquisa

3.4.1 Desafios éticos

Durante o trabalho de pesquisa, vários dilemas nos impulsionaram a fortes tomadas de decisões. Um desses dilemas concerniu à passagem do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP). Como se sabe, atualmente no Brasil, todo projeto de pesquisa que tenha seres humanos como principal fonte de informações necessita de aprovação do COEP. Conforme redação dada pela Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012²⁵, cabe a essa instituição emitir parecer consubstanciado sobre o cumprimento dos padrões éticos pelos projetos, zelando pela integridade e dignidade dos participantes de pesquisas científicas que envolvam seres humanos.

Apesar de propor abarcar todos os campos disciplinares, a Resolução e, por consequência, a atuação dos comitês de ética estão pautadas em pressupostos normativos e metodológicos predominantemente da área biomédica, o que, muitas vezes, gera inúmeras complicações para o formato metodológico das pesquisas em Ciências Humanas.

²⁵ A Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº196, de 1996, é a mais extensiva sobre a constituição e funcionamento dos Comitês de Ética em Pesquisa. Considerando uma imposição dessa normativa sobre a necessidade de revisões periódicas a ela, publicou-se, em 2012, a Resolução de nº 466, que revoga a resolução anterior e traz parcos avanços para considerações tecnocientíficas e éticas.

Conforme aponta Dinis (2008):

Conceitos como riscos e benefícios, devolução dos resultados de pesquisa, benefícios compartilhados, termo de consentimento livre e esclarecido ou reparação por danos compõem o vocabulário compartilhado dos comitês de ética para avaliar projetos de pesquisa. Certamente algumas dessas questões também estão presentes nos projetos de pesquisa em Ciências Humanas, no entanto seu conteúdo não é idêntico. (p. 421)

Os riscos que os participantes desta pesquisa enfrentaram ao permitirem ser entrevistados não são os mesmos e nem podem ser mensurados pelos mesmos instrumentos utilizados, por exemplo, em relação a voluntários que aceitam participar de terapias testadas em bebês, com o uso de retrovirais, para avaliar estratégias de bloqueio à transmissão de vírus HIV das mães para seus filhos.

Não é possível de igual maneira, nos projetos de Ciências Humanas, sustentar sempre um desenho metodológico imbuído de todas as suas implicações anteriormente à entrada de campo. Muitas vezes, tal entrada necessita de inúmeras negociações com os sujeitos a serem pesquisados e o próprio desenvolvimento ganha contornos diferenciados durante o processo, como foi o caso de nossa pesquisa.

Com relação ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), outra problemática se interpõe especificamente para pesquisas que têm como principais participantes pessoas que se envolveram em algum tipo de atividade ilegal. É o caso das pesquisas em torno do usuário de drogas e mesmo do processo que dá origem a esta dissertação. Torna-se completamente inviável a solicitação da assinatura de um documento

como esse, sem antes construir uma dinâmica de extrema confiança, o que demanda tempo e a entrada de campo *a priori* ao envio do projeto ao COEP.

No caso de entrevistas com criminosos, muitas vezes procurados pela polícia, como traficantes de drogas, parece surrealista pedir que assinem ou forneçam identificação datiloscópica em um documento atestando seu consentimento livre e esclarecido. Mesmo nos casos em que pesquisadores muito hábeis têm conseguido documentos desse tipo, isso só se dá após uma longa permanência no campo e muitas vezes com o entendimento de que o entrevistado vá utilizar uma assinatura falsa – procedimentos que parecem contrariar a letra da Resolução. (MacRae & Vidal, 2006, p.659)

A assinatura do TCLE, no caso de nossa pesquisa, comportaria ainda uma violação ao princípio "*Nemo tenetur se detegere*", o direito de não produzir provas contra si mesmo, consagrado no inciso LXIII do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1998. Assim, ao solicitarmos tal assinatura, estaríamos infringindo uma outra normativa e gerando riscos com a possibilidade de instauração de um processo condenatório justamente através do documento que supostamente serviria para protegê-los.

Alinhada a essas pontuações a assinatura do TCLE, tornou-se imperativo levar em consideração outros fatores presentes no contexto deste projeto. No cotidiano dos participantes desta pesquisa, a assinatura de qualquer papel sempre esteve associada à assinatura de documentos que dariam origem a um processo penal. Para além da assinatura e, portanto, a responsabilização por crimes que realmente cometeram, no universo do tráfico de drogas no varejo, como será visto adiante, são inúmeras as vezes que uma pessoa precisa assumir crimes praticados por outrem ou mesmo cumprir condenações em função

de alguma armadilha produzida por policiais. Não poderíamos aqui, em hipótese alguma, funcionar como mais um elo de criminalização dessas pessoas.

Nesse sentido, conforme discutido na primeira parte deste capítulo, posicionamos-nos diante dos desafios éticos que perpassaram todo o processo de pesquisa tendo como eixo basilar o respeito ao outro, em sua dimensão de alteridade, e em total primazia da condição humana. Por vezes, quando o caminho normativo implicava na redução da liberdade do outro, ou mesmo em denegrir sua condição humana, tomávamos o caminho contrário. Não nos cabia ainda o julgamento moral. Não nos cabia igualmente apoiar qualquer atividade considerada ilícita. Em vez de uma posição de apoio, foi construída uma relação em proximidade. Por fim, como nos coloca Roche (2007b), “podemos dizer que a ética é uma parte integrante da ação daquele que tomou partido da proximidade e aí é constantemente reativada enquanto uma interrogação sobre a sua prática profissional” (p.27, tradução nossa)²⁶.

3.4.2 Desafios da tradução

Poderíamos dizer que a pesquisa no campo das ciências humanas se pretende a uma tradução? Almejamos aqui discorrer acerca da seguinte proposição: a analogia, a princípio arriscada, entre o trabalho do tradutor na difícil tarefa de abrir caminhos para uma comunicação interlinguística e o trabalho do pesquisador perante o complexo exercício de, a partir do trabalho de campo, traduzir uma suposta realidade. Para tanto, faremos uso de três textos de Paul Ricoeur (2011) reunidos no livro *Sobre a Tradução*.

Esse autor nos apresenta duas vias de compreensão diante do clássico dilema que se coloca ao processo de tradução entre línguas estrangeiras, mas também dentro de uma

²⁶ «On dira alors que l'éthique est consubstantielle à l'action de celui qui a pris le parti de la proximité, qu'elle y est constamment réactivée en tant qu'interrogation sur sa pratique professionnelle» (Roche, 2007b).

mesma comunidade linguística, o intraduzível x traduzível. A primeira diz respeito à tradução especificamente como um processo de transferência entre o conteúdo/mensagem verbal de uma língua em outra. A segunda sai de um sentido específico e toma uma compreensão mais ampla, entendendo a tradução como “sinônimo de interpretação de todo o conjunto significante no interior da mesma comunidade linguística” (Ricouer, 2011, p.33). Caminhando pela segunda via, Paul Ricouer apresenta uma sólida argumentação que culmina com a proposição de uma alternativa prática: a substituição do dilema do intraduzível e do traduzível para a fidelidade x traição. Em seguida apresentamos algumas considerações feitas durante esse percurso argumentativo e uma possível aproximação para a prática do pesquisador.

Um primeiro ponto: toda tradução pressupõe uma perda. Para Ricouer (2011), “uma boa tradução só pode visar uma equivalência não fundada numa identidade de sentido demonstrável” (p.47). Uma “equivalência sem identidade” ou uma “correspondência sem adequação”. O autor se apoia na construção freudiana sobre o trabalho de luto para compreender o traduzir como uma renúncia “ao ideal de uma tradução perfeita” (p.27).

E é esse luto da tradução absoluta que faz a felicidade de traduzir. A felicidade de traduzir é um ganho quando ligada à perda do absoluto linguístico, ela aceita a distância entre a adequação e a equivalência, a equivalência sem adequação. Nisso está sua felicidade. (Ricouer, 2011, p.29)

Nota-se que a transposição para o trabalho do pesquisador nos coloca diante da mesma prerrogativa: toda pesquisa pressupõe uma perda. A perda enquanto representante dos diversos limites inerentes a toda abordagem, mas também como efeito próprio das

escolhas do pesquisador na seleção do tema, na triagem de sujeitos, nas escolhas teóricas, nas opções metodológicas...

As metodologias são criadas pelos sujeitos enquanto estes estão criando os seus objetos. Antes, imaginam. No seguinte passo, podem perceber que a pesquisa não cria apenas interpretações. A pesquisa cria metodologias enquanto cria interpretações. O fazer alimenta o pensamento que mobiliza a arte de refazer diferente. (Hissa, 2013, p.125)

Segundo ponto: a tradução como necessária para o avanço do conhecimento, para identificar proposições, para fazer prosseguir a ação humana mobilizando uma eterna arte de refazer. “Como a poesia, a tradução responde, embora de modo diverso, ao desejo para a formação e a potencialização da própria língua, para a descoberta de seus recursos inexplorados na apresentação do pensamento” (Lavelle, 2011, p.18).

Nesse sentido, as perdas não sinalizam o fracasso (suspeita de traição) inerente à impossibilidade de se efetivar uma tradução perfeita ou à não objetividade de uma pesquisa. Ora se apresentam como condicionantes para a abertura de perspectivas. A produção enquanto “equivalências sem identidades” é sempre provisória, ladeia fronteiras e apresenta aberturas que trazem movimento para a construção do pensamento.

Esse movimento nos conduz à concepção de Ricouer sobre a metáfora, conforme aponta Lavelle (2011): “A metáfora não é considerada ‘viva’ apenas porque reanima o material linguístico (...). Ela também é dita viva porque, no trabalho da semelhança [equivalências], traz a vida da língua à esfera da reflexão e insufla vida ao pensamento” (p.16). É justamente pelo fato de não encontrarmos identidades, mas semelhanças, que nos colocamos no processo contínuo do pesquisar, do traduzir e retraduzir.

Terceiro ponto: a tradução pressupõe um desejo. Assim como o ato de traduzir exigiu sempre, desde os viajantes e mercadores até os interpretes profissionais, como lembra Ricouer (2011), o desejo pelo aprendizado de uma língua diferente à pátria com o objetivo de efetivar uma comunicação, o processo do pesquisar a tradução de uma dada realidade só é igualmente possível a partir do desejo do pesquisador pela temática, pelo método, pelas correntes teóricas. Desejo que ultrapassa a necessidade e a utilidade do pesquisar/traduzir e se inscreve na trama singular do sujeito. Como nos lembram Ardoino e Barus-Michel (2005), “o sentido é gerado pelo sujeito que deseja, que falha, que imagina, que fala. O sujeito define-se então como *produtor de sentido*: significa-se e significa o outro, chocando com ele ou com ele se articulando” (p.206).

Em síntese, têm-se assim três considerações acerca da tradução. O trabalho de luto referente à necessária consideração da existência de perdas e, conseqüentemente, à renúncia ao ideal de uma tradução perfeita, o avanço que o reconhecimento dessas perdas permite no sentido de encontrar novas potencialidades linguísticas e, por fim, a inclusão da dimensão do desejo que nos leva ao sujeito e à produção de sentido.

Posto isso, considerando os pontos destacados, gostaríamos de trilhar agora a partir de um novo viés interrogativo: Como tratar do paradigma da tradução no campo das pesquisas em ciências humanas ou como efetivar a pesquisa fora do engodo entre o positivismo e o relativismo, trazendo à baila a questão da subjetividade como meio de conhecimento?

Cardoso (2004) traça essa discussão ao tratar dos caminhos, melhor dizendo, dos descaminhos nas reflexões teóricas sobre a observação participante. Segundo ela, o campo das ciências sociais se absteve de uma reflexão metodológica consistente sobre os

instrumentos de que tem feito uso. “Negamos a neutralidade do pesquisador, apoiamos com entusiasmo seu compromisso com o grupo estudado, mas continuamos a conceber ‘os dados’ como formas objetivas, com existência própria e independentes dos atores” (p.99). O resgate da subjetividade como instrumento de conhecimento sem a necessária reflexão teórica corre o risco de cair no descompasso de um processo terapêutico no qual se apresenta o pesquisador em detrimento do objeto, ou mesmo, como aponta a autora, de beirar tanto um irracionalismo que nega a ciência quanto a crença absoluta da realidade exterior.

Sobre as sensações como método, Gonçalo Tavares (2006) alerta: “Tens outros instrumentos – as tuas sensações. E delas sai tudo. Elas são o teu mapa. No entanto, há infinitas possibilidades de escalas; e confirma antes de correres se o mapa é mesmo do local onde te encontras perdido” (p. 109). Quais seriam as orientações que nos conduziriam a essa confirmação na utilização de um mapa correto?

Com Ricouer (2011) encontramos uma primeira pista: “O tradutor encontra sua recompensa no reconhecimento do estatuto incontornável da dialogicidade do ato de traduzir como o horizonte razoável do desejo de traduzir.” (p.30). Dir-se-á que o horizonte do desejo do pesquisador, ou a subjetividade como instrumento de pesquisa, deve estar alinhado ao trabalho de luto, à renúncia a um ideal de perfeição. O luto então pressupõe um trabalho, uma ação, que para Freud (1915) consiste em um processo intrapsíquico de superinvestimento ante as lembranças do objeto perdido para, paulatinamente, quebrar a ligação com ele. Na pesquisa diríamos que esse trabalho consiste em considerar, analisar as implicações subjetivas envolvidas na investigação, reconhecendo as perdas, mas também a compreensão, a partir de uma perspectiva crítica, das lacunas e tensões que envolvem todo objeto a ser pesquisado no âmbito das ciências humanas.

Nesse sentido, Gilles Amado (2005), apoiado no trabalho de Devereux (1980), afirma que:

Quanto às “perturbações” ligadas a esta subjetividade, só se tornam “a fonte de erros incontrolados ou incontroláveis” quando são “negligenciadas ou ornamentadas de modo definitivo pelas resistências da contratransferência maquilhadas de metodologia.” Seria, portanto, o não levar em conta e analisar as angústias do pesquisador que o conduziria a processos metodológicos errôneos ou defensivos. (p.282)

As contratransferências, ao serem analisadas, tornam-se assim dados fundamentais para o processo investigativo. É preciso igualmente situar o pesquisador e seus afetos em inter-relação na dinâmica do campo social, com todas as lacunas, as contradições e as configurações historicamente condicionadas a que esse campo está sujeito.

Tavares (2006) nos diz que: “Toda a nossa ciência assenta no pressuposto de que a realidade não mente. É um pressuposto não comprovado. E se a realidade nos mente? Se simula? Se teatraliza?” (p.85). Nesse caso, ao contrário do tradutor, que tem como material base um texto estático, finalizado, o pesquisador em ciências humanas se depara com um material base sempre em movimento, influenciado por inúmeros aspectos. Isso exige que ele trabalhe, conforme aponta Cardoso (2004), sinalizando o contexto em que as relações acontecem e investigando as condições sociais em que os discursos são produzidos. Ficar preso aos discursos proferidos só reproduz imagens preestabelecidas que pouco contribuem para o avanço do conhecimento.

Assim, a partir da pista que Paul Ricouer nos fornece, encontramos dois desdobramentos importantes visando a confirmação do uso de um mapa correto: a

necessária consideração dos afetos envolvidos na condução de um processo investigativo e a análise, em uma perspectiva crítica, das condições sociais/elos causais inerentes ao fenômeno social estudado. Outras pistas precisam ser encontradas no intuito de uma construção reflexiva que contribua para o avanço por um caminho intermediário que saia tanto de um positivismo neutro quanto de um relativismo radical.

3.4.3 Tensões do corpo

Por vezes, após longas entrevistas – que se ampliavam para um tempo ainda maior, tendo em vista a necessária dedicação à escrita, já que não pudemos contar com o auxílio de gravadores –, o corpo emitia sinais de cansaço, mas, sobretudo, os processos mentais mostravam seus sinais de reação ao conteúdo captado. Se, durante todo o tempo em que transcorriam esses encontros, era preciso atenção para o que se dizia, era preciso posicionar-se eticamente quanto a essa escuta; ao final, a atenção dava espaço para a reação, que, em boa parte das vezes, se manifestou por um certo embotamento mental. Embotamento que, alocado no rol dos mecanismos de defesa, cumpria sua função: a de não permitir um dilaceramento subjetivo provocado, sobretudo, pelo nosso não pertencimento à realidade investigada. Como bem nos sinalizou um entrevistado: *Tem coisas que não tem jeito, não* [se referindo à nossa possibilidade de compreensão], *porque você não acorda todo dia com um presunto na sua porta* (Trabalhador do tráfico de drogas 4).

Também nos preocupamos com a possibilidade de banalização do conteúdo mortífero. Como escutar esse universo carregado por tantos atos que vão na contramão do viver, sem permitir um automatismo de invasão por concepções morais? Como suportar longas entrevistas sem nos deixar afetar pelo conteúdo advindo delas?

Notoriamente, a dificuldade não estava alocada em suportar o horror da brutalidade dos atos, mas de permanecer diante do não sentido, já que a priori o não pertencimento e o nosso arcabouço de *valores* nos imbuía também de uma impossibilidade de compreensão dos sentidos ali partilhados. A inflexão do pensamento diante do real produziu, em alguns momentos, efeitos indesejados que precisaram ser investigados em busca de seu sentido latente.

O processo do pesquisar nos atravessou, nos constituiu e nos destituiu. O início do trabalho de campo trouxe inscrições em muitas manifestações sintomáticas. Por um período tivemos o sono constantemente interrompido por um súbito cheiro de sangue, que imediatamente nos colocava diante de grande inquietação: por que tantos precisam morrer? No final, já no processo da escrita, as inscrições sintomáticas foram desaparecendo e abrindo espaços para a organização do pensamento. Os sentidos ganharam novos formatos e novos interlocutores e encontraram lugar no âmbito científico, mas também político, como poderá ser visto no decorrer dos próximos capítulos.

Cássio Hissa (2013) nos ensina que “a razão é feita da experimentação do mundo e o pensamento é feito do sentir. Ser afetado pelo mundo, portanto, é pressuposto da construção do pensamento” (p.20). De forma engajada, experimentamos e sentimos, na medida do possível, a complexidade do universo do tráfico de drogas varejista. Resta-nos agora a apresentação da construção do pensamento, que visou sempre a ruptura de um discurso produzido a partir de um viés imaginativo e que só trouxe efeitos de destruição da população marginal para abrir espaços ao conhecimento gerado na relação com essas pessoas.

4. NA LINHA DE FRENTE: CONTEXTOS DO TRÁFICO DE DROGAS

*O cordeiro vira lobo, e o lobo tem seu ofício
É a uva, o trigo, a pasta e o orifício
E quem fornece a brisa?
Se fortalece no punhado de desgraçados mal-amados
Que só querem matar a fome.*

(Criolo – Lion Man)

4.1 “O pó, as armas, é o demônio dando bote”²⁷

Logo no primeiro dia em que chegamos para a oficina de grafite, uma moça se aproxima de nós e doicineiro para observar o desenho que começa a ganhar forma no muro. Ela está acompanhada de seu filho, que aparenta ter de três a quatro anos de idade. Ele, muito sagaz, logo inicia uma conversa com o oficineiro, em uma série de tentativas de adivinhações sobre o personagem que será composto pelo manuseio das latas de spray. Ela permanece ao nosso lado e, vendo nossa dificuldade em trabalhar com o spray, pergunta se estamos fazendo as aulas há mais tempo. Respondemos que não, que este é o nosso primeiro dia. Ela ri da nossa pouca habilidade e comenta como o oficineiro é talentoso e que ela sempre leva seu filho para ver os desenhos dele.

A moça continua em uma longa conversa que, na verdade, se constitui quase como um monólogo. Ela transita entre diversos assuntos sem nos permitir falar muito e mesmo sem possibilitar que continuemos os exercícios com as latas de spray. Conta-nos sobre o filho mais velho, de 16 anos, que também gosta muito de desenhar nos poucos momentos livres que tem – normalmente durante duas horas no domingo. Afinal, ela sempre se primou por dar uma educação rígida aos filhos. Diz-nos alegremente sobre uma bolsa de

²⁷ Trecho retirado da música *É o teste*, composição de Criolo.

um curso de inglês que o filho ganhou recentemente, curso que, somado às atividades diárias na escola, na igreja e no trabalho, trará sobrecarga para ele. Todavia, valerá a pena, pois reduzirá ainda mais qualquer tempo livre. O filho tem sinalizado que gostaria de ser médico. Ela pontua que sabe ser isso impossível, pois não tem dinheiro para pagar o curso, mas que talvez, se ele se dedicar bastante aos estudos, poderá conseguir um bom emprego, trabalhar e depois tentar se formar como médico. Imaginando tal possibilidade, sorri e esboça o orgulho de ser a única mãe a ter um filho médico naquela favela.

A falta de tempo que imputa aos filhos é uma estratégia para que eles não permaneçam em contato com os outros jovens residentes naquele beco. Ao nos explicar isso, aponta para os garotos que estão ali próximo e fazem parte da *firma*, lócus de tráfico de drogas no beco. Adverte-nos que todos eles estão com *o diabo no corpo* e que o pastor da igreja que frequenta sempre ensina a seus fiéis que a droga é um dos meios que o diabo utiliza para tomar o nosso corpo. Os trabalhadores do tráfico de drogas que ela aponta são meninos bons, muitos de famílias boas que seguem a vida segundo os ensinamentos de Deus, mas foram desvirtuados ao usarem a *coisa ruim*. Diz do seu receio de que os filhos tenham alguma fraqueza e, por estarem próximos à *coisa ruim*, acabem sendo *atormentados* pelo diabo; por isso faz tudo que lhe é possível para guiá-los para uma vida correta.

Atrás da naturalidade da associação entre a droga e o diabo que essa moça nos apresenta existe um problema de ordem muito mais complexa e que nos convoca a uma reflexão. O descortinamento dessa vinculação nos coloca diante do problema do mal. Zaluar (2004) demarca os efeitos dessa associação ao afirmar que “a oposição radical entre o bem e o mal constrói as próprias identidades, o ser do cristão no caminho do certo e o ser diabólico do bandido” (p.46).

A divisão moral entre o bem e o mal acompanha a história da humanidade, mas é o esforço filosófico na compreensão do problema da teodiceia que coloca em questão o problema do mal. É Santo Agostinho quem vai se debruçar inicialmente na resolução desse conflito ao colocar o mal como um desvio de Deus, sem substância, e que, portanto, poderia ser momentâneo e curável, sobretudo, através dos sacrifícios. O mal não teria, então, uma natureza, mas estaria disposto na defecção do bem. Deus é símbolo do bem supremo, a perfeição, criador do homem, mas não do mal.

E esse movimento, isto é, o ato de vontade de afastar-se de Deus, seu Senhor, constitui, sem dúvida, pecado. Poderemos, porém, designar a Deus como o autor do pecado? Não! E assim, esse movimento não vem de Deus. Mas de onde vem ele? (Agostinho, 1995, p. 142)

Segundo a concepção agostiniana, Deus criou o homem imbuído de autonomia, livre arbítrio, dotado de razão, como os anjos, para que possam escolher o caminho do bem, que os conduzirá à felicidade que é o encontro com Deus. O mal, portanto, teria sua origem no desvio desse caminho, em face do pecado original.

Ora, é preciso reconhecer: a alma fica impressionada pela vista de objetos, sejam superiores, sejam inferiores, de tal modo que a vontade racional pode escolher entre os dois lados o que prefere. E será conforme o mérito dessa escolha que se seguirá para ela o infortúnio ou a felicidade. Assim, no paraíso terrestre, havia como objeto percebido: vindo do lado superior, o preceito divino, e vindo do lado inferior, a sugestão da serpente. Pois nem o que o Senhor ia prescrever, nem o que a serpente ia sugerir foi deixado ao poder do homem. Contudo, ele estava certamente livre de resistir à vista das seduções inferiores, pois o homem, tendo sido criado na

sanidade da sabedoria, achava-se isento de todos os liames que dificultavam a sua escolha. (Agostinho, 1995, pp. 237-238)

Por outro lado, Santo Tomás de Aquino sugere o mal como algo que estaria presente nas coisas e que, então, se fixaria de modo permanente. Assim como Santo Agostinho, Aquino ancora toda a sua argumentação sobre o fenômeno do mal na privação de um bem. O mal não tem substância e nem é um ser, mas um acidente do ser. “O bem é a causa do mal, mas não por si, e sim por acidente” (Faitanin, 2006, p.112).

Para o filósofo, existe uma escala de perfeição que corresponde à disposição, em uma hierarquia, de graus de perfeições que Deus destinou aos diversos seres criados. A base dessa argumentação está na divisão tomista das substâncias em simples e compostas. As substâncias simples são constituídas pela forma pura; as substâncias compostas, pela matéria mais a forma (no Homem, a alma e o corpo).

Ora, umas substâncias são simples e outras compostas e numas e noutras há essência. Mas nas simples, porque possuem um ser mais nobre, a essência encontra-se de uma maneira mais verdadeira e mais nobre. Por conseguinte, elas são, pelo menos, a substância primeira e simples que é Deus, a causa das substâncias compostas. (Aquino, 2008, p.7)

Nessa hierarquia, seres inanimados e racionais representam a perfeição em seu modo vestígio e seres humanos e anjos, mais perfeitos, representariam a imagem e semelhança divina. Assim, tem-se, por exemplo, que uma pedra é menos perfeita que uma planta, que, por sua vez, é menos perfeita que um animal; o animal tem um grau de perfeição menor que o homem, que perde ainda para os anjos, até por fim vislumbrarmos a

perfeição das perfeições em Deus (Gilson, 1962). Encontraríamos a essência do mal em uma carência a partir desses graus de perfeição.

O maior mal, o mal moral, consiste na privação voluntária e consciente de um percurso que deveria seguir ao encontro de Deus. Eis o pecado: ir contra Deus! Encontramos aqui o livre arbítrio agostiniano, mas com modificações. “O mal é no sujeito, mas não tem existência como sujeito porque a existência do mal depende do existir do sujeito” (Callegaro, 2010, p.70). É a autonomia do ser humano e a sua capacidade racional de fazer escolhas que podem levá-lo a um caminho na virtude divina ou no pecado.

deve-se dizer certamente que o mal está nas coisas, mas como privação, não como algo real; não obstante, está na razão como algo inteligido; e por isto pode dizer-se que o mal é um ente de razão e não da coisa, dado que no intelecto é algo, mas não na coisa; e este mesmo ser inteligido, pelo qual se diz que algo é ente da razão, é um bem; pois é um bem que algo seja inteligido. (Aquino, 2005, p. 25)

Aquino (2005) aponta ainda para a possibilidade de composição entre anjos decaídos e o corpo, e assim produzirem algum mal. Anjos, na concepção tomista, são substâncias imateriais, constituídos de puro intelecto (forma). Os anjos, em alto grau de perfeição, mediante seu intelecto, têm a possibilidade de decidir amar a Deus ou não. Aqueles que fazem a escolha pela negatividade decaem na hierarquia e, por acidente, podem se unir a um corpo.

Desse modo, os anjos demônios poderiam ou interagir com os homens (corpo e alma), levando-os a fazer o mal, com a participação da vontade deles. Ou, a outra hipótese de acontecer essa composição, quando, de forma acidental, a substância demoníaca interfere nos sentidos dos corpos humanos, interferindo no corpo

(substância-matéria) com sua vontade (outra substância – forma), fazendo com que eles falem e vejam coisas que não existam, deformando a realidade. (Barros-Brisset, 2011, p.42)

O percurso filosófico empreendido até aqui nos fornece pistas para a compreensão do processo que irá destinar, ao longo da história, algumas pessoas a ocuparem o lugar da figura do mal. Bruxas, loucos, marginais, trabalhadores do tráfico de drogas, etc. Há sempre um *bode expiatório* pronto como figura que possa encarnar o mal e separá-lo da “bondade” presente no resto da humanidade.

Zaluar (2004) aponta que a separação radical entre o bem e o mal transportada para uma separação de coisas e pessoas em boas ou más é criação de algumas religiões cristãs e que ganha ênfase, na atualidade, em correntes do protestantismo. Os bandidos seriam aqueles que, em tentação do diabo, escolheram praticar o mal na ambição de se tornarem absolutamente fortes. Anjos caídos que, como nos indica Santo Tomás de Aquino, na ganância de se igualarem a Deus, decaem na hierarquia e podem interagir ou se unir aos corpos humanos. No discurso evangélico que ganha ressonâncias na voz da moça do beco, a saída para livrar a humanidade desse mal perpassa pela salvação individual, da pregação ao exorcismo, que encontrará seus correspondentes na segregação, na patologização e/ou na eliminação de pessoas.

Nesse sentido, Zaluar (2004) afirma que “fenômenos intrigantes têm acontecido (...) apontando para um processo recente de reencantamento do mal e reaparecimento das dicotomias nítidas entre o bem e o mal” (p.43). As drogas consideradas ilícitas ocupam lugar de destaque nesse processo e, nesse limbo, usuários e traficantes são considerados os

agentes de difusão do mal, distribuindo a *coisa ruim* e causando horror com suas armas e atos mortíferos.

A despeito dessas concepções maniqueístas, a constituição de um expressivo “problema da droga” que encontra repouso na conta do mal, seja ele o mal moral e/ou o mal patológico, tem seu pilar no desenvolvimento tecnológico e no *modus operandi* da circulação mercantil capitalista.

4.2 “O cordeiro vira lobo, e o lobo tem seu ofício”²⁸: a mercadoria droga

Indiscutivelmente, o tráfico de drogas se configurou, nas últimas décadas, como uma importante atividade geradora de capital que tem como meio para tal a *mercantilização* de drogas ilícitas. Nesse sentido, Faria (2009) sinaliza ainda que o tráfico de drogas se constitui numa prática atrativa não só pelo acúmulo de capital, mas também pelo reconhecimento social que essa atividade permite aos que nela se inserem em uma “forma de sociabilidade extremamente peculiar” (p. 182).

A compreensão do tráfico como uma atividade geradora de capital está aqui concatenada ao entendimento da droga como *mercadoria*, no sentido marxista do termo.

Para Lima (2009), a trama geopolítica e geoeconômica que envolve, desde a sua origem, a produção do “problema das drogas” só pode ser compreendida a partir de uma revisita à historiografia da droga com vistas a elencar a passagem dessa substância no seu *valor de uso* em seu *valor de troca*.

A *distinção no valor*, enquanto esse processo que converte o *valor de uso* em *valor de troca* (Marx, 2013), está alinhada à concepção de que sempre existem mediações

²⁸ Trecho retirado da música *Lion Man*, composição de Criolo.

teóricas e históricas a um objeto – neste caso, a droga – que é tomado como expressão de totalidade. “A categoria metodológica da totalidade significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a relação com o conjunto” (Löwy, 2002, p. 16).

Os *valores de uso*, de acordo com Marx (2013), “constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dessa riqueza” (p. 58). Correspondem ao objeto que é utilizado ou consumido para atender a uma determinada satisfação humana.

Antes do século XIX, as “plantas mágicas” – drogas –, caracterizadas por suas ações alucinógenas, eram apropriadas coletivamente para fins religiosos, curativos e festivos. Sua extração era realizada fundamentalmente da natureza, a partir de uma baixa divisão social do trabalho. Eram utilizadas, em alguma medida, como parte da circulação mercantil, mas de forma simples. Não se tinha aqui uma propriedade privada dos meios de produção que caracterizasse, de fato, uma produção mercantil (Lima, 2009). Portanto, o consumo realizado dessas plantas, nessa sociedade, estava imbuído pelo *valor de uso*.

Para vir a ser mercadoria, o consumo dessas plantas precisaria encontrar condições históricas que agregariam a elas o *valor de troca*.

Quem, com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor de uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor de uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor de uso social (...). O produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca. (Marx, 2013, p. 63)

Assim, “a coexistência, então, entre valor de uso e valor de troca tornou-se a substância, a unidade dialética para tornar os bens produzidos em mercadoria” (Lima,

2009, p.46). Netto e Braz (2006) condicionam duas prerrogativas bases para que haja produção de mercadorias:

A primeira diz respeito à existência, mesmo que incipiente, de divisão social do trabalho (...) é preciso que o trabalho esteja de algum modo repartido entre diferentes homens (...). Mas essa condição, necessária, não é suficiente para a produção de mercadorias; ela deve se articular à propriedade privada dos meios de produção – só pode comprar ou vender uma mercadoria aquele que seja o seu dono e, para tanto, é necessário que os meios com os quais a produziu pertençam a ele. (p.80)

Há de se ressaltar, na construção teórica marxista, o duplo caráter do trabalho representado na mercadoria:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igualou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio da força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso. (Marx, 2013, p.68)

Segundo Lima (2009)²⁹, a possibilidade de passagem dessas substâncias de seu estado *in natura* para a condição de drogas, de mercadorias requereu, seguramente, o desenvolvimento do comércio, da química e da farmacologia. Nesse sentido, o incremento

²⁹ Rita de Cássia Cavalcante Lima (2009) traça em sua tese o percurso histórico do objeto drogas desde os primórdios de seu aparecimento enquanto um produto de subsistência humana. Na tese são retomados especificamente o processo histórico do consumo das plantas medicinais (coca, papoula e maconha) e as posteriores sínteses químicas (cocaína, morfina e heroína), tornando-se possível, assim, uma análise da *distinção no valor* de cada um desses produtos de forma contextual. Nesta dissertação tratar-se-á do objeto drogas sem se fazer especificações, em decorrência do limite de espaço, mas tendo em consideração que tal análise simplifica o processo e generaliza a compreensão de sua totalidade.

das inovações tecnológicas no século XIX, especialmente a partir da entrada da química orgânica, e a possibilidade de extração dos alcalóides de plantas como o ópio e a coca criaram as condições necessárias para tornar um bem produzido em mercadoria.

Portanto, mesmo no período que precedeu o século XIX, no qual o modo de produção capitalista começou a ganhar forma, o uso das “plantas mágicas” dependia ainda do significado histórico-social atribuído, dos tipos de relações sociais e das condições de existência. Com o cultivo prioritariamente na Ásia e posteriormente na América, essas plantas não tinham possibilidades de reprodução e não apresentavam o mesmo valor simbólico em diferentes lugares. O próprio comércio intercontinental feito através das navegações marítimas era dificultado pelas condições de estocagem do produto, que chegava à Europa Ocidental em qualidade diferenciada (Lima, 2009).

Assim, com os avanços tecnológicos alcançados no âmbito da indústria farmacêutica, com o desenvolvimento de técnicas na agricultura e com as mudanças em termos do trabalho humano livre, as “plantas mágicas”, enquanto produto, ganharam o status de mercadoria.

De fato, a química orgânica, enquanto especialização na divisão sociotécnica do trabalho, desenvolveu as potencialidades – adormecidas na natureza –, impensáveis no trânsito para a fase monopólica do capital, ao extrair os alcalóides das plantas “mágicas”. (Lima, 2009, p.49)

A mercadoria droga, ao ser incluída no circuito intercontinental para venda, sofre complicações significativas no que se refere à sua dimensão jurídica. Nesse sentido, como foi visto anteriormente, a droga – enquanto mercadoria e, portanto, *valor de uso* e *valor de troca* – é enquadrada rapidamente pela norma jurídica transnacional no proibicionismo,

exigindo, assim, ações repressoras. E, para além, imputa-se à droga uma concepção ideológica demonizadora, maléfica.

Segundo Vargas (2001), a demonização contemporânea das drogas “parece ser a contrapartida lógica e o complemento ontológico da reificação das relações humanas vigentes em sua produção e distribuição, resultante da constituição das “drogas” enquanto mercadorias” (p.51).

Cabe ressaltar que o conceito de reificação formulado por Lukács (1923), em sua obra *História e Consciência de Classe*, aparece inicialmente como substituto do conceito de alienação marxista, mas ganha demasiada ampliação quando analisado a partir da proposição que Marx faz no final da primeira parte do livro I, *O Capital*, acerca do “fetichismo da mercadoria”:

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos de trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos de trabalho se tornam mercadorias (...). Mas a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada têm a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre as coisas (...). Chamo isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos de trabalho, quando são gerados como mercadorias. (Marx, 2013, p.94).

Nesse sentido, concordamos com Vargas (2001) na medida em que a demonização da droga parece estar ancorada nessa dissimulação, nessa exterioridade em que se dá a apresentação de um produto enquanto mercadoria diante das relações sociais entre trabalho dos produtores e trabalho total. Um fetichismo que irá assumir a forma fantasmagórica, na mercadoria droga, do diabo, da *coisa ruim*.

Tal demonização parece acionar aspectos de crenças arraigadas como é demonstrado por Zaluar (2004) sobre o papel da mídia na indicação do imaginário social, (re)produzido, por exemplo, através das novelas. A autora retoma o uso recorrente, nesse espaço, de estatuetas pré-incaicas como representantes de forças demoníacas em uma clara associação à coca, planta de uso milenar pela população andina. Todavia, é no âmbito biomédico que a partilha moral entre o bem e o mal ganhará amplitude na separação entre drogas lícitas e ilícitas.

A despeito dessa partilha moral, a indústria de drogas/tráfico de drogas não possui grandes diferenças das diversas outras indústrias. “Como mercadorias, elas contam, sobretudo, por seus “valores de troca”, ficando em segundo plano suas propriedades materiais singulares e os efeitos associados ao seu consumo” (Vargas, 2001, pp.26-27). A mercadoria droga é produzida e comercializada visando a maximização dos lucros, como todas as outras.

O ponto êxtimo que configura uma especificidade aqui é encontrado não no *valor de uso* da substância ou mesmo em suas características materiais, mas na ilicitude do comércio. Por se tratar de uma atividade criminosa, a organização desse empreendimento só é possível se concatenada a outras atividades pautadas no mesmo campo de atuação ilegal e violenta (contrabando de armas, roubos, homicídios, etc.).

O que talvez diferencie as “drogas” de outras mercadorias cuja produção, distribuição e consumo são considerados atividades lícitas é que, no caso das “drogas”, os lucros não são auferidos apenas a partir da forma “clássica” (capitalista) de exploração da mais-valia, isto é, via abuso do trabalho alheio sob o modo do mais-trabalho não remunerado (Marx, 1867b), mas também a partir do que poderia ser chamado de uma mais-valia “terrorífica” (Perlongher, 1987, p.2), a qual potencializaria os lucros obtidos pela forma clássica de extração da mais-valia em sociedades como a nossa mediante a exploração da violência agregada ao circuito (ou “mercado”) das “drogas”. (Vargas, 2001, p.27)

O tráfico de drogas, entendido aqui como forma de organização de trabalho, informal e ilegal, configura-se, assim, como um protótipo da sociedade de consumo, mas, em adição a outros, expressa toda a violência nela embutida e produz ainda mais violência.

Feffermann (2006) aponta dois valores que norteiam os procedimentos organizadores das relações interpessoais e comerciais no tráfico: “a confiança, que se revela em cooperação, e a violência, que se manifesta na confrontação”. Nesse hiato, onde se escapa o recurso a uma instituição “superior”, a violência é utilizada em sua forma extrema, funciona como código normativo de comportamento, colocando um ponto final nos conflitos inerentes à vida e reverberando como um recurso importante de dispersão do medo.

Nos campos de gravitação que se estruturam em torno das miríades desses pontos de venda, é a própria gestão da ordem que parece estar em disputa, nos pontos de junção (e fricção) da lei (e seus modos de operação) e outros modos de regulação que perpassam os ilegalismos e estão ancorados nas formas de vida. Aqui, nesse

registro, trata-se de uma gestão da ordem que se desdobra em uma negociação nos limiares da vida e da morte. (Telles & Hirata, 2010, p. 46)

Assim, ainda que transitando pelas fitas de moebius, o tráfico de drogas extrínseco ao sistema pela transgressão legal mantém-se imanente a esse mesmo sistema, incorporando as contradições sociais próprias do capitalismo e funcionando como um potente mecanismo de deflagração do conflito fundamental capital x trabalho. Todavia, ancorados nessas contradições, agregam-se fatores de risco à vida. No contexto do tráfico, a força de trabalho significa um *valor de troca* que põe em jogo a própria vida. Essas relações exigem uma análise cuidadosa que saia do campo de uma partilha moral e de uma representação individual pela via demoníaca e/ou patológica para uma compreensão de sua totalidade, na qual sejam considerados todos os aspectos em que se dá a gestão desse mercado.

4.3 Organização da firma

Vimos, na seção anterior, que é com a passagem das “plantas mágicas”, em seu valor de uso, para a categoria de drogas, enquanto mercadoria, que se tem configurado o cenário que irá permitir posteriormente, com a intensificação da circulação dessa mercadoria, uma política proibicionista. O processo de mercantilização da droga ilícita ganhou, ao longo do tempo, contornos diferenciados a depender de diversos fatores, entre eles o local em que o tráfico de drogas se desenvolveu e o nível de recrudescimento das políticas repressivas.

Ainda que tomemos como ponto de referência um único país, no caso, o Brasil, temos modelos de gestão do comércio de drogas extremamente diversificados nas diferentes regiões, apesar da mídia, como foi visto no primeiro capítulo desta dissertação,

divulgar a forma de gerenciamento do tráfico carioca como modelo igualmente replicado em todos os outros estados. Como aponta Fefferman (2006): “Embora o tráfico de drogas seja um fenômeno mundial, é importante refletir sobre as singularidades locais da inserção social e da organização do tráfico de drogas, tornando mais concreta a análise com base em constantes que caracterizam sua situação geral” (p.38).

Durante nossa pesquisa observamos que a diversificação nas formas de gestão desse comércio também ocorre em locais muito próximos uns dos outros. Em uma mesma região não é possível afirmar que o modelo é replicado, mesmo em favelas vizinhas. Verificamos ainda que a diferença de idade entre os trabalhadores do tráfico de drogas que entrevistamos também nos permitiu acessar mudanças significativas na estrutura de organização do tráfico de drogas varejista que ocorreram ao longo do tempo.

Assim, torna-se necessário o relato contextual dos modos de gerenciamento aos quais tivemos acesso durante o trabalho de campo para só depois nos atermos ao processo analítico dos dados coletados. Interessamo-nos, sobretudo, pelos pontos de regularidades em que se convergiam temáticas diferentes a fim de identificar unidades de análises que possibilitassem uma melhor compreensão da organização do tráfico de drogas, almejando sempre nos aproximarmos da atividade de trabalho desenvolvida nessa organização.

Nesse sentido, caminhamos com a perspectiva ergológica no entendimento de que é preciso estar sob *o ponto de vista da atividade*, sob o ponto de vista daquele que trabalha, para compreendermos o movimento entre o *microscópico da atividade* e o *macroscópico da vida social*. Para além,

A perspectiva ergológica nos obriga, para compreender e para agir em nosso universo, a colocar permanentemente em debate e em confronto: experiências de

vida e de trabalho; e conceitos, sempre imperfeitos, sempre provisórios, com relação a essas experiências, mas indispensáveis para tentar construir alguma coisa coletivamente a partir desses debates. (Schwartz & Durrive, 2010, p. 204)

As histórias que passam agora a ser narradas nos fornecem elementos galgados nessas diferentes experiências de vida e de trabalho que nos permitem aproximar das microgestões da atividade. Cabe ressaltar o aspecto de aproximação, tendo em vista a impossibilidade de acompanharmos esses trabalhadores durante a realização de seu trabalho. O momento da observação, como foi descrito no capítulo anterior, nos permitiu acompanhar um pouco das tarefas realizadas, mas sempre de longe, sem, contudo, podermos nos debruçar sobre as microgestões. Por outro lado, durante as entrevistas só tivemos acesso às concepções, às organizações do trabalho, mas dificilmente aos processos de decisão sempre necessários perante as infidelidades do meio.

4.3.1 “A malandragem é viver!”³⁰

O Trabalhador do tráfico de drogas 1, no momento da entrevista, tinha pouco mais de 30 anos, era o mais velho entre os entrevistados e, por quase 15 anos, esteve associado ao tráfico de drogas varejista. Esse tempo foi dividido entre a atuação na rua e os períodos de encarceramento. Quando entrou para o tráfico, no meio de sua adolescência, ainda não existia uma estrutura forte de domínio da área. Seu primeiro *patrão* foi o responsável por iniciar um ponto de vendas de drogas no local. O bairro, na época, estava começando um processo habitacional, portanto, ainda com características pouco urbanas. A população recém-chegada vinha de um desalojamento inicial de outra área em prol de melhorias nas condições de vida.

³⁰ Palavras do Trabalhador do tráfico de drogas 1.

O *patrão* era um antigo comerciante de pombos. A atividade no comércio permitiu a ele a constituição de uma ampla rede de contatos, sobretudo no que se refere a produtos contrabandeados. Quando ele chegou ao local, verificou um ambiente propício para a criação de uma *boca de fumo*. O bairro era afastado da área mais central da cidade, não contava com nenhuma outra *boca* por perto e era composto por uma área extensa de mato, o que facilitava o estoque da droga de forma mais camuflada. No início conciliava as duas atividades, o comércio de pombos e a venda de drogas. Com o passar do tempo, o bairro passou por um momento de crescimento com a construção de moradias populares. A *boca* acompanhou o crescimento do bairro e, assim, foi preciso recrutar trabalhadores para conseguir atender à demanda.

Nesse momento, o Trabalhador do tráfico de drogas 1 iniciou sua atuação na venda de drogas ilícitas. Como *vapor*, sua função era o repasse do produto diretamente para o cliente. No início só vendia maconha. O *patrão* passava para ele, diariamente, dez buchas de maconha, das quais o valor referente a sete deveria ser pago ao *patrão* no final do dia; as outras três ficavam para ele. Cabia a ele decidir entre fazer uso do produto ou vender.

O aumento gradativo nas vendas trouxe maiores riscos. O contato com a polícia passou a ser constante nas subidas semanais ao local para negociar a continuidade do funcionamento da *firma* e a liberdade dos *vapores* em troca de uma quantia monetária. Segundo ele, a polícia, sobretudo a polícia civil, era 99% corrupta. O que dificultava muitas vezes a negociação era o alto valor que sempre lhes era solicitado.

Com o tempo começou a reivindicar ao *patrão* um valor maior nesse repasse e, diante das constantes negativas, resolveu sair do negócio. Nesse momento, seu primo estava retornando ao bairro, após um longo período encarcerado. Na ocasião em que esteve

preso, o primo conseguiu contatos de bons fornecedores de drogas e o convidou para montarem uma *boca* juntos, na sua casa. Ele aproveitou a oportunidade. Como a casa ficava no caminho para a *boca* do antigo *patrão*, rapidamente a venda cresceu. Mas o negócio não durou muito, o antigo *patrão* não aceitou a perda de domínio de uma parte do território e deu ordens para matá-los. A *boca* acabou e eles tiveram que fugir da área.

No momento em que realizamos as entrevistas, ele havia passado recentemente pela prisão, mais uma vez de uma série constante de idas e vindas. Durante o tempo em que esteve encarcerado e o entrevistamos, era muito presente um discurso pautado na ideia de que a atuação no tráfico de drogas não valia a pena. Já na entrevista em liberdade, o que se tornou notório não era necessariamente descrença, mas a percepção de que ele estava completamente enredado nas malhas do tráfico, ainda que diante de uma tentativa de se manter fora dele.

Ao relembrar situações vivenciadas em uma história passada e todo o seu percurso no tráfico, o tom que imperava era de um certo cansaço. Sua mãe estava apresentando uma série de problemas de saúde que a impediam de trabalhar. Morando só os dois em um pequeno cômodo, no qual improvisaram uma divisão que permitia a existência de um banheiro e uma cozinha, ele precisava se responsabilizar pelo sustento da casa. Tinha também dois filhos que residiam com sua ex-mulher em um local proibido a ele, pois estava jurado de morte por um traficante da região. Aliados a isso, os problemas de relacionamento com a ex-mulher lhe trouxeram uma enorme dificuldade para manter contatos com os filhos.

Naquele momento da entrevista, sua preocupação era não trazer novos *desgostos* à mãe. Não gostaria de estar encarcerado caso sua mãe viesse a falecer; por isso, mas

também em função desse “acúmulo” prisional, estava se dedicando à busca de empregos lícitos. Ao mesmo tempo parecia haver uma sensação de dívida com a *firma* local, pois, nos momentos em que esteve preso e a mãe precisou de alguma medicação ou mesmo de dinheiro para comprar alimentos, ela recebeu auxílios dessa *firma*. Mesmo após sua soltura, durante uma crise em que ela necessitou ser encaminhada ao hospital, foi o *patrão* da *firma* quem disponibilizou um carro para levá-la.

Para ele, nitidamente em grande contraste com o Trabalhador do tráfico de drogas 2, não parecia haver grande contentamento com o trabalho no tráfico, os inúmeros riscos eram sempre pautados em sua fala. Assim, de fato, não valia a pena, por conta do tráfico, a prisão nem uma constante fuga para se manter em vida – *a malandragem é viver*, dizia ele. Ao mesmo tempo era no tráfico de drogas que ele podia sanar a urgência do dinheiro, sempre em mãos, que podia comprar os remédios quando se faziam necessários, que podia alimentar o corpo, mas que também comprava não só a sua liberdade de uma instituição total, mas a manutenção de sua vida diante de tantas ameaças de morte.

4.3.2 “Ascensão profissional é a gerência na biqueira”³¹

O Trabalhador do tráfico de drogas 2, 19 anos, era um jovem garoto que nunca havia tirado uma carteira de identidade e nunca tinha saído da cidade onde residia, até o dia anterior à entrevista, quando um amigo o convidou para ir a uma cidade vizinha para apresentá-lo ao primo, dono de uma *boca* no local. O registro geral nunca foi feito para dificultar sua identificação, caso fosse pego pela polícia.

Entrou para o tráfico no início de sua adolescência e, em poucos anos, montou sua própria *firma*. No momento em que começou a atuar no tráfico encontrou uma organização

³¹ Trecho da música *No Sapatinho*, composição de Criolo.

fortemente estruturada: o território contava com uma divisão simbólica, em que cada *boca* instalada era responsável pela venda naquela demarcação. A “invasão” do território alheio fomentaria uma *guerra de gangues*.

Seu *patrão* contava com inúmeros *olheiros*, *vapores* e uma pessoa responsável pela *gerência*. Como era uma pessoa que passara por todos os cargos na hierarquia até chegar ao cargo mais alto, fazia questão de reservar um momento do trabalho de seus *vapores* para que ele pudesse repassar algumas instruções, momento que ele denominava de *estudo*. Assim, ele ia pessoalmente, com certa frequência, a cada um dos pontos onde seus *vapores* ficavam localizados e permanecia um tempo ali para instruí-los principalmente sobre a venda, sobre a conduta diante de uma abordagem policial, sobre possíveis desacertos e sobre as regras que deveriam ser cumpridas para trabalharem naquela *boca*.

Durante toda a entrevista, o Trabalhador do tráfico de drogas 2 se referiu ao *patrão* com muito respeito. Ele havia passado alguns anos trabalhando nessa *boca*, mas, considerando sua experiência e a rede de contatos que tinha estabelecido, resolveu sair para montar a própria *firma*. O momento de sua saída foi bem delicado; segundo ele, uma decisão como essa era vista com desconfiança, pois poderia resultar em uma estratégia para matar o *patrão* e assumir o ponto. Para ele, só foi possível sair porque contava com a admiração do chefe, já que era um excelente vendedor; ainda assim duas regras precisaram ser cumpridas: ele não poderia montar uma *boca* naquele território nem poderia entrar em contato com os fornecedores do *patrão*.

Após a saída, tornou-se *patrão* da própria *firma*. Segundo ele, como o bairro já estava completamente dominado por outras *bocas*, começou a atuar com a venda de drogas dentro de bailes *funk*, nos finais de semana. O anúncio era feito no banheiro, incluindo a

oferta de produtos disponíveis no dia. O segurança do local avisava quando alguma fiscalização aparecia. Para fortalecer a estrutura, realizava algumas *fitas* e com o dinheiro adquirido investia em armas. O dinheiro da droga era dividido em partes: uma parte era reinvestida no fornecimento de uma nova leva de produtos; a outra era utilizada no pagamento de pessoas que serviam para sua proteção, de alguns *de menor* que o auxiliavam com o transporte e a montagem dos papelotes e de alguns *vapores*; por fim, uma outra parte era lavada na compra e na venda de imóveis e carros.

Ao contar sua trajetória, ele trazia muita euforia em sua fala. A estrutura da organização da *firma* havia sido cuidadosamente remontada, segundo ele, que tratou ainda de deixar clara a divisão técnica do trabalho e de pontuar outras estratégias que poderiam resultar em um maior lucro no tráfico de drogas. Repetiu inúmeras vezes que, para alcançar o posto máximo na hierarquia de uma *firma*, era preciso ter inteligência. Ao contrário do que muitos de seus colegas pensavam, um ponto de tráfico de drogas não se construía com o acúmulo de força bélica, a existência de armas por si só não garantia a permanência de domínio de uma *boca*. Para ele, a forma como se gerenciava a venda era fundamental, mas também era de extrema importância a forma como se gerenciava a comunidade em torno da *boca*. Por se tratar de uma atividade ilegal, era necessário contar com o “apoio” de todos que estavam ao redor. Ele não conhecia o sistema prisional e alegou que um dos motivos para deixar o trabalho com seu antigo *patrão* foi a percepção de que o contexto estava cada vez mais arriscado e que quem trabalhava na ponta, como *vapor*, estava sempre mais vulnerável. Para ele, o fato de nunca ter sido preso se devia à proteção que o *patrão* sempre havia assegurado a seus “homens”. Disse que seus colegas nunca valorizaram o momento de *estudos*, mas que ele sempre havia dedicado muita atenção ao que lhe era dito. Sua obrigação era igualmente proteger o *patrão*.

Contou dois episódios que trouxeram maiores riscos de aprisionamento. O primeiro, quando saiu com um colega em um carro roubado para buscarem uma remessa de drogas. Foram parados pela polícia, que queria informações sobre possíveis armas escondidas. Ele e o colega apanharam até desmaiar, e a polícia saiu do local. O segundo, quando de uma busca que a polícia fizera na favela atrás dele. Ele estava dobrando a esquina para chegar ao seu ponto de venda, mas lá estava seu amigo com os policiais, que acenou discretamente para que ele fugisse.

4.3.3 “A gente joga junto!”³²

O Trabalhador do tráfico de drogas 3, 33 anos, usuário de drogas desde os 11 anos, estava preso no momento em que realizamos a entrevista. Começou a exercer atividades ilícitas aos 13 anos praticando assaltos, roubava principalmente caminhões de gás que faziam entregas na favela. Normalmente pegava o dinheiro e alguns botijões para distribuir entre os moradores, assim garantia que eles não o delatariam para a polícia e ainda poderiam “abrigá-lo”, caso necessitasse, em um momento de fuga.

Passou longos períodos em unidades prisionais. Quando um ponto de vendas de drogas se instalou no bairro, os assaltos passaram a ser mal vistos dentro do local e nos arredores; aqueles que assaltavam eram jurados de morte. Assim, rapidamente encerrou essa prática e, com 16 anos, começou a vender drogas, o que, para ele, era uma forma de não precisar constantemente fugir da polícia. A *boca* para a qual trabalhava tinha o domínio de todo o bairro, inúmeros *vapores* trabalhavam em dupla, em pontos diversos, e

³² Palavras do Trabalhador do tráfico de drogas 3.

eram responsáveis pela venda de produtos diferentes. Ele, junto com um parceiro, era responsável pela venda do *pó comercial*³³.

Diferente dos outros dois entrevistados, o Trabalhador do tráfico de drogas 3 era o que menos tinha contato com o *patrão*, a pessoa que ocupava o cargo de chefia precisava estar sempre bem protegida. Em função do tamanho do território em que atuavam, alguns intermediários que ocupavam a função de *gerentes* ficavam responsáveis pelo contato direto com *vapores* e *olheiros*. A estrutura da *boca* contava ainda com advogados contratados para cuidar dos processos daqueles que fossem presos em função da atividade que exerciam.

Os clientes que procuravam a *firma* normalmente vinham de fora da região e tinham um melhor nível socioeconômico, o que exigia uma estrutura de vendas que funcionasse 24 horas por dia. Assim, as duplas de vendas eram formadas para que pudessem se revezar nos horários do ponto; no caso do trabalhador do tráfico de drogas entrevistado, seu horário era normalmente de 19 horas às 8 horas; caso a venda estivesse fraca, ele saía por volta das 5 horas. Esse sistema de parceria deveria funcionar também para a proteção entre eles.

Eram distribuídas armas para todos que comessem a trabalhar como *vapores*. Havia ainda a figura do *matador* – também chamado de *sinistro* –, muito presente nessa *firma*. Todos poderiam resolver desacertos internos com alguém que havia cometido algum *vacilo*, desde que antes fosse feito o *debate*, momento em que se reuniam para decidir qual conduta deveria ser tomada – que, a depender da gravidade do caso, envolvia só o parceiro ou todos os *vapores*. Em casos mais graves, os *gerentes* eram incluídos no

³³ *Pó comercial*: cocaína batizada (são adicionados outros produtos no processo de refino para aumentar a quantidade e torná-la mais barata). O *pó em escamas* é a cocaína com maior teor de pureza, é considerada mais forte, portanto, mais cara.

debate. O *matador* era responsável exclusivamente pela segurança do *patrão* e deveria executar pessoas quando ele assim ordenasse.

Conflitos externos ao território da *firma* se constituíam em *guerras de gangues* e envolviam todo o grupo. O irmão do Trabalhador do tráfico de drogas 3, por exemplo, deu início a uma dessas guerras após uma briga em uma festa. Num baile *funk* em outra comunidade, ele esbarrou em uma garota que estava acompanhada. Quando o rapaz que a acompanhava chegou ao local e viu a cena, partiu para a agressão física com tapas no rosto do então rival, que reagiu sacando a arma e disparando três tiros. Assim, a guerra estava instaurada. A *firma* instalada no local onde a festa aconteceu e na qual o rapaz assassinado atuava como *vapor*, rapidamente, iniciou uma busca ao irmão do Trabalhador do tráfico de drogas 3 até conseguir matá-lo. *Eles mataram meu irmão, mas a guerra não acabou não, caiu nas minhas costas*. Apesar da dimensão individual relatada em sua frase, ele reiterou: *a gente joga junto*, para explicar que contava com a proteção de todos os membros da *firma* na qual ele e seu irmão estiveram inseridos. Desde então, o trânsito de pessoas entre as áreas em conflito era proibido e nenhum tipo de relação poderia ser estabelecido entre os locais.

4.3.4 “Eu não entrei, eu já fazia parte.”³⁴

O Trabalhador do tráfico de drogas 4, 23 anos, iniciou o uso de drogas aos 8 anos de idade, após a separação dos pais. Morava em um beco com grande movimento do tráfico de drogas e desde muito pequeno acompanhou o trabalho dos traficantes. Após a separação de seus pais, passou a ficar sozinho em casa junto com a irmã, na época com 10 anos, por longos períodos – sua mãe fora morar no interior e o trabalho do pai exigia que

³⁴ Palavras do Trabalhador do tráfico de drogas 4.

ele fizesse muitas viagens. Assim, sempre que retornava da escola, passava o resto do dia conversando com o pessoal do tráfico, que ficava em frente à sua casa, e fazendo-lhes pequenos favores.

Aos 12 anos se envolveu em um primeiro assalto, inicialmente para conseguir comprar cocaína para uso pessoal. Um amigo o convidara para fazer uma *fita* já previamente esquematizada: uma garota iria ao banco sacar dinheiro e eles deveriam roubar a mochila dela. Seu papel seria segurar a moça, enquanto seu amigo pegaria o dinheiro. Finalizado o assalto, voltaram para a comunidade, e ali ele foi surpreendido pela polícia. Na delegacia, a vítima não o reconheceu, lembrou apenas das características de seu amigo. Lá apanhou dos policiais e foi acusado de participar de uma troca de tiros na favela vizinha à em que ele morava, o que resultou em um assassinato. Ao final foi encaminhado para outro delegado, que parece ter acreditado na sua versão dos fatos e o soltou.

Ao chegar à comunidade, todos já sabiam do ocorrido. Foi bem recebido pelos amigos, sobretudo pelo pessoal do tráfico. Muitas pessoas vieram conversar com ele, tornaram-se amigos, e algumas meninas passaram a lhe dar mais atenção. Revoltado com o que tinha acontecido na delegacia e surpreendido com tudo o que estava acontecendo ao voltar para a comunidade, solicitou ao *patrão* de uma das *bocas* ali existentes que o deixasse trabalhar como *aviãozinho*. Rapidamente passou a vender droga, sobretudo cocaína. Recebia pacotes de 5g que eram vendidos por R\$50,00; desse valor, ficava com R\$1,00. Seu horário de trabalho era de 22 horas às 2 horas; no final de seu turno deveria procurar o *gerente* para lhe repassar o valor das vendas. Por semana conseguia retirar desse trabalho cerca de R\$100,00.

Com o tempo viu muitos de seus amigos serem brutalmente assassinados. A constância com que isso ocorria lhe trouxe vontade de sair da *firma*. Nessa mesma época, sua irmã engravidou de um trabalhador do tráfico de drogas do bairro cujo comportamento era extremamente agressivo com ela. O pai deles saiu do trabalho e alugou um apartamento bem distante da favela em que residiam. Inicialmente, ele ficou morando com a avó, mas depois, para conseguir encerrar suas atuações no tráfico, foi morar com o pai.

Seu primo, que exercia a função de *matador* na *firma* e que o aconselhava muito para que não continuasse nessa trajetória, ofereceu-lhe ajuda para conseguir deixar a *boca* e auxílio financeiro para estimulá-lo a voltar a estudar. Foi o que ele fez. Depois de um tempo, conseguiu emprego e entrou para a faculdade.

Todavia, a saída da favela onde passara toda a sua história era vista com muito pesar, ele sentia falta da liberdade e da solidariedade entre os moradores.

Tipo, lá eu ando pra todo lado, conheço tudo, os becos, todas as pessoas. O lado bom de lá é que tem felicidade e muita sinceridade, união e carinho das pessoas umas com as outras, a verdade nos olhos de cada um, a simpatia, os momentos bons que acontecem com segurança. Sabe, eu, particularmente, me sinto bem mais seguro, bem confortável aonde eu morava lá na vila. (Trabalhador do tráfico de drogas 4)

Já no apartamento em que residia na época, ele considerava que as pessoas se relacionavam narcisicamente, sempre fechadas no próprio apartamento. Não era habitual que as pessoas ali, ainda que vizinhas, se conhecessem. Assim, sempre que possível, retornava ao seu local de origem.

4.3.5 “Vacilou, no jab, fio, é lona”³⁵

As histórias aqui relatadas em um breve resumo trazem em si o tom das entrevistas realizadas com esses meninos/homens, apontando para ressonâncias de suas experiências de vida e de trabalho. Quatro histórias que nos colocam diante de uma complexa malha de condutas que exigem desses trabalhadores uma série de habilidades com a finalidade de conduzi-los ao exercício de suas tarefas, sem que cometam qualquer tipo de *vacilo*.

Nesse sentido, Vera Telles (2010), retomando uma hipótese formulada por Hirata (2010), nos interpela para o fato de não estarmos diante apenas do cumprimento de códigos normativos do mundo do crime:

Transitar nesses terrenos não é coisa simples: é preciso habilidades, astúcias, artifícios, senso de oportunidade para fazer acertos com a polícia, lidar com os fiscais da prefeitura, evitar a prisão, contornar os riscos de morte, garantir os acordos dos quais dependem esses negócios (não apenas os ilícitos), fazer alianças de circunstância, discernir quem merece ou não merece confiança. (p.256)

É o que se verifica, por exemplo, na seguinte cena: Durante a aula de grafite, alguns garotos, trabalhadores da *firma*, caçoavam de um dos membros do grupo, recém-chegado na área. Eles estavam recolhendo dinheiro para comprar refrigerantes e salgados para todos ali. Um dos *de menor* alegou que não comeria nada, por isso não passaria o valor, pois estava guardando seu dinheiro para sair com uma garota. Essa garota tinha saído, no dia anterior, com esse membro recém-chegado na *boca*. Os maiores na hierarquia caçoavam dele, então, por ter saído com uma “mulher que tem dono”. E o tom de suas falas continha uma certa ameaça. O garoto respondeu que sabia se defender, que tinha uma

³⁵ Trecho retirado da música *Sucrilhos*, composição de Criolo.

arma. Nesse momento, ele foi chamado por um dos meninos mais velhos do grupo, eles conversaram separadamente e depois retornaram. Imediatamente, o garoto alvo das chacotas chamou o *de menor* para uma conversa rápida e saiu aparentemente um pouco tenso.

O oficinairo entrou na conversa e disse que iria desenhar o personagem de um desenho animado para homenagear o *de menor* e “sua mina”. No final da aula, ele nos explicou que “zuar” o garoto, que há tão pouco tempo estava trabalhando ali, era uma forma de fazê-lo compreender as regras que precisavam ser cumpridas. Nesse caso, se envolver com uma garota que se relacionava com outro membro do grupo poderia resultar em sua expulsão da *firma* e mesmo do bairro; caso o envolvimento ocorresse com uma garota que se relacionasse com algum dos ocupantes dos postos mais altos na hierarquia do tráfico, esse conflito poderia resultar em morte. O garoto não poderia contar com a proteção dos demais, pois havia cometido um *vacilo*.

São as microrregulações do tráfico varejista que, como aponta Telles (2010), revelam como a “intrincada gestão dos negócios da ‘firma’ conecta-se com as circunstâncias da vida local” (p.257). Diríamos que, mais do que se conectar, o modo de gestão em que a *firma* se estrutura transborda para a vida local, implicando todos que residem nos arredores, de uma maneira ou outra, nas condutas prescritas. “Modos de organização, antes mais restritos às prisões, ganharam aderência no tecido social das favelas. Normas antes exclusivas do universo daqueles considerados ‘bandidos’ passaram a abordar também a sociabilidade de jovens não inseridos nos mercados ilícitos” (Feltran, 2010, p.63). Era claro para o oficinairo, por exemplo, que ele não poderia se envolver com nenhuma mulher que tivesse qualquer tipo de relacionamento com os trabalhadores do tráfico de drogas. Era igualmente muito claro, para os moradores, que fazer qualquer

denúncia sobre práticas ilícitas poderia conduzir à morte não só daquele que denunciou, mas de toda a família.

Nesse sentido, são muitas as formas de participação dos moradores dos bairros onde se estruturam *bocas de fumo*: é muito frequente, por exemplo, que moradores abriguem em suas casas garotos que estão fugindo da polícia ou que os trabalhadores do tráfico de drogas acionem crianças que brincam nos becos para comprar lanches para aqueles que estão em postos de trabalho, em troca de balas e chocolates. Situações que não podem ser compreendidas sem se levar em consideração a complexidade inerente a essa participação. Se, por um lado, o acolhimento de uma pessoa fugitiva é feito em função do medo de alguma possível retaliação advinda da *firma*, esse gesto parece também fazer parte de um sentimento de solidariedade, de uma identidade de um grupo que percebe a opressão policial sempre direcionada à favela. Nessa mesma via, situações como as que ocorrem com as crianças são apontadas como propícias ao aliciamento para o trabalho infantil, desconsiderando muitas vezes o aspecto cultural, presente também nas famílias ditas do asfalto, que rotineiramente solicitam aos seus filhos, sobrinhos e netos que comprem produtos em mercados próximos. Não estamos dizendo que não há aliciamento para o trabalho infantil no tráfico, os números têm mostrado cada vez mais a predominante participação de crianças e jovens nessa prática; no entanto, tal fenômeno encontra respaldo também em outros aspectos que normalmente são desconsiderados.

As chamadas *leis do tráfico*, que ativam um determinado ideal de conduta e impõem uma certa subserviência dos moradores, encontram um terreno frutífero que parece não estar ancorado apenas na via da dispersão do medo, mas em uma efetiva troca de favores. A capacidade das *bocas* de tráfico de drogas de fazer a gestão da ordem local e de resolver parte das necessidades básicas dos moradores funciona como um importante

mecanismo legitimador para a existência de um apoio mútuo. A proximidade quanto aos circuitos de sociabilidade local permitem ações mais efetivas, já que mais condizentes com as necessidades locais e com as formas de suprir tais necessidades.

Assim funciona, por exemplo, em situações nas quais um morador precisa de um medicamento mais caro. O *patrão* pode ser solicitado para o auxílio dessa família e disponibilizar o valor para a compra do medicamento. Se a família procura as vias legais de conseguir a medicação, a burocracia do aparato estatal, provavelmente, exigirá alguns dias para a realização de todos os trâmites, dinheiro para o transporte até à central de medicamentos e, provavelmente, alguns meses até a conquista efetiva da medicação. Os dias destinados ao cumprimento da burocracia estatal poderão exigir que algum membro da família falte ao trabalho, o que normalmente não é visto com bons olhos pelos patrões do asfalto.

No entanto, nem sempre a *firma* dá conta de solucionar todos os problemas locais e há questões que jamais encontram soluções nessa instância. Assim, outras instâncias são acionadas, entre elas a justiça do Estado ou mesmo instâncias religiosas. Nesse sentido, concordamos com Feltran (2010) na afirmação de que:

A existência desse repertório de instâncias garantidoras de justiça, ao contrário do que se poderia supor, não é lida por esses sujeitos como uma negação da relevância do Estado de direito, ou da legalidade oficial. Os moradores das periferias são talvez o grupo social mais interessado em utilizar a lei oficial para fazer garantir seus direitos formais, sempre ameaçados. A busca repertoriada da justiça, nesse contexto, é muito mais uma decisão instrumental, amparada na experiência cotidiana, do que um princípio normativo idealizado. Como é muito difícil – por

vezes impossível – obter usufruto concreto da totalidade dos direitos pelo recurso às instâncias legais e à justiça do Estado, apela-se a outras instâncias ordenadoras que passam a ser percebidas, então, como complementares àquelas estatais que funcionam. (p.60)

Não é possível afirmar, portanto, a existência de um poder paralelo como tanto é noticiado pelos veículos de comunicação ou mesmo salientado em processos judiciais.

Como o controle que exercem se deve à incapacidade do governo de estar plenamente presente na favela, as facções devem ser vistas como “poder simultâneo” em relação ao controle sociopolítico das populações faveladas, mais do que como “poder paralelo” em oposição ao estado. (Dowdney, 2004, p.74)

Cabe ressaltar que a difusão da estrutura do tráfico de drogas a permear as circunstâncias da vida local não foi sempre a mesma e traz nuances diferentes conforme sua evolução. É emblemático quando escutamos o Trabalhador do tráfico de drogas 1 contar sobre o início da *firma* em seu bairro. Um único comerciante trazendo um produto ilegal para uma área ainda pouco habitada. O consumo do produto pelos moradores da região era baixo e a estrutura da *boca* era pequena; contava, inicialmente, com três *vapores*. O *patrão* também vendia e os *vapores* cuidavam da segurança, preparavam a droga e vendiam o produto. Por outro lado, o Trabalhador do tráfico de drogas 4, dez anos mais novo que o primeiro, foi incisivo ao afirmar: *Eu não entrei* [para o tráfico], *eu já fazia parte*. A estrutura do tráfico de drogas que ele conheceu já se encontrava, desde sua infância, muito permeada na vida local. O *patrão* da boca, uma figura respeitada, as atividades do tráfico na porta da sua casa, nos becos e vielas vizinhos, os inúmeros conflitos diários, a invasão das moradias por policiais à procura de droga, as armas cada

vez mais potentes, as divertidas festas com MC's famosos vindos de outros estados, entre tantos outros elementos, faziam parte de sua rotina. Situação semelhante à do Trabalhador do tráfico de drogas 2, de idade próxima ao Trabalhador do tráfico de drogas 4.

Interessante observar a situação relatada pelo Trabalhador do tráfico drogas 3, que estava inserido em uma estrutura com nuances bastante diferenciadas dos outros entrevistados. A inserção de membros de uma facção criminosa advinda de outro estado no comando da *firma* resultou em uma maior fragmentação das tarefas, no domínio amplo da área, numa maior circulação do capital e numa forma de gestão do negócio e dos conflitos diferenciada. Nessa *firma* só eram vendidos cocaína, em seus diferentes tipos, e crack. Outras drogas eram vendidas sob encomenda, e não trabalhavam com a venda de maconha em função do seu baixo valor no mercado. Para os *vapores* responsáveis pela venda do *pó comercial*, eram repassados diariamente uma bucha com 5 mg, em um saquinho de “chup-chup”, que valia R\$50,00. Eles desmontavam a bucha em 10 papélotes de 0,5 mg e os vendiam a R\$10,00 cada.

Quando tem muita boca no mesmo território, aí tem muita guerra. Lá na quebrada X, todo mundo tem guerra com todo mundo, porque lá tem uma boca aqui e outra aqui, e mais outra. Tem um monte de boca lá. Aí, se uma tá vendendo menos, vai lá e mata a outra boca que vende mais. Na minha quebrada, não. Só tem um patrão, só um que manda. A gente tem guerra, mas é com outras quebradas de fora.
(Trabalhador do tráfico de drogas 3)

Com ele escutamos pela primeira vez, durante toda a imersão no campo, algo sobre a figura do *de responsa* e sobre o *debate*. O *de responsa* é uma pessoa central na *firma* por sua capacidade de *desembolar as tretas no diálogo, sabe qualé? O cara que tem as manha*

na fala é escolhido pra ser o de responsa. (Trabalhador do tráfico de drogas 4). Normalmente, o *de responsa* é a figura acionada para resolver conflitos como as *guerras de gangue*.

A guerra não tinha fim, não. Só quando matava todo mundo. A gente tinha guerra com o pessoal lá de baixo, mas aí a gente matou todo mundo. Aí num tem jeito de ter a guerra, porque todo mundo virou presunto lá. Mas agora tá diferente. Só pro cê entender: a gente tinha guerra com a quebrada lá do morro. Aí o de responsa mandou o de menor ir lá jogar um diálogo no patrão, que era pra eles desembolar essa guerra na conversa. Aí o patrão desceu pra nossa quebrada e o de responsa desembolou. Depois teve até um futebol lá na nossa quadra, e o time que perdesse tinha que pagar três engradados de Skol. Nosso time ganhou e a gente tomou a cervia juntos. Hoje tá de boa. A gente vai lá na quebrada deles e eles descem pra nossa quebrada. Isso não acontecia antes, não. Cê lembra, quando tava em guerra aqui, ninguém podia atravessar pra quebrada do outro não, nem morador.
(Trabalhador do tráfico de drogas 3)

Já o *debate* acontece quando é preciso resolver algum conflito interno, entre os próprios trabalhadores da *firma*, com algum cliente, ou mesmo conflitos que ocorrem na comunidade. A depender do problema, o *debate* acontece entre a dupla de *vapores* ou mesmo entre todos os *vapores* da *firma*. Por vezes acontece de outros membros serem acionados. O *patrão* apoia todas as decisões tomadas no *debate* e raramente interfere nesses momentos.

O patrão não interfere, não. A gente joga com ele, então, o que a gente decide, ele concorda. (Trabalhador do tráfico de drogas 3)

Igual teve uma vez lá. O parente do patrão me caguetou. A gente reuniu e decidiu não matar. Só deu uma coça nele, pra ele aprender. Porque, se a gente matasse, podia ser pior, ia subir polícia na quebrada. Ai já viu, né? (Trabalhador do tráfico de drogas 3)

A rigor, o *modus operandi* desses trabalhadores e as diferenças geracionais nos fornecem uma marcação de tempo, como uma linha cronológica em que percorremos a evolução do funcionamento do tráfico de drogas concatenada às transformações na esfera político-econômica que trazem alterações no núcleo familiar, na estrutura dos bairros em que se situam, na demanda pelo produto e nas formas de trabalho. Acompanhamos com o Trabalhador do tráfico de drogas 1, por exemplo, o desenvolvimento de um bairro alinhado ao crescimento da *firma* e, com o Trabalhador do tráfico de drogas 4, a entrada de uma facção criminosa incidindo em mudanças significativas na gestão do tráfico local, o que resultou, entre outras coisas, na maior fragmentação das tarefas e na diminuição da morte como recurso primeiro para a resolução de conflitos.

4.3.6 “Pois na quebrada escorre sangue”³⁶

A compreensão do ato de matar dentro da atividade do tráfico exige também uma compreensão das sociabilidades presentes nessa organização. A ilegalidade é a condição imposta pela cultura; diante disso, novas tramas precisam ser tecidas, tramas que possibilitem o trânsito pelas fendas na esfera do legal/ilegal. É preciso dar outro tom e conseguir criar novas rédeas de ordenamento, afinal, a ordem, como bem mostrou Freud (1930), é uma das exigências necessárias à civilização.

³⁶ Trecho retirado da música *Cálice*, composição de Gilberto Gil, Chico Buarque e Criolo.

As mudanças que ocorreram no âmbito do tráfico de drogas varejista, criando condições para uma estrutura mais próxima de um modelo empresarial, trouxeram alterações significativas para o modo como as resoluções de conflitos eram operadas nas favelas, sobretudo aquelas que culminavam em mortes.

Vera Telles (2010), em seu livro *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*, faz uma importante diferenciação entre figuras diferentes – justiceiros, matadores e traficantes – cuja importância se dá nas singularidades em que tomam para si a gestão da ordem local. Cada um deles demarca uma relação temporal que, como demonstra a autora, está conectada à evolução da economia e da cidade³⁷. “Em torno desses personagens, configuram-se determinadas relações com as forças da ordem e com os moradores e as microrregulações” (p.222).

Os justiceiros aparecem no cenário da periferia paulista nos anos 80, em um contexto de muita mobilização pelos movimentos sociais e de precarização das relações de trabalho. Normalmente cometem o primeiro assassinato a partir de uma revolta em função de serem vítimas de alguma situação imposta pela criminalidade local. A partir de uma situação estopim, matam e se enredam na condição de justiceiros. “Pequenos casos e acasos que detonam uma história de sangue e marcam o ponto de arranque da carreira do justiceiro” (Telles, 2010, p.229). Funcionam como “xerifes locais” no combate àquelas pessoas que assaltam ou ocasionam problemas aos moradores. Atuam sozinhos, algumas vezes em pequenos grupos. Muitas vezes agem como justiceiros diante de um caso específico, outras vezes fazem dessa condição uma carreira.

³⁷ Importante ressaltar que as pesquisas realizadas por Vera Telles foram feitas na cidade de São Paulo.

A figura do matador aparece na periferia paulistana nos anos 90, em um cenário de intensa pauperização, em função de longos períodos de desemprego e de uma repressão estatal pela via policial “mais dura”. Inicia-se um espantoso crescimento nas taxas de homicídio³⁸, impulsionado por uma lógica mortífera de truculência policial e por uma forma de resolução de conflitos cotidianos em que o ato de matar é o primeiro instrumento, via de regra, a ser acionado. Dá-se aí também a entrada de pequenos traficantes de drogas, ainda pouco estruturados. Os matadores dos anos 90 ativam um intenso ciclo de “mata-mata” composto por

Histórias de gangues e quadrilhas locais: agrupamentos efêmeros e flutuantes de jovens moradores de uma mesma “quebrada”, que se articulam (e desarticulam) conforme circunstâncias, os casos e acasos, mas que podem desencadear ciclos devastadores de uma violência acionada por uma mistura intrincada de histórias de vingança, desafetos, desentendimentos, deslealdades, nem sempre por conta de acertos do crime, porém sempre mescladas com “histórias infames” (Foucault) que atravessam o cotidiano desses (e de quaisquer outros) bairros. (Telles, 2010, p.242)

No início dos anos 2000 aparece, de forma mais contundente, a figura do traficante em um contexto de crescimento econômico e de expansão dos “novos ilegalismos” de produtos contrabandeados, de mercadorias ilícitas e de pirataria. Um momento do encarceramento em massa, quando a população carcerária do país tem um crescimento exorbitante. Nas periferias há uma multiplicação dos pontos de vendas de drogas com um aumento no número de acertos de contas (Telles, 2010).

³⁸ Conforme sinaliza Telles (2010), “ainda se sabe pouco sobre as circunstâncias que desencadearam um ciclo espantoso de mortes violentas. Diria mesmo que temos aqui uma caixa preta que ainda precisa ser aberta e investigada” (p. 240).

Para segurar uma boca-de-fumo, o chefe não pode mais vacilar, o que não acontecia na década de 1970, quando o tráfico era mais modesto e quase familiar: mulheres participavam, o lucro era comedido; a freguesia, relativamente reduzida e conhecida; a entrega, por conta do caminhoneiro, também pessoa conhecida. Hoje, o “homem de frente” tem que manter todos os seus comandados na linha, tem que olhar para os lados e ver se os seus concorrentes não estão crescendo em demasia, vendendo mais e tendo mais gente armada na quadrilha; tem que cuidar do seu fornecedor, que já não é mais apenas um homem do caminhão, e pagar-lhe direto. Senão, leva banho, tem a sua boca tomada ou é simplesmente morto por seus concorrentes de dentro e de fora da quadrilha. Ter arma na cintura, matar para não morrer e pensar apenas no poder de estar à frente de uma quadrilha de homens são coisas do cotidiano do chefe na sua em geral vida curta. (Zaluar, 2004, p.50)

Nos anos seguintes, em São Paulo, o PCC assume com maior veemência os negócios da droga no varejo³⁹. Uma outra lógica, que começou dentro dos presídios e passou para o tráfico de drogas, parece reger a gestão da ordem, tendo com um dos pilares frear a lógica do “mata-mata”. Os números na taxa geral de homicídios na cidade de São Paulo têm um declínio significativo.

O fato é que há uma clara sintonia, nesses anos, entre a diminuição das mortes violentas nas prisões e fora delas. Nas prisões, a presença do PCC acarretou rearranjos internos consideráveis, acompanhados de procedimentos postos em ação para frear as mortes entre os presos (cf. Marques, 2009; Biondi, 2010). Fora das prisões, os famosos debates e modos de gestão das turbulências conflitivas nos

³⁹ Cabe-nos aqui lembrar a passagem do primeiro capítulo desta dissertação, quando sinalizamos que não se sabe bem como se dá esse movimento do PCC, com atuação inicial dentro dos presídios paulistanos para a esfera do tráfico de drogas varejista na periferia de São Paulo.

pontos de intersecção dos assuntos do crime e as circunstâncias da vida cotidiana nas periferias da cidade. (Telles, 2010, p.251)

Chegamos aqui ao ponto que especialmente nos interessa para a continuidade deste trabalho, a saber: os rearranjos que perpassam o modelo de gestão do tráfico de drogas varejista e que incidem de forma incisiva sobre as formas cotidianas do viver nas regiões periféricas.

No entanto, algumas considerações precisam ser feitas antes de prosseguirmos. As demarcações temporais sinalizadas por Vera Telles (2010) dizem respeito a uma configuração das periferias de São Paulo. Outras pesquisas precisam ser feitas para verificar a aplicabilidade da existência desses personagens em outros locais do país e mesmo das relações com o tempo, o que não foi foco deste trabalho. Ao que tudo indica, parece haver, em alguns bairros da cidade onde realizamos nossa pesquisa de campo, um indicativo de evolução semelhante ao dos personagens aqui elencados, mas com um certo “atraso” em relação às demarcações de tempo.

No que concerne à expansão do tráfico de drogas, encontramos no cenário atual estruturas das *firmas* pelas quais passaram nossos entrevistados muito semelhantes ao cenário paulista do início dos anos 2000, antes da entrada do PCC, conforme descrito por Telles (2010).

Mesmo na *boca* em que atuava o Trabalhador do tráfico de drogas 3, a inserção de uma facção criminosa era bem recente, o que trouxe várias alterações para o modelo de gestão do tráfico, mas ainda “incipiente” em comparação ao que ocorria no estado de São Paulo. O uso, por exemplo, dos *tribunais do crime* bem institucionalizados em lócus de atuação do PCC não encontrava precedente nessa *boca*. Sobre isso, durante a entrevista

com o Trabalhador do tráfico de drogas 3, comentamos sobre um dos episódios da série *A Lei e o Crime*, em que um *tribunal do crime* era utilizado para julgar um *vacilo* cometido por um morador da comunidade, e ele nos disse:

Eu vi. De rocha, os paulistinhas lá contaram pra gente dessa treta aí. Sei lá. A gente faz o debate, mas lá na minha quebrada nunca teve tribunal igual aquele não. De chamar morador na quadra. Tinha até advogado, né? Igual o tribunal mesmo. (Trabalhador do tráfico de drogas 3)

Todavia, o ponto nodal que Vera Telles (2010) identifica em São Paulo e que perpassa todas as *firmas* aqui relatadas está nas formas de gestão da ordem atual e que pode ser representado por um imperativo recorrente na fala dos nossos entrevistados:

O negócio é respeitar a lei do crime. Andar na linha. Aí tem erro não. (Trabalhador do tráfico de drogas 1)

Tem que andar na linha. Tem que ser correto. Quem é correto não dança. Quem é correto não morre. (Trabalhador do tráfico de drogas 2)

A lei é pra todos. Vacilou, tem que morrer. Até se for meu irmão, se ele vacilar, tem que morrer. Não tem perdão, não, porque, se ele vacila e eu não mato, quando eu for matar outra pessoa que vacilou, ela vai querer dizer que eu perdoei meu irmão e vou ter que perdoar ela também. (Trabalhador do tráfico de drogas 3)

Se o cara tá errado, já era. Todo mundo sabe disso. (Trabalhador do tráfico de drogas 4)

Não pode pegar mulher do outro, não. Tem que correr pelo certo. Faz parte das regras. Se o cara vacila, já era. (Oficineiro)

Falas que nos fazem compreender um novo momento em que o ato de matar não está mais conectado às lógicas de vinganças e desacertos pessoais, mas inserido, por outra via, na lógica de gerenciamento do tráfico de drogas no varejo.

O aumento dos números da criminalidade urbana traduz, em verdade, mudanças substantivas nos padrões de delinquência e criminalidade urbanas. Até meados da década de 1960, prevaleciam ações individualizadas, a maior parte em torno dos crimes contra o patrimônio. Era bem menor a difusão e a acessibilidade a armas de fogo, sobretudo as de elevado potencial de letalidade. Embora houvesse acerto de contas entre membros de bandos e quadrilhas, a maior parte dos homicídios era motivada por desentendimentos nas relações interpessoais e intersubjetivas, envolvendo notadamente desarranjos afetivos e conflitos ensejando vingança pessoal. Os crimes conectados com consumo e tráfico de drogas eram ainda discretos e não pareciam objeto de inquietação coletiva ou matéria privilegiada das políticas públicas adotadas pelos órgãos encarregados da repressão ao crime comum. No final dos anos 1960, esse cenário experimenta mudanças com a rápida disseminação do consumo e a entrada de cidadãos, procedentes dos estratos socioeconômicos de baixa renda, habitantes dos bairros populares dos grandes centros urbanos, no comércio ilegal de drogas. (Adorno & Salla, 2007, pp.13-14)

Vera Telles (2010) vai nos dizer que não estamos mais no campo da “aplicação tirânica de alguma regra pré-definida ou puro arbítrio ou capricho de cada um (...)” (p.252). O imperativo contido no *tem que andar na linha* revela uma razão instrumental para o ato de matar. Eis a tese central desta dissertação, na qual iremos trabalhar no capítulo a seguir. Ver-se-á que o recurso à violência letal no formato do acerto de contas,

que por décadas esteve conectado às vinganças privadas, acompanha as modificações de gestão no tráfico de drogas e parece ser utilizado, hoje, como uma tarefa do trabalho.

5 ACERTO DE CONTAS: DA PATOLOGIZAÇÃO À PRESCRIÇÃO DA TAREFA

*Retomando as atividades do dia:
Lavar os copos, contar os corpos e sorrir,
A essa borda rebeldia.
(Criolo – Lion Man)*

5.1 O indivíduo perigoso

Entre justiceiros, matadores e trabalhadores do tráfico de drogas, o que parece transitar em uma via relacional é o ato de matar outrem, é a violência em sua manifestação letífera que não pode ser compreendida sem antes sairmos de um engodo provocado por certa fragmentação intelectual-emocional. Engodo que parece enraizar-se em diferentes malhas discursivas, com resultados sempre nefastos.

Vimos essa construção discursiva na digressão filosófica pela qual perpassamos no capítulo anterior, que busca discutir o problema do mal e que claramente ganha forma na conversa, já mencionada, com aquela moradora do beco. Se voltarmos mais um pouco, lembraremos que, no primeiro capítulo, já apontávamos igualmente para os rumos que essa violência letífera toma no âmbito do discurso da mídia, especificamente sobre o tráfico de drogas. Cabe agora caminharmos por outro campo discursivo, o campo da ciência, no qual a legitimidade com que se impõe produz efeitos ainda mais desastrosos.

Para prosseguirmos nesse caminho, gostaríamos antes de trazer a narração de um fato que nos foi contado durante a entrevista com o Trabalhador do tráfico de drogas 4.

Esse (Trabalhador do tráfico de drogas 4) estava em frente à sua casa conversando com o amigo A.⁴⁰, em um final de tarde. Sua prima se aproximou para se certificar de que eles já estavam cientes dos acontecimentos. Ao ver que não, relatou que o irmão de A., aqui chamado de B., tinha acabado de ser assassinado. O episódio que resultou na morte de B. se dera em função de um acerto de contas. Cerca de um ano antes desse episódio, B., que era o *patrão* da *firma* do bairro, ordenara a execução de um terceiro, C., após ele ter cometido um *vacilo*. Assim foi feito. C. foi levado para uma área erma e colocado no chamado “micro-ondas”⁴¹. Certos de sua morte, os executores deixaram o local, no entanto, C. conseguiu escapar, com ferimentos gravíssimos. Ficou hospitalizado por cerca de três meses e desapareceu da região por um período de um ano. Após sua melhora elaborou um plano para matar o *patrão* B. e assumir o domínio da *firma*. Aproximou-se, por via de intermediários, das mulheres que tinham algum tipo de relacionamento com o *patrão*. Solicitou que elas o convidassem para um churrasco em que só ele e elas participariam. Quando B. chegou à casa sozinho, encontrou vários homens que o espancaram até ele desmaiar e, ao final, cravaram diversos espetos em seu corpo. O corpo, cravado com os espetos, foi exposto em frente à sua casa. Ao saber da notícia, o irmão correu para o local. De longe, o Trabalhador do tráfico de drogas 4 apenas observava o corpo estendido no chão, agora envolto nas lágrimas e no abraço do irmão.

Histórias semelhantes a essa ganham destaque na mídia (principalmente nos tabloides e em alguns programas televisivos sensacionalistas) e no burburinho dos expectadores. Elas tendem a fazer ressurgir duas situações: primeiro, uma categoria analítica um tanto quanto nebulosa, já que inconclusiva, a saber, a psicopatia e todas as suas imprecisas variantes; segundo, um clamor para o endurecimento das penas aplicadas

⁴⁰ Usaremos as letras A., B. e C. para referir aos personagens desse relato.

⁴¹ Os corpos são amarrados, colocados em pneus superpostos e lhes é ateado fogo.

de maneira que seja possível radicalizar, cada vez mais, a dicotomia entre bem e mal, afastando, sempre e por mais tempo, os supostos difusores do mal.

Em entrevista⁴² recente, a psicóloga Simone Sanson utiliza tal categoria para analisar e cristalizar um diagnóstico sobre um coletivo de pessoas, a princípio, indeterminado. Ela afirma que:

Os grandes traficantes, por exemplo, podem ser considerados como psicopatas, pois efetuam a venda de drogas de forma bastante organizada, com o objetivo de alcançar situação financeira confortável. Além disso, os traficantes não são usuários, pois os psicopatas não fazem mal a si mesmos.

Quem seriam os grandes traficantes a quem ela se refere? Como é possível afirmar a existência de um quadro de psicopatia para um coletivo de pessoas desconhecidas? A organização, a busca pelo lucro e o não uso de drogas poderiam corresponder a sintomas de um quadro patológico?

Por essa via, a identidade do trabalhador do tráfico de drogas é construída por um saber exterior à experiência concreta e compreendido pelo viés sempre moral, seja pela concepção diabólica apresentada anteriormente, seja pela via da perversão/psicopatia/patologia.

“Crimes” que, analisados por uma determinada ótica da subjetividade, provocam horror, colocando-nos de frente ao real inassimilável e, por essa condição, nos fazendo

⁴² Disponível em: <http://diariodoscamos.com.br/cidades/noticias/41395/?noticia=os-psicopatas-estao-entre-nos>.

recorrer ao simbólico que traga sentido e nomeação, que seja possível tornar conhecível e passível de proteção⁴³.

Parece-nos importante compreender o emprego da psicopatia, recorrentemente associada à criminalidade. Em primeiro lugar, apontamos aqui o uso do termo psicopatia enquanto categoria e não como uma precisão diagnóstica que abarca um conjunto de critérios sintomatológicos, por sua utilização dilatada ao longo da história e ainda pouco galgada em um terreno conceitual sólido. A própria etimologia da palavra psicopatia, “doença da mente”, nos leva a uma confusão diante do sentido mais corrente na atualidade que a inclui no campo da personalidade de sujeitos que têm práticas amorais, ou, como mais utilizado pelas últimas edições do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), antissociais. Em segundo lugar, a utilização desse termo nos parece elucidativa quando ancorada na análise foucaultiana:

essa técnica da dupla qualificação [pelo discurso jurídico e pelo discurso médico] organiza o que poderíamos chamar de domínio da “perversidade”, uma noção curiosíssima que começa a aparecer na segunda metade do século XIX e que vai dominar todo o campo da dupla determinação e autorizar, o aparecimento, no discurso dos peritos, e de peritos que são cientistas, de toda uma série de termos ou de elementos manifestamente caducos, ridículos ou pueris. (Foucault, 1974-75/2010, p.28)

Foucault (1974-75/2010), ao se debruçar sobre as relações de saber/poder e desmascarar as formações discursivas originárias de instituições dominantes, traz uma

⁴³ Parece-nos que é em função dessa busca desesperada pelo sentido que livros como os da famosa psiquiatra Ana Beatriz Barbosa, ainda que amparados em argumentos questionáveis, por vezes falaciosos, se tornam grandes *best-sellers*. *Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado*, um de seus livros de maior vendagem, traz já na capa o seguinte indicativo: “Como reconhecer e se proteger de pessoas frias e perversas, sem sentimento de culpa, que estão perto de nós.”

importante contribuição sobre as tramas em que se enredam a psiquiatria e o aparelho de justiça e que fazem surgir um discurso com status de verdade.

Assim, o sistema judiciário, ao recorrer aos exames psiquiátricos como “auxílio” para julgar atos infracionais, incorre em uma série de desdobramentos que, como bem demonstra Foucault (1974-75/2010), asseguram, de forma eficaz, a transmissão do poder. Segundo o autor, é possível estabelecer três funções para o exame psiquiátrico. A primeira função é dobrar o delito, tal como definido pela lei, com a criminalidade a partir de um enfoque “psicológico-moral”.

dobrar o delito, tal como é qualificado pela lei, com toda uma série de outras coisas que não são o delito mesmo, em uma série de comportamentos, de maneiras de ser que, bem entendido, no discurso do perito psiquiatra, são apresentadas como a causa, a origem, a motivação, o ponto de partida do delito. (Foucault, 1974, 1975, 2010, p.14)

Assim, passamos do ato, do delito, à maneira de ser, passamos por um processo de transferência “do ponto de vista de aplicação do castigo, da infração definida pela lei à criminalidade apreciada do ponto de vista psicológico moral” (Foucault, 1974-75/2010, p.16). Ao final, o que é punido não é o crime, mas a suposição de um indivíduo perigoso.

A segunda função é dobrar o autor do crime em delinquente, “dobrar o autor, responsável ou não, do crime, como um sujeito delinquente que será objeto de uma tecnologia específica” (Foucault 1974-75/2010, p.17) de correção, de reinserção, alvo de normalização.

Por fim, a terceira função é o desdobramento do médico em um médico-juiz,

a partir do momento em que o psiquiatra tem por função dizer se é efetivamente possível encontrar no sujeito analisado certo número de condutas ou de traços que tornam verossímeis, em termos de criminalidade, a formação e o aparecimento da conduta infratora propriamente dita – o exame psiquiátrico tem muitas vezes, para não dizer regularmente, um valor de demonstração ou de elemento demonstrador da criminalidade possível, ou antes, da eventual infração de que se acusa o indivíduo. (Foucault, 1974-75/2010, p.20)

Ao final, temos não mais um sujeito que infringe alguma determinação legal, mas um delinquente, perigoso, que não apenas viola a lei, como possui na sua história de vida inscrições determinantes de uma falha moral, que o levaria a realizar uma conduta criminosa não só em função de um fato a ser julgado, mas como indicativo de um futuro igualmente criminoso. Assim, o que a *miscibilidade institucional*, enquanto essa interligação continuada entre o discurso médico e o discurso judicial permite, é a transformação de um sujeito responsável pelo ato infracional em um sujeito que necessita ser alvo de uma *normatividade científica*, que o readapte ao convívio social, que o cure dessa falha moral.

Nesse sentido, já no campo de domínio da “perversidade” saímos do lócus da doença, ou para usar uma expressão do Foucault, de “uma doença que não é uma doença, já que é um defeito moral” (1974-75/2010, p.18), tornando possível, assim, emergir a noção de perigo e de pessoas que teriam, no âmago da subjetividade, um desejo fundamentalmente mal. Os efeitos funestos disso encontraram seu ápice nos manicômios judiciários, mas ainda os vemos reverberar quando psiquiatras como Ana Beatriz Barbosa

clamam, em diversos espaços⁴⁴, sobre a necessidade de penas privativas de liberdade em caráter perpétuo para os chamados psicopatas. Noções próprias à psiquiatria só podem servir à justiça, como Foucault bem aponta, para inscrever a infração enquanto um traço individual. “O essencial de seu papel [perícia psiquiátrica] é legitimar, na forma do conhecimento científico, a extensão do poder de punir a outra coisa que não a infração” (Foucault, 1974-75/2010, p.17).

Michel Misse (2010) irá denominar como *sujeição criminal* essa inscrição do ato criminoso na subjetividade do sujeito. Assim, “a sujeição criminal poderia ser compreendida, ao mesmo tempo, como um processo de subjetivação e o resultado desse processo para o ponto de vista da sociedade mais abrangente que o representa como um mundo à parte” (p.21) – o mundo, por exemplo, do crime e, nele, os sujeitos criminosos.

A intersecção entre o discurso judiciário e o saber médico, enquanto instituições que detêm com legitimidade a propriedade do saber, produz discursos com status de verdade e uma compreensão sempre unilateral que ratifica a violência na delinquência, em um traço individual fora do contexto em que ele está inserido. Nesse registro, diz Telles (2010), se abstraem

as múltiplas redes sociais da violência cotidiana, próprias do nosso tipo de capitalismo, o agente criminal é singularizado na sua contraposição à ordem, aos valores dominantes e também ao mundo do trabalho, como se este não fosse construído por contradições internas e atravessado por ilegalidades variadas. (p.214)

⁴⁴ Ver entrevistas concedidas aos programas “Happy Hour” (GNT, 05/01/2008); “Programa do Jô” (Rede Globo, 08/06/12); “Roda Viva” (TV Cultura, 28/07/2010).

Dessa forma, sair do engodo provocado por uma fragmentação intelectual-emocional exige que se considerem “as múltiplas redes sociais da violência cotidiana”, mas também os atravessamentos e o modo de operar inerentes à atuação em um mercado ilegal – no caso, o tráfico de drogas. Como vimos no capítulo anterior, se não incorreremos no erro de uma compreensão unilateral e, assim, deixarmos de abstrair os múltiplos fatores inerentes ao trato desse mercado ilegal, nos será impossível afirmar que, da maneira como ele está hoje estruturado, se verifica uma contraposição ao mundo do trabalho. Partimos, por outro lado, de uma concepção metaforicamente representada pela fita de moebius, na medida em que o tráfico de drogas transita de maneira externa ao sistema e ao mesmo tempo intrínseco a ele, incorporando inclusive as contradições do mundo do trabalho.

5.2 O caráter instrumental da violência

Tendo em vista o que foi exposto na seção anterior, a violência letífera tão presente nos acertos de contas, no âmbito do varejo do tráfico de drogas, não pode ser compreendida de forma unilateral, a partir do desvio do sujeito. Como dizia Barros-Brisset (2005), “a conta não pode ficar só no campo da subjetividade” (p.5). Nesse sentido, o uso recorrente do ato de matar outrem, do acerto de contas, parece-nos ser um importante instrumento de gestão da ordem e do trabalho na via da ilegalidade e que só pode ser minimamente compreendido a partir de uma perspectiva multifocal.

Se caminarmos juntos na interpretação de Jessé Souza (2012) sobre o processo de construção social da desigualdade na modernidade e suas especificidades no que tange à desigualdade periférica brasileira, veremos que o exercício de uma ideologia silenciosamente praticada e reproduzida, pautada na ideia de meritocracia, conduz à interpretação única de uma falsa liberdade e, conseqüentemente, de uma falsa percepção

quanto a livres escolhas. Assim, culpamos os sujeitos que compõem a chamada ralé brasileira por seus fracassos econômicos e por suas misérias, mas também acrescentamos nessa conta suas escolhas/desejos, que qualificamos como “fundamentalmente maus”.

E ainda, quando essas supostas escolhas/desejos malignos são aplicadas nessa mesma ralé, sobretudo naqueles envolvidos em práticas criminais, resultando em agravos e mortes, as ressonâncias são encontradas em números, gráficos, tabelas. Não é um semelhante, um ser humano que perde a vida, mas uma estatística que cresce. A incriminação preventiva dessas pessoas, dirá Misse (2010), pode inclusive conduzir ao desejo de que elas sejam, de fato, mortas.

Ele é agente de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte e, por conseguinte, a punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação pela morte física, seja o ideal de sua reconversão à moral e à sociedade que o acusa. (Misse, 2010, p.17)

Efeitos destoantes ocorrem quando esses mesmos agravos e mortes atingem outra camada populacional. Inscrito como uma tragédia social causada pelo narcotráfico, o assassinato de Tim Lopes, por exemplo, resultou em grande comoção social que reverbera ainda hoje, 12 anos após o ocorrido. Filmes, livros, inúmeras reportagens ecoam a dor de uma vida que foi brutalmente encerrada. O assassinato do repórter reverberou. Tinha um nome, um corpo, uma história. Ao final, sete pessoas foram julgadas e condenadas, das quais cinco receberam penas superiores a 25 anos de reclusão. Outras três pessoas foram mortas durante tentativas de captura pela polícia e devidamente enquadradas nas estatísticas, nos autos de resistência.

Por outro lado, outras situações como as que culminaram na morte de B. – relatadas no início deste capítulo – foram constantes durante o trabalho de campo desta dissertação. Ao final, entre um caso e outro que vinha à lembrança de nossos entrevistados, somaram-se a B. outras 18 pessoas que tiveram suas vidas encerradas em função de um acerto de contas, alguns deles durante os quatro meses de observação. Ao contrário da morte de Tim Lopes – sobre a qual poderíamos nos delongar para contar com minúcias sobre sua vida, seu assassinato, as repercussões –, as histórias que de alguma forma nos fizeram “conhecer” essas outras 19 pessoas são curtas. Muitos não puderam ser enterrados, pois tiveram os corpos completamente carbonizados, outros não tinham família que pudesse fazer o enterro, alguns poucos eram pessoas mais conhecidas na localidade e por isso trouxeram maior movimentação no momento do falecimento. Mas, ao avesso de Tim Lopes, repetimos, conseguimos dizer o nome e uma história. As situações que porventura apareceram nas cinco entrevistas e nos quatro meses de observação nos trouxeram um número, 19; de alguns não soubemos nem sequer o nome, de outros poderíamos contar sobre a circunstância em que morreram, e de alguns poucos sobre alguma pequena situação ainda em vida.

Obviamente, a história do repórter tem uma enorme repercussão nacional em função de seu trabalho na Rede Globo, todavia, o que gostaríamos de destacar é a existência do que Jessé Souza (2012) aponta como “o valor diferencial dos seres humanos” (p. 181). Se, por um lado, horroriza-se com a ação dos assassinos de Tim Lopes em um clamor pela eliminação desses indivíduos “perversos”, por outro, se as mortes acontecem entre os chamados “marginais”, naturaliza-se e contabiliza-se o ato. Nessa mesma via verifica-se que é com grande facilidade que a polícia cotidianamente invade a periferia e realiza um verdadeiro genocídio, sobretudo dos jovens pobres deste país. Na dimensão

jurídica são mortes frequentemente contabilizadas nos autos de resistência. Rozitchner (1989) já nos alertava que:

Enquanto não se mostre que a divisão entre a vida e a morte passa estritamente pela divisão de classes – uma classe de homens destinados a morrer prematuramente, e outra a viver da morte que infundiu aos demais – até aí então a ciência, a medicina, serão uma mentira a mais. (p.169)

Cabe ressaltar que o trato da morte de amigos e conhecidos nas histórias contadas por nossos entrevistados também nos parecia igualmente naturalizado por eles. Naturalizado, mas de maneira alguma banal. A brevidade com que a vida se impõe e anuncia a morte em um curto prazo como destino certo de muitos dos jovens trabalhadores do tráfico de drogas não nos parece estar conectada a uma deterioração da vida humana, pelo menos sob a ótica daqueles que vivenciam tal fenômeno. De nossos entrevistados, uma frase nos marcou sobremaneira e nos conduziu em todo o processo analítico: *you não acorda todo dia com um presunto na sua porta* – disse o Trabalhador do tráfico de drogas 4.

Tal condução nos levou a um importante deslocamento. Não estaríamos no campo de uma “banalização do mal porque a vida humana perdeu seu valor”, como afirma Alba Zaluar (2004, p.51) para caracterizar o quadro de violência que compõe nosso país, mas sim de uma violência instrumentalizada e naturalizada nesse contexto.

Naturalizar, de acordo com o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa⁴⁵, significa *adotar como nacional; familiarizar*. O que a frase do Trabalhador do tráfico de drogas 4 e

⁴⁵ Optamos por trabalhar com o Dicionário Escolar de Língua Portuguesa – em vez dos dicionários mais habitualmente utilizados – por ele trazer definições mais claras para a discussão proposta em relação aos verbetes naturalizar e banalizar.

o frequente encontro, durante todo o trabalho de campo, com relatos sobre situações que culminaram em morte revelam é a familiaridade dessas pessoas com a morte, com o ápice da violência. Seja a morte simbólica imputada por meio de suas desafiliações sociais – para usar um termo caro a Robert Castel –, que fazem da vida uma constante luta para fazer existir um futuro, ainda que curto, seja pela realidade dos corpos mortos que se fazem inquestionavelmente⁴⁶ muito presentes no cotidiano dessas pessoas.

Banalizar, por outro lado, traz em seu conteúdo semântico um caráter moral. Segundo o Dicionário Escolar de Língua Portuguesa, banalizar significa *tornar banal, vulgar*. No segundo capítulo desta dissertação, comentamos sobre a nossa preocupação com a banalização dos conteúdos mortíferos como uma possível estratégia que poderia se fazer presente diante das inúmeras dificuldades que se interpõem ao pesquisador/ estrangeiro que se coloca diante dessa realidade e dessa repetição. A morte, que se apresentou incisivamente durante o trabalho de campo, aparecia-nos na forma do discurso, mas não de forma concreta, como sinalizou nosso entrevistado. Sendo assim, o risco que se corria era, a partir de um olhar não familiarizado, fazer interpretações por um viés moral, banal – e, quem sabe, fazer aparecer variantes daquilo que Foucault (1974-75/2010) chamou de um domínio da perversidade.

Nesse sentido, perceber esse deslocamento entre o que é posto como banal por aqueles que assistem à contabilização de pessoas mortas da ralé, para o que passou por um processo de naturalização por aqueles que realmente vivenciam, no cotidiano, essa realidade, pareceu-nos ser condição *sine qua non* para sairmos das amarras de uma compreensão pautada sempre em um arcabouço de valores dominantes e seguirmos em uma linha investigativa que esteja mais orientada pela realidade em foco.

⁴⁶ Ver ANEXO B.

Cabe-nos ressaltar, para evitar possíveis confusões, que o termo naturalizar está aqui de fato referenciado enquanto verbo e não como adjetivo. De maneira alguma estamos constatando um caráter natural nessa percepção sobre as mortes que ocorrem no âmbito do tráfico de drogas varejista, mas sim de um processo que, em decorrência de diversos fatores, torna familiar essa dinâmica violenta que resulta em morte.

Igualmente é importante salientar que o termo banalização aqui utilizado não se pretendeu, enquanto referência, a expressão banalidade do mal cunhada por Hannah Arendt. Se, por um lado, a expressão de Arendt é bastante esclarecedora e nos ajudaria na medida em que ela a designa para se referir aos assassinatos de Eichmann fora de uma perspectiva da maldade inata para inscrevê-la no campo do *métier*, por outro, a autora é incisiva ao afirmar que a expressão não se pretendeu enquanto uma doutrina e que faz menção a algo factual⁴⁷.

Ousariamos aventar a hipótese aqui de que, ao contrário do que é proposto por Hannah Arendt, não estamos mais no campo de uma banalidade do mal, de ações isentas do ato do pensar, mas em um cenário em que o ato de matar é naturalizado, instrumentalizado e espetacularizado, com incidências significativas não só para a estruturação de uma organização de trabalho, mas também como importante meio para se fazer existir, ser reconhecido.

Se nos abstermos da utilização da expressão banalidade do mal cunhada por Arendt (2010), outra elaboração teórica realizada pela autora, em seu livro *Sobre a Violência*, nos fornecerá uma importante chave de compreensão sobre a hipótese aqui formulada.

⁴⁷ Sobre isso ver a introdução do livro *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar* de Hannah Arendt.

Como bem notara essa pensadora, a violência assume um caráter instrumental. Com o desenvolvimento tecnológico, o que pode ser visto ao longo dos anos é uma potencialização dos implementos da violência, de ferramentas cujo uso possibilita uma multiplicação do vigor⁴⁸ natural. No contexto estudado, as implicações de tal desenvolvimento são claramente percebidas por nossos entrevistados:

Quando a gente começou lá na quebrada, era mais difícil, porque a arma custava caro e não era pra qualquer um, não. Então, pro cê matar era complicado. Matar na faca é treta, cê fica muito perto, cê sente a pessoa morrendo, aí aquilo fica na sua cabeça. Mas hoje é diferente, apertar o gatilho é bem mais fácil. E se a arma for das boas fica mais fácil ainda, porque cê fica longe. Tem nêgo aí que enquadra no ferro e mata na faca. Tá doido. (Trabalhador do tráfico de drogas 1)

Tal percepção tem corroboração nos números produzidos pelas estatísticas do crime. Segundo Beato (2011), “não é exagero atribuir à arma de fogo a condição de principal vetor da violência, responsável pelo crescimento dos homicídios nos últimos 30 anos no Brasil” (p.185). Atualmente, 70%⁴⁹ dos homicídios praticados no país são efetivados com o uso de armas de fogo (Beato, 2011).

Michel Misse (2010) já nos dizia que “impor-se pelo medo é uma das formas mais elementares e universais de operar o poder em condições de desconfiança recíproca” (p.26). No âmbito do tráfico de drogas varejista, as modificações técnicas –

⁴⁸ Arendt (2010) faz uma importante diferenciação entre poder, vigor, força, autoridade e violência. O poder corresponde à capacidade humana para agir em consonância. Assim, não se trata de algo individual, mas pertencente a um grupo. O vigor é uma “entidade individual” enquanto uma característica de um objeto ou uma pessoa. A força indica uma energia que se manifesta quando há movimentos físicos ou sociais. A autoridade é “investida em pessoas”, o que exige o reconhecimento daqueles que a obedecem. Por fim, a violência se qualifica por seu caráter instrumental.

⁴⁹ Ver ANEXO C.

desenvolvimento dos implementos da violência – alinhadas a um desenvolvimento da mercadoria droga, tal como vimos no capítulo anterior, e as modificações em seu comércio para atender à demanda crescente conduziram à inclusão de uma forma de resolução de conflitos pautada na violência extrema que antes era utilizada de maneira pontual, em vinganças privadas, e que agora aparece como instrumento de um modelo para organizar e gerir o trabalho.

5.3 Entre o prescrito e o real

No final do capítulo anterior destacamos a tese central de nosso trabalho, a saber: a razão instrumental do ato de matar contido no imperativo *tem que andar na linha*. No campo das Clínicas do Trabalho diríamos, sob inspiração na Ergonomia, que tal imperativo nos revela uma prescrição, ou seja, um componente do trabalho prescrito que aparece como uma ordem, uma exigência, uma norma, que podem ser determinadas hierarquicamente de forma escrita ou oral, a partir das quais o trabalho deverá ser realizado (Telles & Alvarez, 2004).

Com essa referência entendemos que o “acerto de contas”, o ato de matar outrem no âmbito atual do tráfico de drogas varejista, corresponde a uma tarefa que aparece pelo viés de uma prescrição – *Vacilou, tem que matar* – e que se caracteriza por seu caráter externo, ou seja, de uma instrução previamente estabelecida e que deve ser seguida. “A tarefa não é o trabalho, mas o que é prescrito pela empresa ao operador. Essa prescrição é imposta ao operador” (Guerin et al., 2001, p.15). Claro que seu caráter externo está sempre em intermediação com o trabalho real, aquele que realmente é feito. Para Brito (2009), “há um nível de intermediação entre a tarefa e a atividade (o que reforça a ideia de que não são

faces opostas do trabalho) que corresponde aos objetivos que os trabalhadores, individualmente ou coletivamente, definem para si” (pp.441-42).

Diferentemente do que se detectou entre a ação dos justiceiros e matadores de antigamente e que ganhou destaque na fala dos nossos entrevistados mais velhos, no tráfico de drogas varejista atual parece não caber mais a ativação de um ciclo de “mata-mata” a partir da aplicação tirânica de decisões pessoais; o ato de matar passa a ser determinado pelo cumprimento de uma regra bem definida e que elenca elementos causais determinados para que possa ser ativado. Contida no termo *vacilo*, existe a transgressão de uma série de condutas previamente determinadas e que devem conduzir ao cumprimento de uma tarefa, o acerto de contas.

Se o cara vacilar, aí nos vai acertar as contas. Todo mundo da firma sabe, se o cara vacilar a gente tem que matar ele. São as leis do tráfico. Se o cara caguetar, morre. Se pegar a mulher do outro, morre. Se não pagar a droga que pegou com nós, morre. Se roubar os moradores da quebrada, morre. Se invadir a nossa quebrada, morre, e aí pode virar uma guerra de gangue. Agora, se o cara anda na linha, tem erro não. (Trabalhador do tráfico de drogas 3)

Essa passagem, que traz uma mudança significativa para a forma de resoluções dos conflitos e que parece incidir na diminuição do número de mortes violentas, está inserida em um novo modelo de gerir o tráfico de drogas varejista. Informações obtidas durante o trabalho de campo indicam que o principal fator, que torna imprescindível tal mudança, é a necessidade de reduzir a presença de policiais dentro das favelas em que as *firmas* atuam. Quanto maior o número de pessoas assassinadas no território, maior é a frequência com

que a polícia se faz presente no local, trazendo risco de prisão para os trabalhadores do tráfico e dificultando a condução do comércio.

No entanto, a imensa variabilidade da atividade, as infidelidades do meio (Schwartz, 2010), os debates de normas (debate, inerente àquele que trabalha, entre as normas antecedentes e a tendência universal de renormatizar) que incidem na tessitura da atividade garantem, como em todas as outras situações de trabalho, que a prescrição permaneça sempre no campo da tarefa e que o trabalho real aconteça sempre de uma forma outra em relação àquela que foi previamente planejada, ou como observa Schwartz (2010): “qualquer que seja a situação, entre o trabalho que a gente pensa antes de executá-lo (que a gente mesmo pensa, mas frequentemente que os outros pensam em nosso lugar) e a realidade desse trabalho, haverá sempre uma distância” (p.42). Assim, ainda que a fala de nossos entrevistados nos conduza para a percepção de uma prescrição extremamente rígida, que não comporte negociações, são inúmeros os casos relatados em que o cenário se configurou de forma diferente daquele constrangido por essa prescrição.

Igual meu primo, ele teve que matar o cara que segurou ele nos braços. Eu nem acreditei na hora que fiquei sabendo, porque as famílias se conheciam, eram amigas. Mas o cara tava devendo, e o patrão mandou ele ir lá matar. Foi muito foda. Isso já tinha até acontecido antes. O patrão mandou ele ir lá matar o nosso tio. Um cara lá, que a gente chamava de tio. Eu e meu primo sempre chamava esse cara de tio. Aí meu primo perguntou quanto que o cara tava devendo. Era R\$ 200,00. Meu primo pagou e mandou o cara sumir dali porque, senão, não ia ter jeito, ele ia acabar tendo que matá-lo. O patrão falou que dessa vez aceitava, mas que não ia ter próxima. Por isso, com esse outro cara não teve jeito. Ele teve que matar. (Trabalhador do tráfico de drogas 4)

A solução dos diversos problemas que conduzem ao acerto de contas perpassa sempre por nuances diferenciadas que convocam a experiência de cada um dos trabalhadores aí inseridos.

Lhuilier (2005) aponta que o trabalho “exige sempre uma confrontação com o real, com o real físico, com o real das relações sociais” (p.210). Tal confrontação, a partir de uma perspectiva ergológica, se faz aliada a um importante debate de normas, “a atividade sempre se convida, com sua tessitura, individual e coletiva, a debate de normas” (Schwartz, 2011, p.137).

Em meio a esse debate de normas é preciso destacar a confrontação de valores que permite avaliar, julgar as escolhas a serem tomadas. “Normatizar quando há um vazio de normas, renormatizar quando é preciso ajustar ou não respeitar determinada esfera de normas antecedentes supõe que os protagonistas das escolhas dialoguem, explícita ou implicitamente, com um universo de valores já estabelecidos” (Schwartz, 2011, p. 141).

Esse universo de valores que abarca a atividade é composto por dois tipos distintos. O primeiro se refere aos *valores dimensionados* que compõem dimensões quantitativas, portanto, mensuráveis. É o debate que inclui valores monetários, por exemplo. O segundo se refere aos chamados *valores sem dimensões*. Valores que, ao serem tecidos na atividade, permitem um contínuo debate que coloca em cena a experiência daquele que trabalha. “[...] valores sem dimensões estão ligados a todos os nossos atos da vida social” (Schwartz, 2011, p.144).

Por serem tecidos na atividade, os valores não dimensionados estão intrinsecamente ligados ao trabalhador de forma dialética, na medida em que podem estar dirigidos unicamente a esse protagonista, mas que também dialogam com o coletivo.

Diante dessa característica tão peculiar, Schwartz (2011) alerta para “a tentação enorme de denegrir esse universo tão pouco ‘racional’” (p.144).

A relatividade imbricada nesse universo de valores relaciona-se a uma dramática que coloca em jogo uma hierarquia valorativa *sui generis*.

Que espaço cultural, social, histórico tornamos nossos a fim de nos considerar como parceiros e coprodutores de determinado domínio de normas antecedentes – a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, por exemplo? E a partir de quando, em virtude de que espaço, de que valores que nos sejam bastante próprios, vamos, ao contrário, tomar distância, contornar, rejeitar um outro domínio de normas antecedentes engajando, assim, um processo de renormatização? (Schwartz, 2011, p.145)

Assim, partindo da premissa de que toda atividade de trabalho exige do trabalhador um constante posicionamento de avaliação interna sobre as normas e que as escolhas efetivadas não são produtos do mero acaso, como analisar quando o código normativo que funciona como base para a instauração de uma atividade repousa na violência crônica e mortífera?

Responder a essa pergunta a partir de um arcabouço de valores dominantes – por exemplo, aqueles que culturalmente avaliamos como valores do bem –, interrogar escolhas e mesmo prescrições em uma posição exterior à atividade de trabalho é produzir violência. Perplexos com o resultado dessa prescrição do trabalho no tráfico – a morte –, tomamos ações, fazemos julgamentos sem apreender o que realmente acontece em sua essência, no âmago da atividade. Para Schwartz (2011),

decidir levar em conta apenas os resultados da atividade significa tomar a decisão de ocultar essas múltiplas dramáticas da atividade. Essas dramáticas são fontes de eficácia, mas têm um preço para as pessoas e os grupos e são inseparáveis de certos valores de vida e de saúde, de tal modo que não se pode, sem consequências, mergulhá-las com entusiasmo na invisibilidade. (pp.134-35)

O cumprimento de uma tarefa, e aqui estamos falando da tarefa acerto de contas, resulta em dramas que frequentemente, como em qualquer outra tarefa, estão invisibilizados pelo outro, mas também pelo próprio trabalhador. Notadamente, ainda que às cegas, quando se trata de um trabalho que corre às avessas da legalidade e que nos coloca ante o ápice da violência, desqualificam-se essas dramáticas e denigra-se o universo de valores em que elas estão pautadas, imbuindo-os de um caráter maligno.

Assim, é possível que nos interroguem: Como considerar o valor de matar? A construção de uma pergunta como essa parte de uma suposição, de um julgamento que transforma o ato em um valor singular. A essa questão só poderíamos responder que, visto por um panorama externo à atividade, encontramos no acerto de contas não um valor, mas uma prescrição que irá configurar uma tarefa e que traz algum sentido a um modo de gestão da organização de trabalho. Da mesma forma, não podem ser rapidamente interpretados e julgados elementos que nos conduziram, *a priori*, a qualificar como ações cruéis determinados modos de executar o acerto de contas, tal como a situação que relatamos no início deste capítulo. *Se o cara vai tomar a boca, ele tem que ser forte. Puxar o gatilho, qualquer um puxa, pra tomar a boca e ser patrão, tem que fazer bem mais que isso* (Trabalhador do tráfico de drogas 2).

A esse respeito, o Trabalhador do tráfico de drogas 2 recuperou uma cena do seriado *A Lei e o Crime* ressaltando como o personagem principal assumiu a direção da *firma*. Na série, esse personagem, conhecido como Nando, após assumir a chefia de um ponto do tráfico de drogas, recebeu a alcunha de Nandinho da bazuca. Ele ficou assim conhecido quando, para assumir o comando local, reuniu algumas pessoas, forneceu armas e subiu a favela de posse de uma bazuca. Matou o *patrão* e todos os seus homens de confiança. Sua precisão nos tiros e o acesso a tal arma se deviam à sua passagem anteriormente pelo exército, na condição de cabo.

Em breves parênteses é importante ressaltar que nem sempre a força bélica ou mesmo uma “qualificação” do ato de matar, imputando mais dor ou quando este é realizado através de ferramentas e formas que no campo da percepção se apresentam como cruéis, garantem a eficácia nas finalidades a que se propõem. Sobre o domínio de uma *boca*, por exemplo, o que o Trabalhador do tráfico de drogas 2 percebeu com muita clareza, a partir de sua prática, é que a gestão do tráfico de drogas no varejo não é possível apenas em função de uma potência bélica. É preciso gerir o território em que ele se dá a partir também de uma base de apoio mútuo.

Retomando nossa hipotética interrogação, salienta-se que a produção de sentidos nas ações e o reconhecimento social das tarefas realizadas é uma problemática comum a qualquer atividade profissional, e a construção desse sentido implica em considerar o sistema social no qual esse trabalho está inserido (Lhuilier, 2011)⁵⁰. No caso do tráfico de drogas, todo o trabalho é exercido às avessas do campo socialmente aceito. Como pensar o sentido do trabalho aqui realizado?

⁵⁰ Lhuilier, D. (2011). *Trabalho sujo e negativo psicossocial*. Conferência proferida no I Ciclo de Conferências em Psicossociologia do Trabalho, Belo Horizonte/MG, em 07 de outubro de 2011.

Um conceito profícuo para o avanço dessa discussão é o de “trabalho sujo”, tal como formulado por Everett Hughes, em 1962; recobre as atividades ligadas às tarefas que se caracterizam por serem degradantes, humilhantes, ou que contrariem concepções morais (Lhuilier, 2011).

Ampliando essa noção, Dominique Lhuilier (2011) retoma o texto freudiano de 1925 sobre a negação para caracterizar o que ela irá denominar como negativo psicossocial. Nesse texto, Freud (1925/2011) trata da negação enquanto uma forma de acesso, na consciência, de conteúdos reprimidos e analisa a função intelectual do juízo: “A função do juízo tem essencialmente duas decisões a tomar. Deve adjudicar ou recusar a uma coisa uma característica e deve admitir ou contestar a uma representação a existência na realidade” (p.278).

Assim, em uma primeira operação psíquica cabe à função do juízo atribuir/caracterizar, como bom ou mau, algo que está fora do Eu. Seguindo a linha do princípio do prazer, a tendência é introjetar o que é bom e excluir/rejeitar o que é mau. Outra operação do juízo seria confirmar a existência na realidade de algo que está representado no Eu. Cabe-nos retomar que o objeto que se encontra no campo da representação necessariamente tem sua origem na percepção. A percepção é repetida e reproduzida na imaginação e nesse processo podem ocorrer algumas deformações, modificações do conteúdo original. A função do juízo é fazer um exame de realidade atestando sobre a existência desse objeto.

Para Freud (1925/2011): “Julgar é a ação intelectual que decide a escolha da ação motora, põe fim à protelação devida ao pensamento e conduz do pensar ao agir” (p. 280). Segundo Lhuilier (2009), “o trabalho do negativo não se desenvolve somente ao nível do

sujeito singular (...) ele é um dos pontos de amarração de subjetividades singulares, de processos e de formações sociais”⁵¹ (p.45). Amarração essa que sela o pacto denegativo e que irá produzir espaços sociais/instituições (prisões, manicômios, etc.), nos quais o rejeito deverá ser depositado. O negativo psicossocial seria então “tudo aquilo que é rejeitado pelo corpo social ou tudo que é rejeitado pela organização” (Lhuillier, 2011).

Em qualquer atividade profissional, encontramos uma hierarquia moral e psicológica em que partes do trabalho são reconhecidas e valorizadas socialmente e partes são inferiorizadas e poderão ser delegadas a outros profissionais situados em posições mais baixas na divisão técnica do trabalho. O médico, por exemplo, delega à secretária a organização de sua agenda, visto que a tarefa realmente valorizada de sua profissão é o atendimento ao paciente. O *vapor* do tráfico delega ao *de menor* a compra de bebidas, cigarros, alimentos e diversos serviços considerados menos importantes nas atividades da organização. *O de menor, não dá nada pra eles não, então faz o serviço sujo. Patrão tem que ficar mais limpo, mas às vezes não tem jeito, não, ele tem que sujar também* (Trabalhador do tráfico de drogas 1).

Aqui, a noção de trabalho sujo é útil para o reconhecimento não apenas da divisão social e técnica do trabalho, mas também por essa existência de uma divisão moral e psicológica (Lhuillier, 2011). No entanto, alguns ofícios estão caracterizados por conter mais trabalho sujo do que outros – especialmente aqueles que tratam do negativo psicossocial. Entre os quais destacamos, como exemplo, os lixeiros ou os chamados catadores de materiais recicláveis, que precisam ocultar aquilo que reconhecemos como lixo; os agentes penitenciários, que devem garantir o isolamento dos criminosos; os que

⁵¹ “le travail du négatif ne se déploie pas seulement au niveau du sujet singulier... Il est un des points de nouage des subjectivités singulières et des processus et des formations sociales” (Lhuillier, 2009, p. 45).

trabalham com a morte, como os agentes funerários, e outros mais. Todos esses profissionais trabalham sobre objetos ligados ao negativo psicossocial, ao que é contaminado/contaminante e que desejamos afastar. Para Lhuilier (2014), a rejeição desse negativo “é sinônimo de clivagem e de projeção a serviço da depuração, das tentativas de eliminar o negativo” (p.16). O objeto ruim é separado e projetado sobre aquele que o manipula. Assim, “os julgamentos de valor sobre determinado trabalho contaminam também a pessoa que o exerce” (p.16).

Segundo essa autora, quatro problemáticas se interpõem como comuns às atividades no negativo psicossocial: a morte, as ressonâncias fantasmáticas, a precariedade do sentido do trabalho e os limites dos recursos simbólicos sobre o real. Quatro problemáticas que nos remetem a questões existenciais e que irão incidir, de maneira singular, sobre o sentido do trabalho e o reconhecimento social desses profissionais.

Se pudermos compreender os trabalhadores do tráfico de drogas varejista a partir de uma “escala de desejabilidade moral e psicológica das profissões e das atividades” (Lhuilier, 2014, p.16), teremos dificuldades de encontrar uma posição ainda que seja no nível mais inferior dessa escala. Estamos dizendo de atividades que são exercidas em completa oposição aos valores socialmente aceitos.

Nas tarefas que configuram o trabalho no tráfico de drogas, uma dupla ameaça se apresenta. A primeira ameaça está ligada ao produto que é comercializado, a droga, símbolo de forças demoníacas que transita pela via ilegal e movimenta uma brutal guerra visando o seu “extermínio”. A segunda diz do exercício cotidiano da violência. O grande

escritor português Mia Couto (2011) já nos dizia que “para produzir inimigos é imperioso sustentar fantasmas”⁵². Essa dupla ameaça nos conduz ao medo e à rejeição.

Todos nós somos presas de uma espécie de ilusão ética, comparável às ilusões perceptivas. A causa fundamental dessas ilusões é que, embora o nosso poder de raciocínio abstrato tenha se desenvolvido enormemente, as nossas respostas ético-emocionais continuam a ser condicionadas por antigas reações instintivas de simpatia perante o sofrimento e a dor de que sejamos testemunhas diretas. É por isso que matar alguém à queima-roupa é, para a maioria de nós, muito mais repulsivo do que pressionar um botão que matará mil pessoas que não podemos ver. (Zizek, 2014, p.47)

A morte nos é repulsiva assim como o é aquele que nos aproxima dela. Os trabalhadores do negativo são confrontados com esse estigma pelo exercício de funções condenadas, repugnantes. Para Lhuilier (2011):

Em todas as profissões, em determinado momento, a gente pode se perguntar se o que a gente está fazendo é uma coisa boa ou uma coisa ruim, se é ético ou não, enfim, qual é a compatibilidade do que eu faço com os valores que eu tenho e que eu partilho com outras pessoas. Todas as profissões são confrontadas com isso, mas estas profissões [que recobrem o negativo psicossocial] são maciçamente confrontadas com isso.

A precariedade de recursos simbólicos diante da tamanha confrontação com o social exige que se faça uma reconstrução, entre pares, de discursos simbólicos que remontem o sentido do trabalho feito.

⁵² Couto, M. (2011). *Comemorar o Medo*. Palestra proferida nas Conferências do Estoril. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ao_QKp9qnQ

E a significação como a valorização social de suas atividades (...) não se sustentam ao se deparar com a realidade: devem então ser reelaboradas, reconstruídas no seio do coletivo de trabalhadores e de comunidades profissionais. Nestes espaços os sujeitos podem reconstruir o sentido do trabalho e a validação/legitimação das práticas de cada um. Aí se “tricotam” as tramas simbólicas que permitem domesticar as repercussões fantasmáticas da confrontação com o ‘objeto’ de trabalho (a doença, a morte, o envelhecimento, a violência, o desvio, a deficiência, a falta...).⁵³ (Lhuilier, 2009, p. 40)

Isso, notadamente, nos pareceu significativo a partir de nossas entrevistas. O Trabalhador do tráfico de drogas 4, há muito tempo longe das atividades no tráfico e igualmente longe do território em que atuava, tinha enorme dificuldade de atribuir sentido a algumas tarefas que exercia anteriormente. Sua vivência atual, em um novo grupo de trabalho, o inserira em práticas diferenciadas que o distanciavam de uma moldura significativa construída entre os antigos pares. Longe dos recursos simbólicos que outrora foram construídos, era preciso confrontar sua experiência de vida e de trabalho nesse novo lugar, em uma nova moldura.

⁵³ Et la signification comme la valorisation sociale de leurs activités telles qu’offertes à travers ces productions buttent sur l’épreuve de la réalité: elles sont donc à réélaborer, à reconstruire au sein même des collectifs de travail et des communautés professionnelles. C’est dans ces espaces que peuvent se reconstruire le sens du travail et la validation-légitimation des pratiques de chacun. S’y “tricotent” les trames symboliques qui permettent de domestiquer les résonances fantasmatiques de la confrontation avec “l’objet” de travail (la maladie, la mort, la vieillesse, la violence, la déviance, la déficience, la perte, le manque (...)). (Lhuilier, 2009, p. 40)

5.4 “Olha aí! Olha aí!”

A questão sobre o sentido no trabalho nos conduz para a compreensão do reconhecimento. Sabemos que a experiência do reconhecimento não pode ser pensada fora da relação com o Outro e de sua dimensão contextual, em uma perspectiva histórica.

Podemos, pois, dizer que a relação com o outro é fundamental para a nossa reflexão. E daí, afirmar também que não existe auto-reconhecimento. Eu não me reconheço por mim mesmo, estou sempre alienado no olhar ou no discurso do outro (...). Numa linguagem que nos é familiar: é pela alienação na **imago** de outrem ou no discurso do Outro (a cultura, a “lei”, uma ideologia, um contexto político-econômico, etc.) que nasce minha “identidade” ou meu modo de “ser no mundo”. (Araújo, 2001, p. 32)

Se o reconhecimento de si pelo outro é matriz fundamental para a construção identitária do sujeito, Lhuillier (2005) irá afirmar que o trabalho é o “cenário onde se desenvolve esta procura de identidade que leva o sujeito a criar e a manifestar e a fazer reconhecer a sua singularidade através das suas práticas” (p.212).

Destacamos, na seção anterior, profissões que trabalham sobre o negativo psicossocial sinalizando especificidades para a construção do sentido do trabalho e a complexificação para o processo de reconhecimento social. Em se tratando de práticas degradantes, humilhantes, transgressoras, esses profissionais precisam se haver com confrontações maciças perante o julgamento emitido pelo outro, que tende a rejeitar, ocultar, desconhecer suas práticas. Pensamos que tais confrontações são ainda mais maciças sobre as dimensões do agir dos trabalhadores do tráfico de drogas. Se, para os lixeiros, por exemplo, é possível localizar uma positividade para sua função e encontrar

uma condição civilizatória pela perspectiva da limpeza urbana, no tráfico de drogas, seguir por uma linha de compreensão que abarque elementos de positividade parece, a princípio, uma função impossível. A dureza com que o real – no sentido lacaniano do termo, daquilo que escapa à simbolização – se apresenta na constância dos processos de mortificação exige um algo a mais para a árdua tarefa de atribuir sentidos em um campo às avessas ao que é valorizado socialmente. Há a precariedade de recursos simbólicos, mas há também a precariedade de recursos materiais que, como bem aponta Kehl (1999), faz a luta do jovem pobre na busca pelo reconhecimento ser ainda maior. Uma luta que ganha tons dramáticos no suplício pelo olhar e que foi tão sensivelmente delineada na canção *Meu Guri*, de Chico Buarque, cuja letra transcrevemos a seguir.

Já com tudo dentro	<i>Olha aí!</i>
Chave, caderneta	Ai o meu guri, <i>olha aí!</i>
Terço e patuá	<i>Olha aí!</i>
Um lenço e uma penca	É o meu guri e ele chega!
De documentos	
Prá finalmente	Chega estampado
Eu me identificar	Manchete, retrato
<i>Olha aí!</i>	Com venda nos olhos
	Legenda e as iniciais
<i>Olha aí!</i>	Eu não entendo essa gente
Ai o meu guri, <i>olha aí!</i>	Seu moço!
<i>Olha aí!</i>	Fazendo alvoroço demais
É o meu guri e ele chega!	O guri no mato
	Acho que tá rindo
	Acho que tá lindo
Chega no morro	De papo pro ar
Com carregamento	Desde o começo eu não disse
Pulseira, cimento	Seu moço!
Relógio, pneu, gravador	Ele disse que chegava lá
Rezo até ele chegar	<i>Olha aí! Olha aí!</i>
Cá no alto	
Essa onda de assaltos	
Tá um horror	<i>Olha aí!</i>
Eu consolo ele	Ai o meu guri, <i>olha aí!</i>
Ele me consola	<i>Olha aí!</i>
Boto ele no colo	E o meu guri!
Prá ele me ninar	
De repente acordo	
Olho pro lado	
E o danado já foi trabalhar	
<i>Olha aí!</i>	

Os 33 anos que separam a composição de Chico Buarque e esta dissertação marcam um importante processo de modificação na criminalidade urbana, como pôde ser visto no capítulo anterior. Ações individuais como as do Guri, voltadas para crimes contra o patrimônio, não correspondem mais ao foco de um “padrão” da criminalidade atual. Estampados nas primeiras páginas dos jornais, não estão mais os delinquentes de outrora.

Antes era diferente. Era só eu fazendo os corre, roubando caminhão que chegava na quebrada e fugindo dos homi. Agora não, é mais sussa. Vou tramar lá de noite, vendo a droga e faço minha grana. Sou importante lá na minha quebrada, e não tem essa de ficar correndo de polícia toda hora, não. Claro que os caras sobem, e se vacilar a gente cai mesmo. Eu vacilei, por isso tô aqui. Só que o patrão da minha quebrada me protege. Eu protejo ele e ele me protege. Ele já até mandou o advogado lá da firma olhar meu processo. Antes, se eu fosse preso, morria na cadeia, porque com o dinheiro do corre não dava pra pagar advogado, não.
(Trabalhador do tráfico de drogas 3)

Tal modificação com a expansão do tráfico de drogas, aliada a uma série de ações governamentais que promoveram a ascensão social de moradores da periferia, conduz a uma aproximação, muito mais contundente já que possível, com a forma que encontramos de reconhecimento social em uma sociedade do espetáculo (Guy Debord, 1967).

A lógica que se impõe a partir da imagem fetiche é: “o que aparece é bom; o que é bom, aparece” – de tal modo que o reconhecimento social desses indivíduos desamparados depende inteiramente da visibilidade. Só que não se trata da visibilidade produzida pela ação política, mas da visibilidade espetacular, que

obedece a uma ordem na qual o único agente do espetáculo é ele mesmo. (Kehl, 2004b, p. 49)

Maria Rita Kehl (2004b) aponta nessa citação para indivíduos subjetivamente desamparados, já que fisgados pelo fetichismo da imagem, na via do que ela denomina como um “a mais” de alienação. Indivíduos que nascem “sob as condições da vida burguesa” (p.49) e que se tornam “presas fáceis de propostas de engajamento autoritárias” (p.49).

Se pudermos partir de um “a mais” do desamparo, tendo em vista que estamos falando de sujeitos “desafiliados”, verificaremos que a associação ao tráfico de drogas vai ao encontro da conquista dessa imagem fetiche, apesar de ambivalente.

Pela via do trabalho, ainda que ilícito (e aqui é importante marcar a diferença em relação ao Guri que se apropria de bens materiais alheios), o trabalhador do tráfico de drogas pode se vestir com roupas de marcas caras, possuir carros e motos desejadas, conquistar muitas mulheres, entre tantos outros símbolos de ostentação. E vai além, o *patrão da firma* chega a assumir, conforme aponta Carreteiro (2001), características – diríamos imagem – do chefe da horda, tal como concebido por Freud.

Ele possui sobre os membros da comunidade um *poder de vida e de morte*. De vida, porque o chefe dessa horda (horda, uma vez que os habitantes não podem se associar livremente e são obrigados a funcionar como se fossem uma massa passiva), para estabelecer e manter seu poder, sabe usar de métodos não-violentos. Ele sabe funcionar nos vazios do sistema estatal e proteger os membros de seu clã (impedir que sejam roubados, dispensar-lhes cuidados médicos, quando necessário, alimentar os mais desprovidos, promover e organizar festas, de maneira a tornar-se

uma pessoa que traz alegria etc.). Em troca de suas atividades de proteção, de suas doações, ele exigirá uma submissão total, um respeito incondicional às normas ditadas, atitudes que vão incentivar a heteronomia e não a autonomia (no sentido Castoriadis). Se, por acaso, alguém tenta se liberar do “paternalismo” do chefe, dessa “violência” velada, manipuladora, sedutora, integradora, coloca sua vida em risco. (Carreteiro, 2001, p.164)

Por outro lado, o caos provocado pelo exercício da violência produz medo e sentimentos aversivos a esse chefe. Nesse sentido, a imagem espetacularizada, aqui, parece servir a dois propósitos, ambos convergindo para a conquista do olhar. Se, de um lado, os símbolos de “ostentação” cativam os demais pela apreensão do desejo de posse e proteção, por outro, a dimensão do espetáculo da força, da “brutalidade” da morte, assegura a manutenção do medo e do domínio.

Por fim, o ato de matar, no tráfico de drogas, conserva essa mesma ambiguidade na medida em que é visto como um trabalho sujo, atualmente muitas vezes delegado ao *de menor*, ao mesmo tempo em que, quando adicionados elementos com dimensões espetaculares, como vimos no início deste capítulo, fornece um importante passaporte para se galgar a hierarquia na divisão técnica do trabalho. De qualquer maneira, a entrada para o tráfico traz uma exigência primordial: *Não tem jeito, não. Se o neguinho quiser entrar pro tráfico, ele tem que ter disposição pra matar. Isso é tipo uma lei* (Trabalhador do tráfico de drogas 2).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma situação de trabalho contém as questões da sociedade. Inversamente, pela maneira como se trabalha, cada um toma posição nestes debates da sociedade e os recompõe na sua escala. (Schwartz, 2010, p.31)

Nesta dissertação compreendemos o acerto de contas no âmbito do tráfico de drogas varejista a partir de uma perspectiva do campo do trabalho. O propósito inicial foi elucidar por que as mortes se faziam tão incessantes no cotidiano dos trabalhadores do tráfico e dos moradores onde as *firmas* estavam instaladas. Partíamos de uma pré-concepção, que logo se mostrou equivocada, de que tais mortes se apresentavam como um risco sempre iminente e arbitrário. Pensávamos em relações de trabalho que eram desenvolvidas em situações de completa desconfiança.

No trabalho de campo, tal equívoco foi rapidamente revelado. Como Marisa Feffermann (2006) já anunciava, a confiança é um dos valores que organizam as relações interpessoais e comerciais no tráfico de drogas. Sem a confiança não é possível gerir um comércio no campo da ilicitude, ainda que seja um *confiar desconfiando*, como um de nossos entrevistados apontou. Em nossas andanças, a arbitrariedade – construída a partir de uma dicotomia imaginária entre o sujeito do bem e o sujeito do mal – paulatinamente foi sendo desconstruída e nos deparamos, então, com a prescrição, com o teor normativo estruturalmente inscrito nas relações de trabalho que são desenvolvidas nesse contexto.

Notoriamente, tal teor normativo, percebido em uma conjuntura histórica definida, exhibe toda a sua potência organizativa, uma construção protocolar que antecipa e enquadra, codifica e prescreve (Schwartz, 2011). As chamadas “Leis do tráfico” estão para

esse contexto laboral como uma economia de experiências que se pretendem enquanto um arcabouço propiciador de antecipações. Antecipações essas que encontram no caminho da prescrição uma razão instrumental para o ato de matar, para o acerto de contas.

Apesar de ser o suposto “guardião” das “leis”, aquele que normalmente define como e quando elas serão acionadas, o *patrão* da *firma* não se configura como o produtor desse arcabouço normativo, sendo passível, por vezes, de se tornar alvo de suas ordenações. Tendo em vista que não é o *patrão* quem cria esse universo normativo do tráfico, muito menos os *gerentes*, os *vapores* e os demais membros da divisão técnica do trabalho, só podemos constatar uma ancestralidade diante de sua origem. Como nos lembra Schwartz (2011), esse conjunto de normas antecedentes pertence a uma herança cujas origens “são frequentemente muito mais opacas e remetem à história ainda mais antagonica das forças sociais” (p.136).

Todavia, é possível localizar e analisar o contexto em que são tecidas tais prescrições. Qual sociedade, estamos diariamente produzindo, é capaz de tornar possível a existência de organizações de trabalho em que o humano é elevado à condição de instrumento?

É Max Weber (2004) que nos oferece um caminho elucidativo ao discorrer sobre o “racionalismo da dominação do mundo”. O conceito proposto pelo autor, para caracterizar uma especificidade do racionalismo do mundo ocidental, comporta um determinado tipo de relação do homem ocidental com o mundo:

O racionalismo da dominação do mundo vai ser definido por uma “atitude instrumental” em relação a todas as três dimensões possíveis da ação humana: o mundo objetivo e natural fora dele, o mundo social compartilhado com os outros;

assim como seu próprio mundo subjetivo interno, ao qual ele tem acesso privilegiado, enquanto dimensões “coisificadas”, meros “meios” para a consecução de fins “heterônomos”, ou seja, impostos a ele por esse tipo de organização social como símbolos de sucesso por excelência, tais quais poder e dinheiro. (Souza, 2011, pp.391-392)

O que nos interessa na discussão weberiana de forma especial, e que foi um esforço durante toda a nossa pesquisa, é construir a compreensão das dinâmicas do tráfico de drogas varejista não como um mundo à parte, separado em um fictício “mundo do crime”, mas inserido nas características e, portanto, reproduzindo as orientações dessa sociedade moderna.

O comércio da mercadoria droga incluso na circulação mercantil capitalista assume todas as características que permitem sua entrada na acirrada competição da lógica de mercado, em uma atitude instrumental, visando o sucesso na maximização dos lucros: dinheiro e poder.

Assim como é precisamente a generalização da atitude instrumental que possibilita a competição capitalista sem peias e a partir dela a extraordinária produtividade material do capitalismo, sua “ambiguidade” maior reside na não percepção de qualquer virtualidade humana que não seja também instrumental. (Souza, 2011, p.392)

Nesse sentido, encontramos no funcionamento do tráfico de drogas no varejo não um universo à parte, em total contraposição ao modo de se operar em uma sociedade capitalista, mas formas particulares (porque ilegal) de engajamento com o mundo condizentes com as inscrições de um racionalismo ocidental.

Essa resposta, que concebe no acerto de contas uma tarefa inscrita na gestão do trabalho, é uma resposta inserida na gramática social. Permanecer no caminho inverso concebendo-a como uma resposta singular, inserida por completo no campo da subjetividade, como se esse campo estivesse totalmente desancorado do seio social, é minimamente paradoxal. Para que exista um jovem que tenha como tarefa de trabalho ceifar a vida de uma pessoa, é preciso que haja uma sociedade que produza formas de trabalho como essa (não podemos nos esquecer de que o “poder de matar” encontra legitimação em outros campos de atuação). Evidentemente, como tratamos no último capítulo, a distância entre o prescrito e o real, ali onde o humano registra sua assinatura, não nos permite negligenciar as manifestações singulares, as respostas, a posição de cada um diante de uma situação de trabalho.

Por todo o exposto, chegamos a uma ambiguidade. Por um lado, vemos o que talvez seja o ápice da exploração capitalista: a extração da mais-valia, assinalada por Marx, rouba sempre uma porção da vida humana e a transforma em mercadoria, fonte de valor de troca. No âmbito do tráfico de drogas varejista, temos novos contornos assumindo a forma de uma mais-valia terrorífica (Perlongher, 1987), que rouba não mais uma porção da vida, mas sua totalidade. Por outro lado, é a partir de uma atividade de trabalho, que por vezes engloba justamente a subtração da vida de outrem, que o trabalhador encontra sua assinatura e se faz ser visto.

À guisa de conclusão, cabe-nos registrar: o trágico do espectro da morte que se apresenta em ambos os lados dessa ambiguidade encobre algo que anima dramaticamente esse contexto, o pulsar da vida, com toda a sua veemência para se fazer presente. Ali, onde encontramos a dimensão do trabalho, encontramos também o movimento do viver com um tônus ainda mais pujante. Movimentos de uma luta diária para fazer existir um presente,

ainda que efêmero, e uma perspectiva de futuro, ainda que breve. Fazemos ressonância, assim, com os dizeres de Dominique Lhuilier (2011): “é sempre nestas zonas de sombra do social que eu acho que a vida é mais poderosa e mais autêntica”.

Ao final desse longo processo do pesquisar permanecemos com a sensação daquilo que resta como não traduzido, que se esbarrou em algum processo impossível de enunciação, talvez pela dificuldade de fazer escolhas melhores nesse grande universo de palavras que a língua nos oferta, talvez pela impossibilidade de uma compreensão prévia que só encontrará transmissão *a posteriori*, mas com a certeza pulsante de que, de fato, *a malandragem é viver*.

REFERÊNCIAS⁵⁴

- Adorno, S. & Salla, F. (2007). Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, 21(61), 7-29.
- Agostinho, Santo. (1995). *O livre-arbítrio* (2ª ed., N. A. Oliveira, trad.). São Paulo: Paulus.
- Alvarenga, M. A. S. (2006). *Estudo das diferenças individuais da psicopatia por meio da Escala Hare (PCL-R) no contexto mineiro*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Amado, G. (2005). Implicação. In J. Barus-Michel, E. Enriquez, & A. Levy (Orgs.). *Dicionário de Psicossociologia* (pp. 281-286). Lisboa: Climepsi Editores.
- American Psychiatric Association – APA – (2002). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-IV-TR* (4ª ed., D. Batista, trad.). Porto Alegre: Editora Artemed. (Trabalho original publicado em 2001).
- Amorim, C. (2006). *CV-PCC: a irmandade do crime* (7ª ed.). Rio de Janeiro/São Paulo: Record.
- Aquino, Santo Tomás de. (2005). *Sobre o mal* (C. A. Nougé, trad.; P. Faitanin, apres., Tomo I). Rio de Janeiro: Sétimo Selo.
- Aquino, Santo Tomás de. (2008). *O ente e a essência*. (M. S. de Carvalho, trad.). Recuperado em 03 de junho de 2014 de http://www.lusosofia.net/textos/aquino_tomas_de_ente_et_essencia.pdf.
- Araújo, J. N. G. (2001). *O desejo e o outro: a dialética do reconhecimento em Hegel*. Belo Horizonte: Departamento de Psicologia da PUC-MG.
- Arbex Jr., J. & Tognolli, C. J. (1996). *O século do crime*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Ardoino, J., Barus-Michel, J. (2005). Sujeito. In J. Barus-Michel, E. Enriquez, & A. Levy (Orgs.), *Dicionário de Psicossociologia* (pp. 287-299). Lisboa: Climepsi Editores.
- Arendt, H. (2010). *Sobre a violência* (2ª ed., A. M. Duarte, trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1969).
- Barros, V. & Carreteiro, T. (2014). Intervenção psicossociológica. In P. Bendassolli & L. Soboll (Orgs.), *Métodos de pesquisa e intervenção em psicologia do trabalho: clínicas do trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Barros-Brisset, F. O. (2005). Liberdade e responsabilidade: por pensar uma sociedade sem prisões. *Jornal do Federal/Jornal do Conselho Federal de Psicologia*, ano 18(83).

⁵⁴ De acordo com o estilo da *American Psychological Association* (APA).

- Barros-Brisset, F. O. (2011, março/agosto). Genealogia do conceito de periculosidade. *Revista Responsabilidades*, 1(1), 37-52.
- Batista, V. M. (2009). Mídia e produções de subjetividade: questões de violência. In *Mídia e psicologia: produção de subjetividade e coletividade* (pp. 197-202). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Beato Filho, C. C. (2012). *Crimes e cidades* (Segurança & Espaços Urbanos). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Biondi, K. (2010). *Junto e misturado: uma etnografia no PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Brito, J. (2009). Trabalho prescrito. In I. B. Pereira & J. C. F. Lima (Orgs.), *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.
- Callegaro, R. (2010). A Doutrina do Mal em Santo Tomás de Aquino. *Filogênese: Revista Eletrônica de Pesquisa na Graduação em Filosofia*, 3(1).
- Cardoso, R. C. L. (1986). Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In R. C. L. Cardoso (Org.), *A aventura antropológica: teoria e pesquisa* (pp. 95-105). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Carneiro, H. (2002). As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. *Revista Outubro* (São Paulo), 6, 115-128.
- Carrara, O. V. (2012). Ética e ontologia em Emmanuel Lévinas. *Revista Estudos Filosóficos*, 8, 33-50. Recuperado em 23 de março de 2014 de http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art3_rev8.pdf.
- Carreteiro, T. C. (2001). Perspectivas da cidadania brasileira: entre as lógicas do direito, do favor e da violência. In J. N. G. de Araújo & T. C. Carreteiro (Orgs.), *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec.
- Debord, Guy (1967). A sociedade do espetáculo. Versão para eBook: eBooksBrasil.org. Obtido em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/socespetaculo.html>.
- Decreto n. 157 (1967, 10 de fevereiro). Recuperado em 02 de março de 2014 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10157.htm
- Decreto n. 20.930 (1932, 11 de janeiro). Recuperado em 03 de março de 2014 de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20930-11-janeiro-1932-498374-publicacaooriginal-81616-pe.html>
- Decreto n. 385 (1968, 26 de dezembro). Recuperado em 02 de março de 2014 de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-385-26-dezembro-1968-378122-publicacaooriginal-1-pe.html>

- Decreto n. 4.294 (1921, 6 de julho). Recuperado em 02 de março de 2014 de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4294-6-julho-1921-569300-republicacao-92584-pl.html>.
- Decreto n. 5.144 (2004, 16 de julho). Recuperado em 02 de abril de 2014 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5144.htm.
- Decreto n. 54.216 (1964, 27 de agosto). Recuperado em 04 de março de 2014 de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54216-27-agosto-1964-394342-norma-pe.html>
- Decreto n. 7.179 (2010, 20 de maio). Recuperado em 02 de abril de 2014 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm.
- Decreto n. 780 (1936, 28 de abril). Recuperado em 02 de março de 2014 de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-780-28-abril-1936-472250-norma-pe.html>
- Decreto n. 891, (1938, 25 de novembro). Recuperado em 04 de março de 2014 de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-891-25-novembro-1938-349873-norma-pe.html>
- Decreto-Lei n. 69.845 (1971, 27 de dezembro). Recuperado em 02 de março de 2014 de <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/115073/decreto-69845-71>
- Depenne, D. (2013). *Distance et proximité em travail social: les enjeux de la relation d'accompagnement* (Collection Actions Sociales/Référence). (Sous la dir. De Stéphane Rullac). ESF Éditeur.
- Diniz, D. (2008). Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(2), 417-426.
- Dowdney, L. (2004). *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Faitanin, P. (2006). O mal como privação do bem em Santo Tomás de Aquino. *Aquinate*, 2, 106-134.
- Faria, A. A. C. (2009). *Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas*. Dissertação de Mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Feffermann, M. (2006) *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico* (1ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Feltran, G. S. (2010). *Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo*. *Caderno CRH*, 23(58), 59-73.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2012). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, ano 6. ISSN 1983-7634.

- Foucault, M. (2003, janeiro/abril). A vida dos homens infames. In M. Foucault, *Estratégia, poder-saber: ditos e escritos IV* (pp.203-222). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2010). *Os anormais* (E. Brandão, trad., Coleção Obras de Michel Foucault). São Paulo: Editora WTF Martins Fontes. Curso no Collège de France (1974-1975).
- Foucault, M. (2013). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (41ª ed., Ramalhete, R., trad.). Petrópolis (RJ): Vozes. (Trabalho original publicado em 1975).
- Freud, S. (1996a). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão trad., vol. XII, pp. 123-133). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912).
- Freud, S. (1996b). Luto e melancolia. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol.14, pp. 245-263). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917 [1915]).
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Obras completas: o mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. (P. C. de Souza, trad., Vol. 18). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2011). A negação. In S. Freud, *Obras Completas: O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925)* (P. C. de Souza, trad., Vol. 16). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1925).
- Gaulejac, V. (1996, junho). Histoires de vie et choix théoriques. *Les Caschiers du Laboratoire de Changement Social, 1*. Université de Paris VXII, Paris. Tradução não publicada de Vanessa Andrade de Barros.
- Gilson, E. (1962). *A existência na filosofia de S. Tomás*. São Paulo: Duas Cidades.
- Graner-Araújo, R. C. E. (2009). *Quando eu crescer quero ser como ele: adolescente: o tráfico de drogas e a função paterna*. Dissertação de Mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP.
- Guérin. F. et al. (2001). *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia* (M. J. I. Giliane e M. Maffei, trad.). São Paulo: Edgard Blucher Ltda. Título original: Comprendre le travail pour le transformer, la pratique del'ergonomie.
- Hissa, C. E. V. (2013). *Entrenotas: compreensões de pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG (Humanitas).
- Karam, M. L. (2012) Por que o modelo proibicionista ainda avança? In C. Magalhães, V. Mattos, J. L. Q Magalhães. (Orgs.), *Desconstruindo práticas punitivas*. Belo Horizonte: Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade/Cress 6ª região.
- Kehl, M. R. (1999). Radicais, raciais, racionais a grande fratria do rap na periferia de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, 13(3), 95-106.

- KEHL, M. R. (2004a). *Imagens da violência e violência das imagens: artigos e ensaios, 2004*. Recuperado em 05 de fevereiro de 2014 de <http://www.mariaritakehl.psc.br/conteudo.php?id=5>.
- Kehl, M. R. (2004b). O espetáculo como meio de subjetivação. In E. Bucci & M. R. Kehl, *Videologias: ensaio sobre a televisão* (Coleção Estado de Sítio). São Paulo: Boitempo.
- Kehl, M. R. (2009). *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lapassade, G. (2005). Observação participante. In J. Barus-Michel, E. Enriquez, & A. Levy (Orgs.), *Dicionário de Psicossociologia* (pp. 287-299). Lisboa: Climepsi Editores.
- Lavelle, P. (2011) Prefácio. In: Ricoeur, P., *Sobre a tradução* (P. Lavelle, trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Lei n. 11.343 (2006, 23 de agosto). Recuperado em 02 de março de 2014 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm
- Lei n. 6.368 (1976, 21 de outubro). Recuperado em 02 de março de 2014 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16368.htm.
- Lévinas, E. (2004). *Entre nós: ensaios sobre a alteridade* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Lhuilier, D. (2005). Trabalho. In J. Baurus-Michel et al. (Orgs.), *Vocabulaire de psychosociologie: références et positions*. Ramonville Saint-Ange: Editions Erès.
- Lhuilier, D. (2009). Travail du négatif et travail sur le négatif. *Revue Education Permanente*, 179, 39-57.
- Lhuilier, D. (2014). Introdução à psicossociologia do trabalho. *Cad. de Psicol. Soc. Trab.*, 17 (spe. 1), 5-19, doi: 10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p5-19.
- Lima, M. E. A. (2010) A questão do método em psicologia do trabalho. In I. B. Goulart. (Org.), *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lima, R. C. C. (2009). Uma história da droga e do seu proibicionismo transnacional: relações Brasil-Estados Unidos e os organismos internacionais. Tese de doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Löwy, M. (2002). *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez.
- Lucáks, G. (2003). *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1923).
- Luppo, S. (2002). *História da máfia*. São Paulo: Editora Unesp.

- Machado, L. O. (2002). Drug trafficking and money laundering in the Amazon region: geoeconomic and geopolitical effects. In C. Geffray, G. Fabre & M. Schiray (Orgs.), *Globalisation, drugs and criminalisation: final research report on Brazil, China, India and Mexico*. França: Unesco/Most.
- Macrae, E. & Vidal, S. S. (2006). A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas. *Revista de Antropologia*, 49(2), 645-666.
- Marx, K. Mercadoria e dinheiro (2013). In Karl Marx, *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. (31ª ed., R. Sant'Anna, trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Merton, R. K. (1968). Estrutura social e anomia. In R. K. Merton, *Sociologia: teoria, estrutura* (pp. 203-270). São Paulo: Mestre Jou.
- Mingardi, G. (1996). *O estado e o crime organizado*. Tese de doutorado não publicada, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Mingardi, G. (1997). Tráfico de drogas e crime organizado: o modelo paulista. In M. M. Ribeiro & S.D. Seibel (Orgs.), *Droga: a hegemonia do cinismo*. São Paulo: Memorial.
- Mingardi, G. (1998). O Estado e o crime organizado. IBCCRIM: Complexo Jurídico Damásio de Jesus. (Monografias, 5).
- Ministério de Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). (2011). Panorama dos homicídios no Brasil. *Segurança, Justiça e Cidadania* (Brasília), ano 3 (6). Continuação da Coleção Segurança com Cidadania.
- Misse, M. (1999). *Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Misse, M. (2006). *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Misse, M. (2010). Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido. *Lua Nova* (São Paulo), 79, 15-38.
- Misse, M. (2011). Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Revista de Sociologia e Política*, 19(40), 13-25. Recuperado em 11 de junho de 2012 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782011000300003&lng=pt&tlng=pt. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000300003>.
- Neri, D. (2004). *Filosofia moral: manual introdutivo*. São Paulo: Edições Loyola.
- Netto, J. P. & Braz, M. (2006). *Economia política: uma introdução crítica* (Biblioteca básica do serviço social, Vol. 1). São Paulo: Cortez.

- Nogueira, M. L. M. (2013). *Espaço e subjetividade na cidade privatizada*. Tese de doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Oliveira, A. (2006). *As peças e os mecanismos do fenômeno tráfico de drogas e do crime organizado*. Tese de doutorado não publicada, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Oliveira, A. (2007). As peças e os mecanismos do crime organizado em sua atividade tráfico de drogas. *Dados*, 50(4), 699-720. Recuperado em 12 de maio de 2012 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582007000400003&lng=en&tlng=pt. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582007000400003>.
- Oliveira, A.; Zaverucha, J. (2006, 2º semestre). Tráfico de drogas: uma revisão bibliográfica. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 62, 5-17.
- Oliveira, F. M. C. (2003). Dinâmica global e dinâmica local: tensões e contradições. In P. Goldenberg; R. M. G. Marsiglia & M. H. A. Gomes (Orgs.), *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ
- Oliveira, J. S. (2009) *Novas fronteiras do trabalho: vivências à margem dos trabalhadores do tráfico de drogas*. Dissertação de Mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará.
- Organização das Nações Unidas (ONU). Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime. *Relatório Mundial sobre Drogas 2005*. Brasília: UNODC Brasil e Cone Sul. Recuperado em 20 de março de 2014 de www.unodc.org/brazil/pt/press_release_2005-06-29.html.
- Organização das Nações Unidas (ONU). Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime. *Relatório Mundial sobre Drogas 2013*. Recuperado em 02 de abril de 2014 de https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_drugs/WDR/2013/Apresentacao_final_WDR_13.pdf.
- Procópio, A. (1999). *O Brasil no mundo das drogas*. Petrópolis: Vozes.
- Rafael, A. (2001, dezembro). As armas do crime: reflexões sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, ano 1(2).
- Rafael, A. (2005). *Prender e dar fuga: biopolítica, tráfico de drogas e sistema penitenciário no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Resolução CNS, n. 466 (2012, 12 de dezembro). Recuperado em 12 de maio de 2014 de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.

- Ribeiro, A. M. M. (2000). Sociologia do narcotráfico na América Latina e a questão camponesa. In A. M. M. Ribeiro & J. A. Iulianelli, *Narcotráfico e violência no campo*. Rio de Janeiro: Koinonia/DP&A.
- Ricoeur, P. (2011). Sobre a tradução (P. Lavelle, trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Roche P. (2007a). Les défis de la proximité dans le champ professionnel. *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 1(3), 63-82, doi: 10.3917/nrp.003.0063
- Roche, P. (2007b). Le temps collectif de l'éthique. In La proximité à l'épreuve de l'économie de la débrouille. *Actes de la XIIIème conférence-débat*. Marseille: Direction de la Santé Publique.
- Rodrigues, T. (2003). *Narcotráfico: uma guerra na guerra*. São Paulo: Desatino.
- Rodrigues, T. (2004). *Política e drogas nas Américas*. São Paulo: EDUC: FAPESP.
- Rodrigues, T. (2012). Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. *Contexto Internacional*, 34(1), 9-41. Recuperado em 20 de dezembro de 2013 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292012000100001&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0102-85292012000100001.
- Rodrigues, T. M. S.. (2002). A infundável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. *São Paulo em Perspectiva*, 16(2), 102-111.
- Rozitchner, L. (1989). *Freud e o problema do poder* (M. M. Okamoto e L. G. Braga Filho, trad.). São Paulo: Escuta.
- Sant'Anna, D. B. (2001). *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Schwartz, Y & Durrive, L. (Orgs.). (2010). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. (2ª ed., J. Brito e M. Athayde, trad.). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Editora da UFF.
- Schwartz, Y. (2011). Manifesto por um ergoengajamento. In P. Bendassolli & L. Soboll, (Orgs.), *Clínicas do Trabalho* (pp. 132-166). São Paulo: Editora Atlas
- Silva, A. B. (2008). *Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado*. Rio de Janeiro: Fontanar.
- Soares, L. E. (2012). *Tudo ou nada: história do brasileiro preso em Londres por associação ao tráfico de duas toneladas de cocaína*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Souza, J. (2011). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Souza, J. (2012). *A construção social da subcidadania: para uma política da modernidade periférica* (2ª ed.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Souza, M. L. (2005). As drogas e a questão urbana no Brasil: a dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In I. E. Castro, P. C. C.

- Gomes & R. L. Corrêa (Orgs.), *Brasil: questões atuais da reorganização do território* (pp. 419-468). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Souza, R. T. (2001, dezembro). Três teses sobre a violência: violência e alteridade no contexto contemporâneo: algumas considerações filosóficas. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, ano 1(2).
- Tavares, G. M. (2006). *Breves notas sobre ciência*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Telles, A. L. & Alvarez, D. (2004). Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In M. Figueiredo, M. Athayde, J. Brito & D. Alvarez (Orgs.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Telles, V. S. & Hirata, D. V. (2010, 4 de novembro). Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP* (São Paulo), 22(2), 39-59.
- Telles, V. S. (2010). *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal* (Coleção Sociedade & Cultura). Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.
- Thrasher F. M. (1963) *The gang: a study of 1.313 gangs in Chicago*. Chicago: University of Chicago; Chicago Press. (Trabalho original publicado em 1927).
- Vargas, E. V. (2000). Que guerra é essa? A propósito da partilha moral entre drogas e fármacos. *Conjuntura Política, FAFICH – UFMG* (Belo Horizonte), 22, 1-4.
- Vargas, E. V. (2001). *Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de drogas*. Tese de doutorado não publicada, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Vaz, P. R. G. (2009). Mídia e produções subjetividade: questões de violência. In *Mídia e psicologia: produção de subjetividade e coletividade* (pp.203-210). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Vaz, P.; Cardoso, J. & Felix, C. B. (2012). Risco, sofrimento e vítima virtual: a política do medo nas narrativas jornalísticas contemporâneas. *Contracampo* (UFF), 1, 24-42.
- Weber, M. (2004). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Werner, G. C. (2009). *O crime organizado transnacional e as redes criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas*. Tese de doutorado não publicada, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Zaffaroni, E. R. (1996, 1º semestre). Crime organizado: uma categorização frustrada. *Revista Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 1(1), 45-68.
- Zaluar, A. (1985). O antropólogo e os pobres: introdução metodológica e afetiva. In A. Zaluar, *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza* (2ª ed., pp. 9-32). São Paulo: Brasiliense.

Zaluar, A. (1994). *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

Zaluar, A. (2004). *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas* (Violência, Cultura e Poder). Rio de Janeiro: Editora FGV.

Zaluar, A. (2007) Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Estudos Avançados* (São Paulo), 21(61), 31-49. Recuperado em 07 de julho de 2012 de <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a03v2161.pdf>.

Zaluar, A. (Org.). (1998). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Zanella, A. V. (2013). *Perguntar, registrar, escrever: inquietações metodológicas*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS.

Zizek, S. (2014). *Violência: seis reflexões laterais* (1ª ed., M. Serras Pereira, trad.). São Paulo: Boitempo.

ANEXOS

ANEXO A – OBSERVAÇÕES SOBRE O PROGRAMA CONTRA O ABUSO DE DROGAS

Richard Nixon: "Remarks About an Intensified Program for Drug Abuse Prevention and Control.," June 17, 1971. Online by Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=3047>.



RICHARD NIXON

XXXVII President of the United States: 1969-1974

**202 - Remarks About an Intensified Program for
Drug Abuse Prevention and Control.**

June 17, 1971

Ladies and gentlemen:

I would like to summarize for you the meeting that I have just had with the bipartisan leaders which began at 8 o'clock and was completed 2 hours later.

I began the meeting by making this statement, which I think needs to be made to the Nation:

America's public enemy number one in the United States is drug abuse. In order to fight and defeat this enemy, it is necessary to wage a new, all-out offensive.

I have asked the Congress to provide the legislative authority and the funds to fuel this kind of an offensive. This will be a worldwide offensive dealing with the problems of sources of supply, as well as Americans who may be stationed abroad, wherever they are in the world. It will be government wide, pulling together the nine different fragmented areas within the government in which this problem is now being handled, and it will be

nationwide in terms of a new educational program that we trust will result from the discussions that we have had.

With regard to this offensive, it is necessary first to have a new organization, and the new organization will be within the White House. Dr. Jaffe, who will be one of the briefers here today, will be the man directly responsible. He will report directly to me, and he will have the responsibility to take all of the Government agencies, nine, that deal with the problems of rehabilitation, in which his primary responsibilities will be research and education, and see that they work not at cross-purposes, but work together in dealing with the problem.

If we are going to have a successful offensive, we need more money. Consequently, I am asking the Congress for \$155 million in new funds, which will bring the total amount this year in the budget for drug abuse, both in enforcement and treatment, to over \$350 million.

As far as the new money is concerned, incidentally, I have made it clear to the leaders that if this is not enough, if more can be used, if Dr. Jaffe, after studying this problem, finds that we can use more, more will be provided. In order to defeat this enemy which is causing such great concern, and correctly so, to so many American families, money will be provided to the extent that it is necessary and to the extent that it will be useful.

Finally, in order for this program to be effective, it is necessary that it be conducted on a basis in which the American people all join in it. That is why the meeting was bipartisan; bipartisan because we needed the support of the Congress, but bipartisan because we needed the leadership of the Members of the Congress in this field.

Fundamentally, it is essential for the American people to be alerted to this danger, to recognize that it is a danger that will not pass with the passing of the war in Vietnam

which has brought to our attention the fact that a number of young Americans have become addicts as they serve abroad, whether in Vietnam, or Europe, or other places. Because the problem existed before we became involved in Vietnam; it will continue to exist afterwards. That is why this offensive deals with the problem there, in Europe, but will then go on to deal with the problem throughout America.

One final word with regard to Presidential responsibility in this respect. I very much hesitate always to bring some new responsibility into the White House, because there are so many here, and I believe in delegating those responsibilities to the departments. But I consider this problem so urgent--I also found that it was scattered so much throughout the Government, with so much conflict, without coordination--that it had to be brought into the White House.

Consequently, I have brought Dr. Jaffe into the White House, directly reporting to me, so that we have not only the responsibility but the authority to see that we wage this offensive effectively and in a coordinated way.

The briefing team will now be ready to answer any questions on the technical details of the program.

Note: The President spoke at 11:05 a.m. in the Briefing Room at the White House.

A White House announcement of the appointment of Dr. Jerome H. Jaffe as Special Consultant to the President for Narcotics and Dangerous Drugs was released June 17, 1971, and is printed in the Weekly Compilation of Presidential Documents (vol. 7, p. 941).

On the same day, the White House also released the transcript of a news briefing on the program by John D. Ehrlichman, Assistant to the President for Domestic Affairs, Egil Krogh, Jr., Deputy Assistant to the President for Domestic Affairs, and Dr. Jaffe.

**ANEXO B – PESQUISA DE VITIMIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE
BELO HORIZONTE REALIZADA PELO CRISP**

Já teve algum parente amigo ou vizinho assassinado				
	Bairro não violento	Favela não violenta	Favela violenta	Total
Parente	8,3%	17,0%	23,1%	11,3%
Amigo	14,5%	20,9%	27,4%	17,0%
Vizinho	12,1%	18,0%	29,9%	15,2%

FONTE: Universidade Federal de Minas Gerais. CRISP. Survey de Vitimização em Belo Horizonte, coordenador: Cláudio Chaves Beato Filho, Jul. 2002, Relatório Final.

**ANEXO C – NÚMERO DE VÍTIMAS LETAIS POR ARMAS DE FOGO NA
POPULAÇÃO TOTAL E NA JOVEM SEGUNDO CAUSA BÁSICA.
BRASIL. 1980/2010**

ANO	POPULAÇÃO TOTAL					15 A 29 ANOS				
	Acidente	Suicídio	Homicídio	Indeter- minado	Total arma de fogo	Acidente	Suicídio	Homicídio	Indeter- minado	Total arma de fogo
1980	386	660	6.104	1.560	8.710	155	292	3.159	809	4.415
1981	448	731	6.452	1.689	9.320	189	365	3.325	856	4.735
1982	467	657	6.313	1.608	9.045	206	312	3.118	839	4.475
1983	566	789	6.413	3.062	10.830	242	348	3.215	1.633	5.438
1984	515	766	7.947	3.350	12.578	242	337	4.061	1.851	6.491
1985	575	781	8.349	3.783	13.488	265	334	4.482	2.098	7.179
1986	669	788	8.803	4.609	14.869	334	347	4.750	2.562	7.993
1987	677	951	10.717	3.747	16.092	304	394	5.711	2.081	8.490
1988	586	827	10.735	4.978	17.126	279	360	5.760	2.778	9.177
1989	605	850	13.480	5.505	20.440	291	349	7.513	3.227	11.380
1990	658	989	16.588	2.379	20.614	329	427	9.193	1.264	11.213
1991	1.140	1.037	15.759	3.614	21.550	644	490	8.560	1.866	11.560
1992	859	1.085	14.785	4.357	21.086	496	479	7.718	2.172	10.865
1993	456	1.169	17.002	4.115	22.742	205	557	9.317	2.048	12.127
1994	353	1.321	18.889	3.755	24.318	161	603	10.455	1.882	13.101
1995	534	1.555	22.306	2.369	26.764	239	692	12.168	1.180	14.279
1996	270	1.543	22.976	1.692	26.481	117	636	12.428	781	13.962
1997	250	1.539	24.445	1.519	27.753	97	614	13.680	748	15.139
1998	371	1.407	25.674	2.759	30.211	181	545	14.643	1.437	16.806
1999	888	1.260	26.902	2.148	31.198	464	513	15.475	1.138	17.590
2000	329	1.330	30.865	2.461	34.985	143	508	18.252	1.347	20.250
2001	336	1.408	33.401	1.977	37.122	140	575	19.800	1.083	21.598
2002	318	1.366	34.160	2.135	37.979	123	549	20.567	1.247	22.486
2003	283	1.330	36.115	1.597	39.325	118	516	21.755	865	23.254
2004	201	1.247	34.187	1.478	37.113	88	471	20.827	822	22.208
2005	244	1.226	33.419	1.171	36.060	96	428	20.336	664	21.524
2006	404	1.138	34.921	897	37.360	188	406	20.939	471	22.004
2007	320	1.141	34.147	1.232	36.840	126	364	20.546	691	21.727
2008	353	1.123	35.676	1.506	38.658	153	375	21.475	801	22.804
2009	351	1.069	36.624	1.633	39.677	156	310	21.912	913	23.291
2010	352	969	36.792	779	38.892	152	299	21.843	400	22.694
Total	14.764	34.052	670.946	79.464	799.226	6.923	13.795	386.983	42.554	450.255
Δ %	-8,8	46,8	502,8	-50,1	346,5	-1,9	2,4	591,5	-50,6	414,0

Fonte: SIM/SVS/MS – Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA). Mapa da violência 2013: Mortes matadas por armas de fogo. Coordenador: Julio Jacobo Waiselfisz